

REABERTURA DA FRONTEIRA SOB CONTROLE:

A Colonização Particular Dirigida de Alta Floresta*

Heliana da Silva Jatene

Dissertação de mestrado em sociologia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Belém - Pará

Junho de 1983

* Pesquisa financiada pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"Ao Jatene, cujo estímulo
e companheirismo foram
a essência desta jorna-
da."

"A Bel e Beto, pelas horas
de amor roubadas".

"Se todo velhaco soubesse o quanto é bom ser sério, ele seria sério por velhacaria".

(Diretor Presidente da INDECO)

"Os grandes, eles tem tempo de estudã, de pensã o que vão fazê e a gente não tem tempo pra isso, vai preocupado no serviço, não tem tempo de pensã..."

(Formador de Alta Floresta)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora de responsabilidade individual, é na verdade produto de muitos. Dele participaram, financeiramente ou através de seus conhecimentos, amizade e estímulo, instituições e pessoas às quais devo expressar meu agradecimento e profunda gratidão.

- À Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Universidade Federal do Pará pela oportunidade de participar do curso.
- À Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pelo financiamento concedido à pesquisa.
- À INDECO - Integração Desenvolvimento e Colonização, pelas informações recebidas sobre a área estudada.
- Aos professores do Instituto de Filosofia da UNICAMP, especialmente Andre Villalobo e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, meus orientadores, cuja convivência e conhecimentos transmitidos foram fundamentais à realização deste trabalho.
- A Donald Sawyer pela oportuna lembrança de candidatar-me à bolsa de pesquisa da ABEP.
- Ao Dr. Hugo de Almeida, ex-Superintendente da SUDAM, cuja sensibilidade pelo aprimoramento do trabalho técnico e científico, estimulou e viabilizou minha participação no curso.
- Ao Chico, Malu e Michele, pela carinhosa hospitalidade e ajuda precisa no trabalho de campo.

- A todos os bons amigos que, discutindo, revendo ou datilografando este texto, viabilizaram sua conclusão.
- Aos colonos de Alta Floresta, cuja paciência e confiança demonstradas em dividir comigo suas experiências de vida, foram fundamentais à realização da pesquisa.

SUMÁRIO

- Item 1 - Introdução	1
- Item 2 - Considerações sobre a Ocupação da. Amazônia.....	12
- Item 3 - O Município de Alta Floresta	27
- Item 4 - A Colonizadora.....	30
- Item 5 - O Projeto de Colonização.....	33
- Item 6 - A Colonização para a Colonizadora.	45
- Item 7 - Da Região de Procedência à "Terra. Prometida".....	45
- Item 8 - Da Idéia à Ocupação Efetiva.....	67
- Item 9 - "Em se plantando, tudo dá".....	79
- Item 10 - Relações do colono com a terra....	112
- Item 11 - Considerações Finais.....	131
- Bibliografia.....	139
- Anexos:	
1- Formulário	
2- Mapas	
3- Cópia de Contrato de Parceria	
4- Fotografias	

INTRODUÇÃO

A colonização particular dirigida, como um novo instrumento do processo de ocupação da Amazônia, desponta, com maior ênfase, a partir de 1972, após o fracasso da colonização oficial, reconhecido e justificado sob os mais diferentes aspectos.

As primeiras experiências concentram-se, principalmente, no estado do Mato Grosso e para lá foi atraída grande quantidade de migrantes oriundos, na maior parte, do sul do país.

Dentre alguns projetos observados em uma viagem àquela área, um particularmente destacou-se e despertou atenção, não só por ter sido implantado e emancipado em curto espaço de tempo, cinco anos, como também pelo caráter entusiástico de seus dirigentes e de grande parte de políticos e empresários, que o revestia com o título de "projeto modelo", o mais promissor dentre os demais existentes. Tal euforia suscitou a idéia de tentar compreender o "sucesso". Seria mesmo um "sucesso"? Em que consistia? "Sucesso" para quem?

O referido projeto localizava-se no extremo leste do município de Aripuanã e, naquela época (1978), estava dividido em duas glebas - Paranaíta e Alta Floresta - correspondendo a uma extensão de 400.000 ha. Alta Floresta foi o primeiro núcleo implantado e emancipado, constituindo-se, para efeito do presente estudo, na unidade empírica de observação.

Objetiva-se, através do estudo de um caso específico de colonização particular dirigida na Amazônia, mostrar uma

das formas pela qual se viabiliza a expansão do capital na região, procurando analisar suas características e peculiaridades, principalmente no que concerne a instalação e desenvolvimento da pequena produção.

O confronto bastante preliminar entre um certo conhecimento a partir da vivência regional e formulações teóricas existentes sobre a matéria, sugeriram as hipóteses que orientaram a pesquisa.

Considerou-se que a empresa de colonização parecia vir ao encontro das expectativas do Estado, pelo menos sob 3 aspectos:

- ao retornar ao mercado com grande áreas de terra de forma fracionada, ofereceria a produtores possuidores de reduzidos lotes rurais em regiões mais valorizadas, a possibilidade de se deslocarem para as zonas de "fronteira", reduzindo a pressão sobre a terra em suas regiões de origem (principalmente Paraná e Rio Grande do Sul), abrindo espaço para o capital nestas "zonas antigas":
- de certo modo, assim procedendo, ofereceria ao Estado um elemento concreto de apoio ao seu discurso de oposição à reforma agrária, ao sugerir a colonização como possibilidade alternativa;
- ao exercer um elevado grau de controle sobre a produção, apontando inclusive o que e como produzir, possibilitaria uma maior homogeneidade da pequena produção e imporia uma forma de articulação específica entre o pequeno produtor e o capital que, provavelmente, se refletiria numa oferta de produtos agrícolas tanto para o mercado interno, quanto

para exportação, além de favorecer uma maior articulação agricultura x indústria.

Porém, evidentemente, mais do que atender anseios do governo, a empresa de colonização privada se constituiria em alternativa bastante rentável para o capital, no sentido de que:

- se apresentaria como uma forma bastante eficiente de realizar a renda da terra, principalmente em seu componente especulativo, uma vez que o retorno da terra fracionado ao mercado favoreceria a ampliação do mercado de terras potencializando o número de compradores;
- ao manter o controle sobre a produção a empresa criaria, para si mesma, um amplo espaço para comercialização, através do qual absorveria grande parcela do excedente produzido, sem no entanto correr os riscos inerentes à produção agrícola;
- para desenvolver intra-projeto outras atividades diretamente produtivas (não são propriamente agrícolas como de transformação) a empresa contaria com um significativo contingente de trabalhadores de certa forma "cativos";
- ao estimular uma maior tecnificação do pequeno produtor contribuiria, sobremaneira, para o seu progressivo enredamento nas malhas do capital financeiro.

O caráter lucrativo da empresa de colonização privada, que parece descartar de imediato o acesso a seus lotes por parte da população rural despossuída de recursos, apontaria como "comprador tipo" o pequeno agricultor proprietário, principalmente do centro-sul do país, que veria no projeto de colonização:

- uma forma de garantir a sobrevivência de seus descendentes na atividade agrícola, através o parcelamento futuro de uma maior área de terra;
- uma alternativa de escapar à crescente pressão do capital, elevando seu nível de renda, ante a possibilidade de expandir suas áreas de cultivo;
- uma possibilidade de fixação à terra, tendo em vista a grande mobilidade espacial de que tem sido vítima, historicamente, o trabalhador rural brasileiro.

A partir de um levantamento preliminar de informações sobre a área, percebeu-se a insuficiência qualitativa e quantitativa das mesmas, definindo-se, então, que somente a pesquisa direta possibilitaria uma melhor compreensão da questão. A opção metodológica foi pelo estudo de caso face as possibilidades que oferece de considerar uma determinada unidade de observação como representativa da totalidade social na qual se insere e com isto, permitir, dada uma perspectiva histórica, a generalização de suas determinações mais gerais. Para a coleta dos dados primários adotou-se, como técnica principal, o formulário e como técnica complementar, a entrevista. Recorreu-se também à bibliografia e fontes documentais para adição de dados secundários.

Ante a impossibilidade de acesso a informações mais precisas sobre a área, inclusive face a inexistência de um mapa atualizado apontando as possíveis transformações já ocorridas na sua distribuição fundiária, recorreu-se à planta original do projeto para efeito de definição e sorteio da amostra, adotando-se como unidade padrão de estudo o produtor rural pro

prietário, ou, quando na ausência deste, o colono responsável pelo lote.

Sem maiores sofisticacões estatísticas, definiu-se a amostra em 10%, estratificando-se apenas quanto ao tipo de lote, A e B, respectivamente 100 e 300 ha. Foram sorteados aleatoriamente 53 lotes, dos quais 33 do tipo A e 20 do tipo B.

Após o sorteio da amostra, contactou-se com os escritórios da empresa colonizadora, da EMATER e da CEPLAC, localizados em Alta Floresta, no sentido de tentar identificar os proprietários dos lotes sorteados e, com isso, facilitar um primeiro encontro com os mesmos, para marcar com antecedência o dia e hora da entrevista. Entretanto, o escritório da empresa não tinha atualizado seu cadastro e a EMATER e CEPLAC sabiam informar apenas sobre aqueles proprietários que recebiam assistência técnica, ficando, portanto, a descoberto, boa parte do "rol" estabelecido. Isto criou uma dificuldade adicional exigindo que se fosse aos lotes sorteados sem contato prévio com o colono.

No sentido de verificar a adequação do formulário a nível do informante e da realidade concreta de pesquisa, realizou-se um teste de sondagem e após a avaliação dos resultados e reformulações necessárias iniciou-se o trabalho de campo propriamente dito.

A localização dos lotes nas vicinais foi, inicialmente, bastante difícil, porque seus moradores nem sempre tinham certeza da numeração correspondente. Entretanto, depois de uma entrevista com o pároco da cidade, conseguiu-se contatar com alguns líderes comunitários e estes indicavam com maior precisão, visualizando o mapa, não só o lote sorteado, como também

o nome do seu proprietário. Outra alternativa encontrada para este problema foi o controle por quilometragem percorrida de carro, na medida em que se identificava um módulo rural e se sabia a metragem correspondente a cada um.

Adotou-se proceder a novo sorteio quando se encontrava lotes ainda não ocupados ou abandonados. Entretanto, considerando o fator distância e o tempo limitado pelos recursos financeiros disponíveis, quatro dos lotes sorteados pela segunda vez foram substituídos, no final, pelo vizinho mais próximo.

Durante o trabalho de campo, foram aplicados 53 (cinquenta e três) formulários e realizadas 20 entrevistas. Os formulários foram respondidos por 20 (37,7%) proprietários de lotes do tipo A e 12 (22,6%) proprietários de lotes do tipo B. Nos lotes onde os proprietários se encontravam sempre ausentes, inclusive com domicílio fora de Alta Floresta, os formulários foram respondidos pelos colonos responsáveis pelos lotes na seguinte proporção: 13 (24,5%) moradores de lote tipo A e 8 (15,1%) moradores de lotes tipo B.

Ainda que num primeiro momento o colono de Alta Floresta se tenha mostrado cuidadoso em relação à pesquisa, desconfiando que fosse "coisa de governo", da qual "já estava cansado", alguns minutos de conversa bastavam para que se mostrasse mais receptivo e descontraído. Após um cafezinho na cozinha, um cigarro de palha ou uma pinga no "bolicho" mais próximo, a entrevista fluía fácil, e ele, inclusive, mostrava claramente sentir-se prestigiado, ao perceber que sua vida como "trabalhador da terra", estava sendo "de valor para um trabalho de estudo". A certa altura, alguns se oferecem para ser entrevistados, questionando por que no seu lote "a dona não tinha passado".

Contudo vale aqui deixar registrado que apesar da boa vontade demonstrada pelos colonos, não foi possível levantar com o rigor pretendido, algumas questões do formulário, motivo pelo qual algumas delas ou deixaram de ser tratadas literalmente no corpo deste trabalho ou foram tratadas indiretamente. Relaciona-se a seguir estas questões, explicitando suas limitações:

- preço da venda de terras no local de procedência e recursos em dinheiro trazidos para Alta Floresta. Percebeu-se respectivamente uma tendência a supervalorização e substituição, como que não querendo depreciar sua terra e contraditoriamente demonstrar que apesar da terra na área de colonização ser mais barata, com as despesas da mudança, quase nada lhes sobrava para investir em seus respectivos lotes.
- estimativa do valor atual dos lotes. Também aqui foi bastante nítida a tendência a jogar para cima estes valores, basicamente em função do café já plantado.
- recursos investidos no lote e forma de aplicação. Esta questão foi sempre mal respondida pela "falta de lembrança".
- área utilizada para plantio e respectiva evolução, bem como culturas e nº de pés plantados. Esta questão praticamente não foi respondida, pois os colonos não conseguiram reconstituir a série e demonstravam um certo enfado sempre que abordava-se este aspecto. Na verdade eles gostavam muito de responder as questões abertas, inclusive com riqueza de detalhes, mas quando tinham de dar alguma resposta relativa a dados quantitativos, pareciam incomodados. Quase sempre diziam: "não tenho certeza", "é difícil dizer, tem lavoura intercalada", "tenho de dizê desde

o 1º ano? Em síntese era o tipo da questão "enfadonha", daí que se considerou não dever insistir para não prejudicar as demais.

Quanto as entrevistas foram realizadas obedecendo a um roteiro previamente elaborado. Este, contudo, foi bastante flexível, de modo que, sem perder de vista o objetivo principal, o assunto pudesse ser tratado de forma simples, porém com riqueza de detalhes. Nestas entrevistas, procurou-se saber do informante, algo da história de Alta Floresta, de sua própria história de vida, de suas condições de trabalho, suas expectativas em relação a nova situação de vida, bem como suas opiniões sobre as empresas de colonização da área. Foram selecionadas algumas pessoas de destaque na comunidade, não só por suas atividades administrativas, religiosas, econômicas, financeiras, como também pelo caráter pioneiro com que se revestiram suas participações no processo de implantação do projeto. Assim, entrevistou-se: diretor de colonização e diretor-presidente da empresa colonizadora; prefeito, diretor da escola municipal; padre, líder da ação pastoral; técnicos da Emater e Ceplac; gerentes de Bancos; gerentes de casas de comércio; colonos pioneiros; tratoristas; garimpeiros; e proprietários, administradores ou técnicos agrícolas de fazendas localizadas nas chamadas AF (áreas de fazenda), estas destinadas por suas dimensões (entre 3.000 e 6.000 ha) a grandes empreendimentos empresariais e consideradas, portanto, autônomas, do projeto de colonização.

A pesquisa de campo em toda a sua extensão, demandou um trabalho de 28 dias dos meses de novembro e dezembro, contando com a participação de Simão Jatene como assistente de pesquisa e de Francisco Abreu, um dos primeiros moradores de

Alta Floresta, que acompanhou os pesquisadores aos lotes rurais, facilitando assim a localização dos mesmos e contribuindo sobremaneira para que o tempo disponível fosse usado de forma mais racional e de decisivo apoio financeiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP.

Contudo alguns aspectos devem ser anotados como fatores limitantes da pesquisa. A impossibilidade de se realizar uma observação prévia da área de pesquisa, basicamente em função da falta de recursos financeiros; a insuficiência de algumas informações principalmente no que se refere a colonizadora, em cujo escritório local, apesar da "solicitude" demonstrada, notamos um certo "fechamento" quando se tocava em assuntos que poderiam anuviar a idéia da empresa como "benfeitora local"; a época escolhida para a coleta de dados, que correspondeu ao início das chuvas, prejudicando a trânsito de veículos nas vicinais e conseqüentemente o acesso aos lotes; e porque não dizer as limitações próprias do pesquisador responsável, que talvez não tenha conseguido captar no caso especificamente estudado o que de melhor existisse para ser trabalhado.

A exposição que se segue, de total responsabilidade da autora, não tem a pretensão de constituir-se numa análise profunda e conclusiva do processo de colonização de Alta Floresta. Antes, deve ser vista como um primeiro passo efetivo ao atendimento de uma necessidade crescente de se compreender em suas determinações gerais e específicas o processo recente de ocupação da Amazônia.

Portanto deste trabalho não deve ser esperado assertivas definitivas, mesmo porque, no estágio atual do processo de conhecimento vivido, não se considera possível alcançar

grandes vãos. Contudo, ao contar a história de Alta Floresta, espera-se que nela sejam visualizadas as pontes para novas hipóteses e estudos posteriores.

Nesta perspectiva, o estudo em tela, inicia apresentando algumas considerações sobre o recente processo de ocupação da Amazônia situando a colonização particular dirigida como mais um instrumento deste processo. Após uma rápida descrição da localidade de Alta Floresta, da empresa colonizadora e do projeto de colonização, a partir de suas características gerais, passa por uma apresentação do discurso do colonizador, onde é destacado basicamente suas perspectivas ante a ocupação da fronteira à base da pequena produção.

Em seguida, tentando mostrar as especificidades da região de procedência da maioria dos colonos, que em última instância teriam determinado seu deslocamento para a fronteira, relata-se os primeiros tempos em Alta Floresta, a perspectiva do migrante em relação a mesma, profundamente marcada pela possibilidade - fortemente propagada pela empresa colonizadora - de através a propriedade de uma maior extensão de terra, de uma "terra fértil", enfim da "terra nova", adquirirem mais "largueza". Em síntese tenta-se demonstrar o otimismo de uns e decepção de outros diante do que consideravam a "terra prometida".

No item que se segue, ou seja "da idéia à ocupação efetiva" objetivou-se analisar como de fato se realiza a ocupação. Como a variedade de agentes e diversidade de interesses sob o beneplácito e controle da colonizadora, promovem progressivamente no espaço previamente planejado, uma nova configuração, onde destacam-se paralelamente o fracionamento de lotes, apontando um processo de minifundização e o agrupamento

de outros lotes concentrando a terra.

Considerando que o slogan da empresa de colonização destacava a fertilidade do solo de Alta Floresta, no item seguinte, titulado ironicamente "em se plantando tudo dá" espera-se ter explicado, que para o pequeno produtor a fronteira em verdade, constitui-se apenas um novo "palco", porque o "drama" continua sempre o mesmo. Não é a propriedade da terra nem tampouco a possibilidade - infundada - de maior produtividade que o libera da subordinação ao capital. Nesta perspectiva tenta-se apresentar as especificidades desta subordinação, que se manifestam através, o processo de comercialização, financiamento e técnica de produção.

Prosseguindo, no item "relações do colono com a terra", se identifica sob que formas, no processo imediato de produção, se viabilizou o tão decantado "sucesso" da colonização. Em síntese, tenta-se refletir como são praticamente transplantadas para uma região, cujo desenvolvimento da atividade agrícola a base de pequenas e médias propriedades, é o elemento central do discurso, relações sociais através das quais desponta a propriedade da terra como componente básico a apropriação do trabalho não pago.

Finalmente, procura-se após explicitar melhor o que se entende por "reabertura da fronteira sob controle", avançar no sentido de fazer um balanço das hipóteses levantadas no início da pesquisa, em confronto com a realidade observada quando da efetivação do trabalho de campo.

2- CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO RECENTE DA AMAZÔNIA

A impossibilidade de se compreender, simplesmente a partir de elementos endógenos à região, a chamada expansão da fronteira agrícola para a Amazônia na década de 60 e, mais intensamente, nos anos 70, sugere útil que se considere alguns elementos que, se por um lado contextualizam o movimento da fronteira no processo mais geral de subordinação da agricultura ao capital, por outro expressam, de certo modo, determinações desse movimento, bem como de sua importância particular no que se refere à chamada "questão agrária" nacional.

Nesse sentido, um ponto de partida interessante, talvez, seja tentar recuperar alguns aspectos importantes da evolução da estrutura agrária do país nas duas últimas décadas, em suas conexões com a existência de "terras livres" para, finalmente, procurar particularizar algumas características da recente expansão rumo ao norte.

Assim, desponta inicialmente que as transformações ocorridas nos últimos anos no agro brasileiro, expressando em termos genéricos o desenvolvimento capitalista no campo e sucedendo a chamada "Industrialização da Agricultura" - que se manifesta sobretudo numa maior importância do setor como comprador de bens de consumo e insumos modernos¹, têm sido marcados por:

- a) um caráter extremamente seletivo da modernização no que diz respeito às regiões, tipos de cultura e fase do pro-

(1) Sobre a idéia de "industrialização da agricultura" ver particularmente a tese de doutoramento de José Graziano da Silva, intitulada "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista" apresentado ao DEPE na UNICAMP - 1980 (mimeo).

cesso produtivo, aumentando os desequilíbrios regionais, diferenciando e penalizando mais ainda as chamadas "culturas de pobre" e criando uma maior heterogeneidade temporal na demanda de mão-de-obra, potenciando a expansão do trabalho temporário¹;

- b) uma elevada dependência às políticas governamentais, nas quais é nítida a seletividade da modernização²;
- c) um não rompimento, em escala ampla, do tradicional papel assumido pela pequena produção organizada à base de relações não especificamente capitalista no abastecimento interno do país, não só no que se refere a alimentos, como inclusive fornecimento de matérias primas industriais³.

-
- (1) Ver Silva, J. Graziano coord; "Estrutura Agrária e Produção de subsistência na Agricultura Brasileira"; SP; HUCITEC 1980. Do mesmo autor; "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista". op. cit.
- (2) Algumas indicações marcantes dessa maciça e discriminatória intervenção do estado, surge quando se verifica que o crédito rural nos últimos 15 anos, e mais especificamente entre 68 e 75 cresce a taxas superiores as da própria produção agrícola e apesar disto, menos de 20% do total de estabelecimentos rurais receberam crédito oficial. Por outro lado, café, soja, algodão, trigo e cana de açúcar recebem mais ou menos 60% do total do crédito rural, enquanto: feijão, milho e mandioca, com valor da produção apenas um pouco menor que o apresentado por esses 5 primeiros produtos, recebem em média só 12%. Sobre o assunto, ver GUEDES. Pinto, em "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", publicado na Revista "Encontros com a Civilização Brasileira", nº 7.
- (3) Referências sobre a importância da pequena produção fundada no trabalho familiar, no abastecimento interno do país, podem ser encontradas em vários trabalhos como por ex: "Capitalismo Autoritário e Campesinato" e "Frentes de Expansão e Estrutura Agrária" de O. G. Velho; "Campones um Trabalhador para o Capital" de M. Nazaré Wanderley (mimeo 1979) etc. Do mesmo modo, Graziano, trabalhando com informações do cadastro rural do INCRA, constatou no seu estudo "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência..." op. cit. que os imóveis sem assalariados permanentes são responsáveis por: 80% da área colhida de produtos alimentares; 65% da área colhida de produtos de transformação industrial e 60% da área colhida de hortigranjeiros.

d) um processo no qual aflora o fato de que as transformações ocorridas tem reforçado a articulação capital x propriedade fundiária, articulação esta que, se por uma lado tem sua gênese na economia colonial e se apresenta historicamente na fusão do proprietário fundiário e do capitalista num mesmo agente¹, de outra forma tem implicação no elevado grau de concentração da terra, que reflete e reforça a importância desta como: meio fundamental de produção; elemento básico para apropriação, por parte do capital, do sobre-trabalho produzido na agricultura; meio de acesso a outras formas de riqueza; e, principalmente nas últimas décadas, reforçado pelo caráter tendencialmente inflacionário da economia e não existência de um sólido mercado de capitais de longo prazo, como reserva de valor, objeto de demanda especulativa, pela sua capacidade de, independente de sua destinação produtiva, se constituir um instrumento de proteção contra a inflação.

É, pois, sob a complexidade e articulação desses elementos que têm como "pano de fundo" um reforço na concentração fundiária e expressam, em última instância, a forma concreta como o capital monopolista marca presença crescente no mundo rural brasileiro, que parece ser melhor colocada a questão da "fronteira amazônica".

De forma genérica, a existência de "terras livres" - mais propriamente não monopolizadas pelo capital - esteve sem

(1) Ver a respeito: Wanderley, M. Nazaré. "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira". in: Araujo, J. Braz (coord). "Reflexões sobre a Agricultura Brasileira". Paz e Terra; R. J. 1979.

pre presente como variável fundamental no desenvolvimento da agricultura brasileira. Nos inícios da colonização do país, ao castrar a possibilidade de formação de uma classe particular de proprietários de terra, imprimiria características específicas à relação capital x propriedade fundiária e a forma de poder a ela ligada, do mesmo modo que marcaria as relações de trabalho. Por outro lado, como bem observa Graziano, após apontar a fronteira como condicionante e resultante do desenvolvimento da agricultura, "a existência de 'terras sem dono' na fronteira, funciona como um regulador da intensificação do capital no campo, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo"¹. Em síntese, como elemento integrante de uma estrutura agrária fortemente distorcida, a fronteira em movimento tem se apresentado historicamente como alternativa para uma considerável massa de população rural que, expropriada e sem acesso à terra, entre migrar para a periferia das cidades e se assalariar precariamente nas grandes fazendas, opta por se deslocar rumo a "novos territórios", desenvolvendo nesses uma não desprezível produção de alimentos e minizando tensões sociais nas zonas já ocupadas².

(1) Silva, J. Graziano "O que é a Questão Agrária", Ed. Brasiliense, S. Paulo - 1980.

(2) Ainda que o recente processo de ocupação da Amazônia venha apresentando algumas especificidades como por exemplo a não regularidade sucessiva entre "Frente de Expansão" e "Frente Pioneira" a análise proposta por José de Souza Martins, é todavia de grande valia para que se pense em termos gerais, o que tem sido em sua "forma clássica" o movimento da fronteira. Ver Martins, J. Souza, "Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica", in "Capitalismo e Tradicionalismo, Livraria Pioneira Editora, S.Paulo. 1975.

Assim, ao que parece, é a partir das determinações que a existência e possibilidades de expansão da fronteira têm sobre a estrutura agrária nacional e, de certa forma, sobre as relações de poder que a ela se vinculam, que o movimento rumo a Amazônia assume maior importância no debate nacional, exigindo que se procure aprofundar seu conhecimento.

Sob este prisma, vale considerar que, se por um lado a Amazônia se constitui realmente na última fronteira do país, por outro, o recente movimento da expansão do capital monopolista na região, ocorrido sob tutela do Estado e através da valorização da grande propriedade, vem contribuindo, sobremaneira, para potencializar o caráter da terra como reserva de valor e acaba por desencadear um rápido "fechamento da fronteira" recém aberta, podendo, em consequência, problematizar a atual forma de desenvolvimento do capitalismo no campo e certas formas de poder a ele ligadas.

É a partir de meados dos anos 60 e no bojo das reformas introduzidas pelo governo instalado em 64, sob o princípio geral de "mudar para manter", que a Amazônia passa, de forma crescente, a despertar interesse por parte do Estado, sob a perspectiva de valorização do capital monopolista.

Neste sentido, um conjunto de leis, de 1966/77, que ficou conhecido como "Operação Amazônia", veio a se constituir como elemento base, traçando as linhas fundamentais da articulação capital x Estado na ocupação da região.

Datam do período, a criação do Banco da Amazônia, em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia; a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômico

da Amazônia-SPVEA e, conseqüentemente, a expansão e dinamização do sistema de Incentivos Fiscais à semelhança da legislação feita para o nordeste.

O discurso era claro. Escudado na bandeira do Desenvolvimento Regional, o Estado ampliaria a infra-estrutura da região (em 1965, havia 1786 km de estradas federais em tráfego; já em 1975 estas atingiam aproximadamente 9.000 km), e abriria mão de parcela de suas receitas em favor das empresas privadas que, assim, seriam atraídas para a área e teriam seus "esforços pioneiros" recompensados.¹

Uma atenção especial na base da ocupação seria dada à pecuária de corte, atividade que, segundo o Governo e a tecnoburocracia, expressa a "vocaçãõ regional".

Nesta perspectiva, estaria sendo promovida a ocupação da região, atendendo aos objetivos de segurança nacional: estaria sendo implantado um grande centro de produção agropecuária visando a exportação e melhoria do balanço de pagamento, além do que, estaria sendo propiciado um maior conhecimento dos recursos naturais que, conseqüentemente, elevaria as possibilidades de investimento na área.

Registre-se que, mesmo antes da política de Incentivos Fiscais, já o capital investia rumo ao norte através da

(1) Informações sobre a expansão da malha Rodoviária na Região, bem como sobre a aprovação e liberação de Incentivos Fiscais aparecem sistematizados em Dennis Mahar: "Desenvolvimento Econômico da Amazônia", IPEA, IMPES; R. J. 1978. Também em Cardoso e Müller, "Amazônia: Expansão do Capitalismo". São Paulo. 1977.

aquisição de grandes áreas de terra.¹ Entretanto, via esse instrumento legal, o interesse do empresariado desponta com maior intensidade e possibilidade de viabilização, face a substancial massa de mais valia colocada pelo Estado à disposição das grandes empresas privadas e a socialização dos custos das grandes obras de infra-estrutura que, por sua vez, representavam "cordões" contratos para a indústria de construção.

É pois, a partir de 67, que se observa a corrida de projetos pecuários para a região com a aprovação da SUDAM, chegando a corresponder, em anos como 71 e 74, a 86% dos projetos aprovados.

Esse conjunto de políticas, porém, acelerando a mercantilização da terra, reforçava, conseqüentemente, o caráter da grande propriedade como expressão histórica do capital na estrutura agrária, e recolocava a terra, a nível regional, na perspectiva que a situa nacionalmente como questão.

Nesse sentido, a abertura da Amazônia como espaço à valorização do capital, estaria trazendo, em conseqüência, o "fechamento" da última fronteira nacional para o pequeno produtor.

Neste ponto reside o outro aspecto do problema. Por um lado, a região progressivamente e com reforço do Estado

(1) Alguns exemplos podem ser encontrados na Revista da Ass. do Empresário da Amazônia, que informa que em 1957, João Lanari do Val, adquiriu em Conceição do Araguaia 390 mil ha de terra; em 1961, Hermínio Ometto, adquiriu aproximadamente 600 mil ha na Serra do Roncador em Barra do Garça (atual fazenda Suiã-Missu); em 1963 Nicolau Lunardelli adquiriu 450 mil ha no sul do Pará.

se transforma em espaço de grande interesse para o capital. Por outro lado, antes dos anos 60, ela já vinha sendo ocupada por parcela da grande massa populacional rural que face a distorcida estrutura fundiária do país, é constantemente empurrada pelo capital para as áreas de fronteira e esgota sua vida num processo de migrações sucessivas. Além disso, o discurso político dos inícios de 70, pretensamente respondendo à demanda social gerada pelos "homens sem Terra do Nordeste" com "as terras sem homens da Amazônia", previa a instalação, sob a coordenação do INCRA, de uma nova fase da colonização dirigida na região, com o objetivo de integrar à economia de mercado "amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável"¹. Assim, o Estado, de forma "bombástica", anunciava uma estratégia de ocupação da fronteira, objetivando absorver os excedentes rurais de outras regiões do país.

O principal eixo dessa forma de ocupação seria a rodovia Transamazônica, ao longo da qual se pretendia instalar toda uma infra-estrutura de apoio à viabilização do assentamento da 100.000 famílias nordestinas.²

(1) Metas e Bases para a Ação do Governo; Brasil e Presidência da República; p. 31. 1970. Citado por Tavares, V.P. e outros em "Colonização Dirigida no Brasil e suas Possibilidades na Região Amazônica". IPEA; MINTER; R.J. 1972, p.65.

(2) Sobre a colonização as margens da Transamazônica, ver particularmente George Martine, em "Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiências Recentes de Colonização no Brasil". Anais do Primeiro Encontro Nacional - ABRP - 1978.

A colonização dirigida, como parte de um referencial mais amplo, a política agrária, compreende a ocupação efetiva de áreas territoriais até então incultas e despovoadas, com o objetivo de incorporá-las produtivamente ao restante do país, ou ainda, como forma de garantir os limites de suas fronteiras. Implica na existência de terras despovoadas ou com reduzida população, de pessoas dispostas a migrar e, ainda, de recursos financeiros indispensáveis à realização de obras infra-estruturais básicas à instalação dos colonos.¹

Definida pelo artigo 5º do Decreto 59428, que regulamentou o Estatuto da Terra em 1966, como "toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso a propriedade de terra e a promover o seu aproveitamento econômico..."² a colonização diferiria do simples povoamento por ser um processo ordenado e seletivo que poderia conduzir o colono, através de um trabalho orientado, à sua emancipação econômica. Seria, portanto, uma ação planejada com a finalidade de povoar a terra e transformá-la em área cultivável.

Todavia, do apelo ideológico ao qual servia o programa à execução concreta, a distância foi muito grande. O saldo avaliado da suposta tentativa de atender, contraditoriamente, tanto a demanda social quanto a demanda do capital, foi o assentamento de menos de 10% das famílias pensadas originalmente, sob a alegação da "inviabilidade da pequena produção" como elemento básico à ocupação da região.

(1) Lima, R.A. de Mendonça - Direito Agrário-Reforma Agrária e Colonização" - Liv. Francisco Alves - Editora S.A. R. de Janeiro, 1975.

(2) Idem.

Portanto, parece ser possível pensar, que é no conjunto e em consequência dessas medidas governamentais que se intensificam os fluxos migratórios para a região, gerando uma diversidade de situações e colocando complexidades no tradicional movimento rumo à fronteira¹.

(1) "As crescentes tensões sociais na Amazônia estão diretamente relacionadas com a natureza dos movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira. Pode-se distinguir no país três correntes migratórias, duas das quais orientadas para a região amazônica. Uma delas é a já antiga e conhecida corrente que leva trabalhadores do Nordeste para o sul, particularmente para São Paulo, Rio e Paraná, procedentes sobretudo do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia. Do Nordeste, particularmente do Ceará, do Piauí e do Maranhão sai um outro fluxo migratório em direção ao Norte e ao Centro-Oeste, o que basicamente quer dizer Amazônia Legal. Uma outra grande corrente migratória, mais recente, é a que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia... Vou me concentrar principalmente nas duas correntes migratórias diretamente relacionadas com a Amazônia - a que do Nordeste se dirige para a Amazônia Oriental e a que do Sul se dirige para a Amazônia Ocidental.

Na primeira há uma clara saturação das possibilidades da agricultura familiar, com a pouca terra disponível para a pequena lavoura tomada por uma alta proporção dos estabelecimentos rurais da região. No caso do Piauí, 71% dos estabelecimentos dispõe de 3% da terra do Estado, enquanto pouco mais de meio por cento dos estabelecimentos tem 42% da terra. Semelhante é a situação no Maranhão. Do Ceará e do Piauí, o grande fluxo migratório é para o Maranhão e do Maranhão para Goiás e de Goiás para o Mato Grosso. Do Maranhão, do Ceará, de Goiás e do Mato Grosso o fluxo se dirige fortemente também ao Pará. Essa corrente migratória do Nordeste dirige-se diretamente para o que é hoje uma das áreas mais tensas do país, a região do Araguaia-Tocantins. Justamente nela, no Sul do Pará e no Norte de Mato Grosso, está concentrada a maior parte das grandes fazendas de gado constituídas com os incentivos fiscais administrados pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Há nessa região mais de 50 mil famílias de posseiros, sem contar pelo menos 17 tribos indígenas que somam cerca de 10 mil pessoas. Na segunda corrente, a que vai do sul para a Amazônia Ocidental, principalmente a Rondônia e Mato Grosso, as características são um pouco diferentes. Também no Sul a concentração fundiária é grande, ao mesmo tempo em que há forte fragmentação dos estabelecimentos rurais, ainda que não tão acentuada como no Nordeste. Ao mesmo tempo, as áreas de atração caracterizam-se pelo desenvolvimento de projetos de colonização oficial, como em Rondônia, ou particular como no Mato Grosso. Nem sempre os migrantes são proprietários. Entre os que procedem do Paraná e se dirigem a Rondônia, muitos há que eram meeiros, arrendatários e posseiros, expulsos da terra pela concentração da propriedade e da exploração, pela mecanização, e que chegam a Rondônia com o pouco que lhes resta embalado em dois ou três sacos". MARTINS, José de Souza, in "Expropriação e Violência". Editora Hucitec. S.P. 1980. Págs. 82, 83 e 84.

Assim, a Amazônia, face a grande intervenção do Estado e o caráter hegemônico do capital monopolista no seu processo de ocupação recente, como que "sem tempo" de cumprir as tradicionais "funções" da fronteira, passa a se constituir espaço em que a oposição capital x trabalho, mediado pela propriedade fundiária, expressa acúmulo de tensões sociais, constantemente presentes no meio rural brasileiro.

Diante disto, parece fazer sentido dizer que a forma como se gestou e desenvolveu, nas duas últimas décadas, o processo de ocupação da Amazônia, ao invés de diminuir as tensões sociais rurais acabou por aguçá-las, reproduzindo, na região, a distorção fundiária que marca o resto do país.¹ Ao invés de contribuir para o balanço de pagamento acabou por colocar mais uma pedra na questão do abastecimento interno, reduzindo o espaço do pequeno produtor que sempre contribuiu para isto, de maneira inquestionável. Por fim, acabou por contribuir para a internacionalização da região e potenciar a especulação com a terra.

(1) Exemplo marcante desse fato, encontra-se na análise feita por George Martine sobre a colonização na BR-363 em Rondônia, da qual é expressiva a citação a seguir: "A invasão liderada pelos grileiros e empresas extemporâneas de colonização e municada pela onda crescente de migrantes espontâneos em busca de terra criaram uma situação fundiária insustentável, justamente numa parte do país que parecia pouco propensa a sofrer tais problemas. Além da qualidade do solo, a característica que mais recomendava Rondônia como alvo de colonização em grande escala era a relativa ausência de problemas fundiários". in Anais do Primeiro Encontro da ABEP. op. cit. p. 75.

É a partir desta caracterização geral do que tem sido o processo de ocupação da região, que parece fazer sentido atentar para o que vem se apresentando como o seu mais novo instrumento, qual seja, a colonização particular dirigida, que resurge¹, embrionariamente, nos idos de 67² e assume contornos mais nítidos na década de 70.

É no período de 70 a 80 que o número de empresas de colonização particular registradas no INCRA para implantação de projetos na Amazônia Legal, cresce de 4 para 37 e o número respectivo de projetos aprovados chega a 67³, predominantemente localizados no estado do Mato Grosso.

É também nesta década, mais especificamente em 1977, que a Associação dos Empresários da Amazônia apresenta uma proposta alternativa de ocupação, consolidada no documento "Modelo de Ocupação Integrada da Amazônia". Essa proposta, segundo os empresários, resultou de uma reflexão e análise dos erros cometidos e de um diagnóstico da sociedade brasileira, no qual ganharam ênfase a crise do balanço de pagamento, a inflação e o acirramento da questão agrária.

-
- (1) Sobre a existência anterior da colonização particular e oficial na Amazônia. Ver SANTOS, Roberto A. de Oliveira, in História Econômica da Amazônia (1800-1920). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade Estadual de São Paulo - 1977. Mimeo.
- (2) Segundo dados do INCRA em 1967 teria sido dada autorização para funcionamento a duas empresas de colonização. Estas empresas tiveram também aprovados 4 projetos dos quais 3 localizados em Mato Grosso e um no Pará.
- (3) Relação das Empresas de Colonização Particular e Empresas de Imigração, 1982. INCRA/MA.

O discurso destacou as vantagens comparativas de que dispõe o país para transformar-se em "potência agrícola, extrativista e pecuária", apontando a necessidade de "intensificar a utilização dos espaços já ocupados com a agropecuária nas regiões Sul, Centro e Leste, às custas de uma mecanização mais intensiva, do uso intensivo de fertilizantes e outros insumos...", paralelamente à inadiável "incorporação de uma nova e imensa fronteira agrícola e pecuária, representada pelas terras férteis e utilizáveis da Amazônia Legal, que permitem a produção de volume substanciais de produtos agrícolas e pecuários, às custas de uma utilização de insumos inicialmente reduzida, um baixo nível de mecanização e da mão-de-obra já existente..."¹.

Ao que se pode supor, o capital apresentava duas "soluções" à problemática agrária brasileira. De um lado, solucionaria a questão fundiária das zonas agrícolas mais antigas, minimizando, conseqüentemente, as tensões sociais existentes, oferecendo ao pequeno produtor a nova fronteira como área alternativa à produção de alimentos básicos, garantindo, assim, sua permanência como grande responsável pelo abastecimento interno do país. De outro, contribuiria para a aceleração do processo de acumulação, tanto no setor agrícola, como industrial, via utilização extensiva e intensiva da terra naquelas zonas.

Querendo, ainda, deixar transparecer uma certa preocupação com as questões sociais geradas pela forma como vem se efetivando a apropriação e uso das terras na Amazônia, sugerem

(1) Modelo de Ocupação integrada da Amazônia. Associação dos Empresários da Amazônia. Janeiro 1977. mimeo. p. 5/6.

os empresários que seja reservada nos projetos de colonização "... um volume conveniente de pequenas propriedades para assentamento gratuito de posseiros de diversas regiões da Amazônia que aceitem transferir-se para as mesmas...", considerando, com isso, que na posse de uma propriedade definitiva e "... no convívio com vizinhos, que, vindos de outras regiões do País, usam técnicas mais adequadas e convenientes ao melhor trato da terra...", possam "... aperfeiçoar sua vocação de agricultor..."¹.

Enfim, parece ficar bastante claro que somente a iniciativa privada teria "know-how" e suporte financeiro para assumir as rédeas da colonização na Amazônia, atendendo a nível de seus projetos, inclusive, um certo segmento de trabalhadores da terra, ainda que estes não tivessem poder aquisitivo para adquiri-la.

Porém, a observação relativamente recente de alguns projetos de colonização particular dirigida, localizados na Amazônia Legal, parece apontar para o fato de que, apesar de aparentemente despontarem no processo de ocupação regional como estratégia "salvadora", o caráter seletivo com que estariam recolocando grandes extensões de terras no mercado, refletindo o que se poderia chamar "reabertura da fronteira sob controle", parece caracterizá-los como mais uma forma de ocupação que exclui, da grande massa de trabalhadores rurais brasileiros, a possibilidade de ter acesso à terra e ser beneficiária dos frutos do seu trabalho. Por outro lado, sob o ponto de vista da valorização do capital, é possível apontar como efeitos previsí-

(1) Modelo de Ocupação Integrada da Amazônia. Associação dos Empresários da Amazônia. Janeiro 1977. mimeo. p. 23.

veis: a realização da renda da terra, a formação de grandes reservas de mão-de-obra, a subordinação do pequeno produtor aos interesses das grandes empresas, permitindo a estas, a apropriação dos benefícios da produção sem assumir seus riscos.

3- O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

Dentre as formas assumidas e os instrumentos político-ideológicos utilizados pelo capital em seu processo de expansão para a Amazônia destaca-se, na última década, a colonização particular dirigida. Como estratégia de "ocupação planejada e, portanto, racional e produtiva", tem se constituído, principalmente após o notório fracasso da colonização oficial, num dos mais fortes componentes de consolidação da nova fronteira agrícola:

Este tipo de colonização tem mobilizado, mais intensamente para o estado do Mato Grosso, um grande contingente de migrantes, principalmente colonos do sul do país das zonas agrícolas mais antigas.

Estes colonos, enfrentando toda sorte de adversidades - que vai desde o clima e tipo de vegetação, até o engodo da titulação e da infra-estrutura básica prometida pelas empresas - têm sido um dos elementos responsáveis pela formação de um considerável número de novos povoados, vilas e até municípios que, em última instância, compõem a nova configuração que vem assumindo a reorganização do espaço amazônico¹.

Alta Floresta é um desses casos. Foi originalmente um projeto de colonização, implantado por uma empresa particular em terras do município de Aripuanã. Segundo o projeto da empresa, a região se caracterizaria como de clima quente e úmi-

(1) No Estado de Mato Grosso, foram criados entre 1979/80, 20 novos municípios, segundo a SINOPSE Preliminar do Censo Demográfico de 1980 - FIBGE.

do, com temperatura média anual entre 24º e 26ºC, precipitação pluviométrica média de 2.750 mm, fartamente irrigada e drenada pelo rio Teles Pires e seus afluentes da margem esquerda e com uma cobertura vegetal de alto porte, destacando-se inúmeras espécies de madeiras além de "colônias" de castanheiras.¹

Constituíam-se uma região totalmente isolada do resto do estado e seu acesso só se fazia possível descendo de barco o rio Teles Pires. Suas potencialidades despertaram o interesse da iniciativa privada através da INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização - que, mesmo antes de ter se constituído juridicamente, já havia desenvolvido estudos em áreas adjacentes de sua propriedade e testado sua viabilidade para a agricultura. Este interesse resultou na elaboração e implantação de um projeto de colonização do qual Alta Floresta se originou e herdou a denominação.

Considerando seu relativamente curto período de existência, pode-se dizer que dispõe de uma infra-estrutura privilegiada. Está servida por linhas aeroviárias e rodoviárias sistemáticas, telefonia, televisão, rede bancária oficial e particular, hospitais, hotéis, cinema, escolas urbanas (1º e 2º grau) e rurais, atendendo 8.000 alunos, e um conjunto de casas comerciais de gêneros alimentícios e outros produtos, ainda que estes, para a população, sejam vendidos a preços exorbitantes.

Alta Floresta, após a realização de um plebiscito, foi elevada à categoria de município através da lei estadual nº 4157 de 19 de dezembro de 1979. Possui uma extensão territorial

(1) Projeto de Colonização - Gleba Alta Floresta e Paranaíta - INDECO - 1975

de 41.447 km , uma população residente de 23.113 habitantes, apresentando-se no contexto estadual como um dos municípios de maior taxa de crescimento geométrico anual¹. (ver mapa a seguir)

(1) Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - FIBGE. 1980.

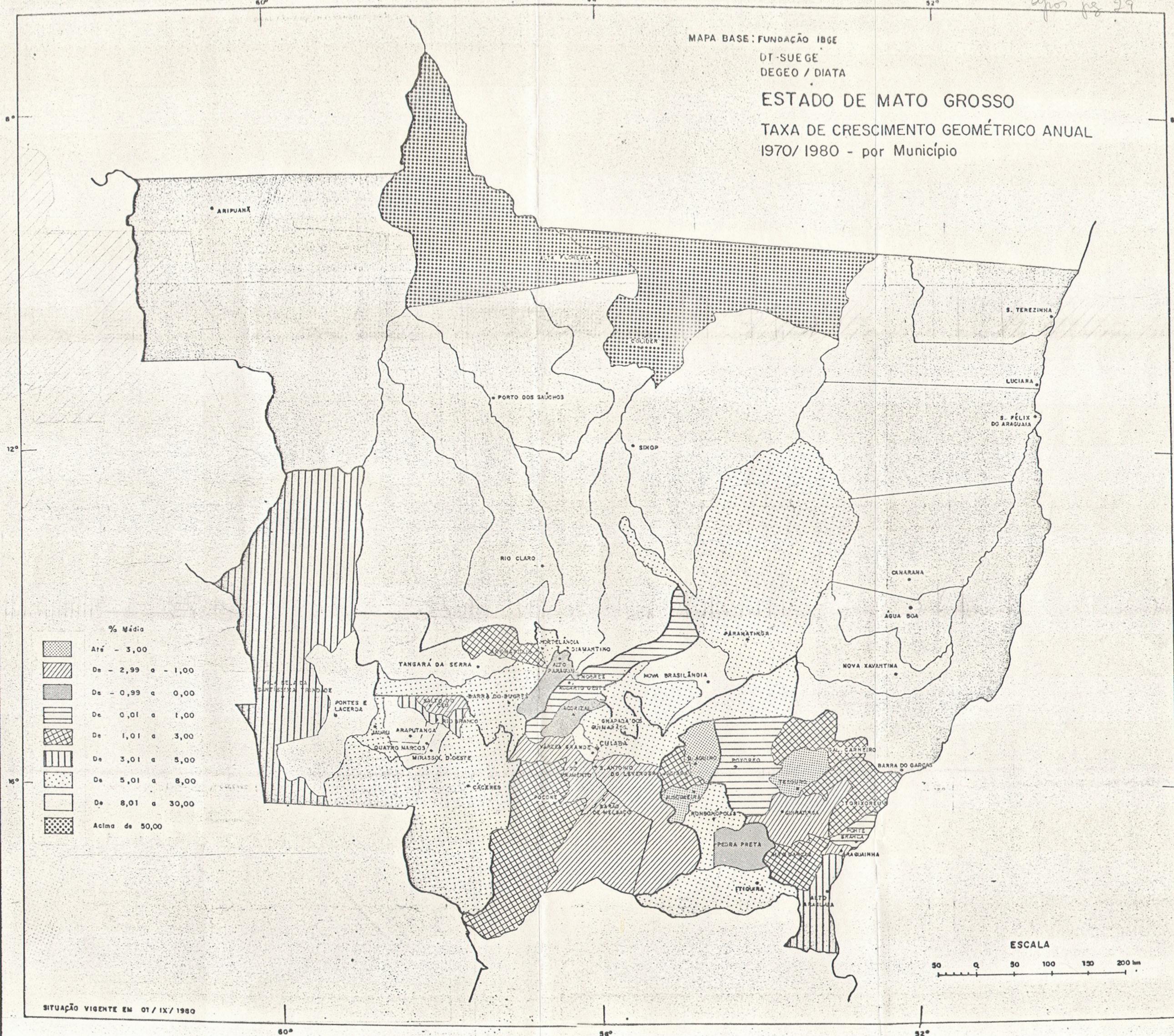
após pg 29

MAPA BASE: FUNDAÇÃO IBGE

DT-SUEGE
DEGEO / DIATA

ESTADO DE MATO GROSSO

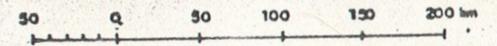
TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL
1970/1980 - por Município



% Média

[Dotted pattern]	Até - 3,00
[Diagonal lines /]	De - 2,99 e - 1,00
[Diagonal lines \]	De - 0,99 e 0,00
[Horizontal lines]	De 0,01 e 1,00
[Cross-hatch]	De 1,01 e 3,00
[Vertical lines]	De 3,01 e 5,00
[Dotted pattern]	De 5,01 e 8,00
[White box]	De 8,01 e 30,00
[Dotted pattern]	Acima de 50,00

ESCALA



SITUAÇÃO VIGENTE EM 01/IX/1980

4- A COLONIZADORA

A INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização empresa responsável pela colonização de Alta Floresta, fundada em 1973, possuía em 1975 um capital inicial de Cr\$...... -85.000.000,00 (Oitenta e Cinco Milhões de Cruzeiros).¹

Seu principal objetivo era viabilizar a implantação de um complexo de investimentos nos setores de colonização, agro-florestal, agro-industrial, agropecuária e extrativo, através de um "Programa Micro-regional de Desenvolvimento" que tinha, na colonização, o instrumento básico de todo o processo.²

Seu presidente, com uma experiência de 30 anos em atividades ligadas ao setor privado, entre as quais destaca-se a colonização, foi fundador do núcleo colonial que hoje é a cidade de Navirai no Estado do Mato Grosso do Sul, e "sempre gostou de colonizar". Na Amazônia Legal, mais especificamente em Barra do Garça, pretendeu implantar um projeto de colonização, redirecionando-o depois para a atividade pecuária de grande porte,³ por não ter obtido "resposta favorável por parte da terra" e considerar que "para colonizar, um dos pontos básicos para o sucesso, é terra muito boa para o pequeno proprietário".

Objetivando encontrar um lugar propício à colonização agrícola, "descobriu", em 1971, no Aripuanã, uma área de

(1) INDECO- Projeto de Colonização, Gleba Alta Floresta e Paranaita - 1975.

(2) Idem

(3) Este projeto que em associação ao grupo Hermínio Ometto se consolidou na fazenda Suiã-Missu, foi vendido, para o grupo italiano Liquigás.

aproximadamente 700 mil ha, a qual adquiriu de particulares, iniciando a fase de estudo de solo para testar sua qualidade, tendo em vista a locação de pequenos proprietários. Muito embora o solo não fosse dos melhores da Amazônia, estes estudos apontaram a área propícia para o cultivo do café, cacau, guaraná de maués e hortelã.

Neste meio tempo, através de concorrência pública aberta pelo Edital de Concorrência nº 03/73, de 25 de julho de 1973, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, colocou à venda, para fins exclusivos de colonização, 2.000.000 ha de terras devolutas estaduais, localizadas no Município de Aripuanã, divididas em duas áreas, uma no vale do Juruena com 1.600.000 ha e outra de 400.000 ha. Esta situava-se à margem esquerda do rio Teles Pires ou São Manuel, limitando-se a leste com o córrego Carlinda, a oeste com o Rio Paranaíta, por onde fazia divisa com as terras da empresa e ao sul com a divisa municipal. A coincidência de limites favorecia a abertura de um espaço maior de terras contíguas para a empresa, que habilitou-se e venceu a concorrência, incorporando a extensão de 400.000 ha, pelo valor de Cr\$50,00 (Cinqüenta Cruzeiros) cada, tornando-se assim, proprietária de 1.100.000 ha no município.

As terras estavam circunscritas à área de atuação da SUDAM e da SUDECO, onde os programas de desenvolvimento do POLAMAZÔNIA (Polo Juruena), previam apoio a projetos privados de colonização, agropecuário e extração mineral.

Além das terras de domínio privado e de domínio público adquiridas, respectivamente, de particulares e da CODEMAT, a empresa, sabendo da existência de uma área de

85.000 ha pertencente à União ¹ e contígua à sua, "na tentativa de evitar tumulto provocado por outro tipo de ocupação", pretendeu incorporá-la encaminhando ao INCRA uma carta de intenções, "que por questões não muito claras não foi aceita, apesar de já existir até um projeto para implantação de uma cidade na área²".

O Programa Micro-regional da empresa previa, para a extensão de 1.100.000 ha, a instalação de projetos de colonização, projetos agropecuários, projetos agro-florestais, projetos agro-industriais, projetos de desenvolvimento urbano integrados e a construção de uma rodovia de acesso à área, a partir da Cuiabá-Santarém. Entretanto, dado o compromisso assumido de colonizar os 400.000 ha, comprados da CODEMAT, foi inicialmente deslanchado o programa de colonização.

(1) Esta área foi entregue a Cooperativa Agrícola de Cotia, para implantação de um projeto de colonização.

(2) Declarações do Diretor de Colonização da Empresa.

5- O PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Explicitando como objetivo promover a ocupação econômica e social do norte matogrossense, através do desenvolvimento primordial da agricultura, a INDECO apresentou ao INCRA um projeto de colonização para a área de 400.000 ha, compreendendo duas glebas, Alta Floresta e Paranaíta.

Para cada uma das glebas foi previsto um núcleo urbano, dotado de infra-estrutura física, social e econômica e núcleos de apoio nos principais nós do sistema viário. Este asseguraria a cada lote o acesso não só aos núcleos urbanos como também à rodovia principal, denominada J-1, a ser construída pela empresa, ligando a área do projeto à BR-163 (Cuiabá-Santarém), na altura do Km 642, por onde seria escoada a produção.

O loteamento foi dimensionado de forma a estabelecer três categorias de empreendimentos rurais: exploração agrícola em regime de economia familiar; exploração agrícola em regime empresarial (pequena e média empresa); e exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte, com programação autônoma do projeto. As duas primeiras categorias de lotes, denominadas respectivamente, tipo A com 100 ha e B com 300 ha, foi delimitada 30% da área total de cada gleba, incluindo núcleos urbanos e reservas. Os 70% restantes da área correspondiam aos lotes da terceira categoria, ou seja aos lotes autônomos, com dimensões entre 3.000 e 6.000 ha.

Foram estabelecidos critérios para a utilização racional da terra, com base nos quais os lotes teriam suas áreas assim distribuídas:

- Lote Tipo A (100 ha)

25 ha para culturas temporárias
 20 ha para culturas permanentes
 5 ha para outros usos
 50 ha de área de reserva

- Lote Tipo B (300 ha)

45 ha para culturas temporárias
 50 ha para culturas permanentes
 5 ha para outros usos
 50 ha de reserva técnica
 150 ha de reserva florestal.

A gleba Alta Floresta, objeto do presente estudo, foi planejada para uma área de 211.966,05 ha, obedecendo à seguinte organização territorial.¹

<u>Loteamento de colonização</u>		<u>total</u>
318 lotes de 100 ha	32.258,37 ha	
206 lotes de 300 ha	62.681,32 ha	
- Reservas 01 e 02	<u>269,55 ha</u>	95.209,24 ha
<u>Áreas Urbanas</u>		
- Cidade de Alta Floresta	2.407,72 ha	
- Reserva	<u>1.210,32 ha</u>	3.618,04 ha
<u>Sistema Viário</u>		
- Principal - 32,692 km	163,46 ha	
- Secundário-185,362 km	<u>370,72 ha</u>	534,18 ha
<u>Lotes Agronecuários Autônomos</u>		
- AF 1 a AF 18		112.435,03 ha

(1) Conforme planta fornecida pela empresa

- Sistema Viário

- Principal	18,622 km	93,11 ha	
- Secundário	29,255 km	<u>58,45 ha</u>	<u>151,56 ha</u>

Total Geral.....211.966,05 ha

As áreas definidas como reservas seriam destinadas à pesquisa e experimentação, à defesa dos mananciais de água e de recursos naturais nobres, à exploração direta pela empresa e à expansão do loteamento colonial.

Os estudos experimentais desenvolvidos pela empresa selecionaram para a área as culturas permanentes de cacau, café, guaraná, banana e pimenta-do-reino e as culturas temporárias de arroz, milho, feijão, amendoim, algodão, soja e mandioca. Entre as primeiras, foram eleitas, inicialmente, para plantio, o cacau e o café, e entre as últimas, o arroz, milho e feijão.

Para as culturas temporárias as terras precisariam de adubação após o terceiro ano de plantio e, para tanto, os colonos seriam devidamente orientados pelo departamento técnico da empresa. Para as culturas permanentes seria indicado nos três primeiros anos a adubação por cova, com superfosfato simples.

Para garantir a cultura do café, que de início seria um dos principais produtos da região, a empresa instalaria viveiros com capacidade para 30.000 mudas fornecidas gratuitamente aos colonos e plantadas à razão de duas mudas por cova. O plantio do café - cuja produção esperada após o segundo ano corresponderia a 2.400 k de produto beneficiado por ha - seria intercalado com feijão, o que garantiria, num primeiro momento, a

subsistência do agricultor.

O controle e assistência técnica da produção seriam exercidos pela empresa, até que uma cooperativa prevista para ser imediatamente implantada tivesse condições de assumi-los.

Objetivando, ainda, uma melhor remuneração e imediata colocação da produção agroflorestal na própria área do projeto, a empresa teria como meta prioritária dos seus investimentos, no setor, a implantação de agroindústrias e indústrias de beneficiamento primário dos produtos.

Em síntese, enquanto o projeto não se encontrasse com estrutura consolidada, que lhe garantisse suficiente autonomia, a empresa, através de uma equipe administrativa sediada em Alta Floresta - à qual competiria inclusive o exercício dos poderes de Prefeitura - deteria o total controle da área, obrigando-se desde a execução de obras infra-estruturais, até o assentamento do colono no lote respectivo e o controle da ocupação territorial.

Quanto à venda dos lotes realizada "diretamente pela Empresa, através seus prepostos especialmente contratados para a seleção e promoção de vendas", obedecia a um plano específico e seletivo. Foram adotadas, como áreas preferenciais de vendas, as regiões centro-sul e sul do país "onde predominam os produtores rurais não proprietários que exploram a terra em regime de parceria ou arrendamento rural" e onde "o interesse para compra de terra própria é objetivo e a condição para emigrar somente está condicionada à garantia, por parte da empresa, da realização das obras de infra-estrutura que assegure condições efetivas de escoamento da produção e assistência educacional e

médico-hospitalar na área do projeto"¹.

Admitindo que a demanda é muito maior que a oferta de terras, adotariam como condições seletivas, a preferência ao agricultor com idade máxima de 50 anos com maior tradição agrícola e volume de recursos próprios e que se compromettesse, bem como sua família, ao cadastro médico, cujo custo estaria implícito no preço do lote, e que se obrigasse a respeitar as normas de preservação da flora e fauna da área do projeto.

Os lotes seriam vendidos a Cr\$800,00 o hectare, resultando num total de Cr\$80.000,00, para os do tipo A e Cr\$...-240.000,00 para os do tipo B. Para os lotes agropecuários autônomos, tipo C, o valor do hectare corresponderia a Cr\$600,00. Estes valores iniciais de venda seriam atualizados, trimestralmente, obedecendo aos índices de correção monetária em vigor para o Sistema Nacional de Habitação.

O sistema de vendas obedeceria a duas modalidades de pagamento para os lotes tipo A e B: à vista, com desconto nunca inferior a 10% e a prazo. As vendas à prazo poderiam ser financiadas pelo PROTERRA, à base de 80% do valor do lote pago em 10 anos, com 2 anos de carência e juros a 12% ao ano, e pela própria empresa, mediante uma entrada de 50% do valor do lote e 50% durante 2 anos, em parcelas trimestrais sem juros e sem correção monetária. A venda dos lotes do tipo C estaria fora deste sistema por se tratar de investimentos empresariais.

Quanto aos lotes urbanos, durante a primeira fase de implantação do projeto seriam transacionados por um valor simbólico e doados a quem se compromettesse a construir no lote e

(1) Projeto de Colonização - Gleba Alta Floresta e Paranaíta - INDECO p. 357. 1975.

transferir residência para a cidade."Na fase de Promoção do Projeto, a cada comprador de lote de colonização será doado um lote na cidade correspondente, a fim de estimular a ocupação do núcleo urbano"¹.

O contrato de compra e venda firmado entre colono e colonizadora estabelecendo o compromisso de ambas as partes, dispõe, além das cláusulas normalmente contidas em documentos desta natureza, sobre o prazo de ocupação, o uso racional e a indivisibilidade o lote rural na gleba Alta Floresta.

(1) Projeto de Colonização - Gleba Alta Floresta e Paranaita - INDECO p. 362 - 1975.

6- A COLONIZAÇÃO PARA A COLONIZADORA

Para o diretor-presidente da INDECO, cujo ideal teria sido sempre colonizar novas áreas com pequenos produtores, a terra nobre da Amazônia, por ser pouca, deveria ser sempre ocupada com agricultura perene. "Ela é que fixa o homem ao solo e que gera riqueza, emprego, gera isto que se está vendo na nossa região".

Após uma tentativa frustrada na Serra do Roncador, onde "as terras não eram aptas à agricultura", promoveu em 1971 uma expedição liderada por Benedito Vieira, para exploração das terras do Aripuanã.

Dada a dificuldade de acesso à região, praticamente desabitada, Benedito Vieira com dois barcos e oito homens, desceu o rio Teles Pires durante 27 dias e abrindo picada na mata chegou até onde hoje se localiza a cidade de Alta Floresta.

À margem direita do Teles Pires foi construída, em dois meses, uma pista de pouso, facilitando o acesso às frentes de trabalho, que levantaram o potencial da área e a consideraram propícia à colonização.

Foram dedicados 5 anos anteriormente a implantação do projeto para as pesquisas de temperatura, índices pluviométricos, meses prováveis de seca, etc...

"Terra fértil, acesso permanente e documentação sadia", foi o lema adotado pela empresa para vender a imagem de Alta Floresta e proceder a sua ocupação. Se a fertilidade da terra parecia demonstrada e a documentação dependeria exclusi-

vamente da efetivação do pagamento do lote no prazo previsto, o grande desafio ao colonizador foi o acesso a área, cuja maior dependência relacionava-se à construção da rodovia Cuiabá-Santarém. Esta, interligada à área de colonização através a J-1, estrada cuja realização era de total responsabilidade da INDECO - seria a única via terrestre de comunicação com o mercado externo e interno ao qual se destinaria a produção do núcleo colonial.

Em fins de 1973, a rodovia Cuiabá-Santarém já se encontrava no Km 642. No ano seguinte, começaram a chegar máquinas e equipamentos e foi iniciada a construção da J-1, estrada que daria acesso à área destinada à colonização. Entretanto, 81 km depois do marco inicial, interpunha-se o rio Teles Pires, no traçado da estrada, "... nessas alturas já tinha saído o pessoal do Paranã, de Maringá, com a balsa, com as ferragens da balsa, pra ser montada na beira do rio. Aí eles chegaram, passaram 25 dias construindo a balsa e jogaram dentro do rio. A D-8 já entrou dentro da balsa, e depois que pararam as chuvas, começou tudo de novo. Por causa das chuvas nós só chegamos onde ia ser Alta Floresta já em 75".¹

Começaram então os trabalhos que configurariam a futura cidade. Na grande clareira aberta na selva surgiram as primeiras construções, o viveiro de plantas, casas para moradia e administração, o hospital e eram abertas as estradas vicinais que dariam acesso aos lotes, cuja demarcação também estava sendo realizada. Era objetivo da empresa receber os primeiros colonos, em meados de 76, pelo menos com a infra-estrutura essen-

(1) Entrevista com um operador de máquina, pioneiro de Alta Floresta.

cial instalada.

Segundo o colonizador, para o sucesso do empreendimento era importante ter a garantia da fertilidade do solo.

"Eu comprei, adquiri essa terra, e quando estava fazendo estudo do solo, eu trouxe para cá pessoas, professores, doutores, para fazerem análise da região, qualidade do solo, para ver se a região se prestava realmente para a colonização de pequenos proprietários".

Através uma série de experimentos esses técnicos teriam confirmado a vocação agrícola da região para o café, guaraná, cacau, banana, pimenta-do-reino, arroz, milho, feijão, amendoim, algodão, soja e mandioca.

Para o paranaense Geraldo Torres, que em 1977 era agrônomo da INDECO, a fertilidade das terras do Aripuanã é fantástica e o norte do Estado de Mato Grosso teria, inclusive, condições de em três anos superar o Paraná: "A distribuição natural das chuvas - esse clima tropical úmido, tudo irá contribuir para que a gente garanta uma média de 4 litros de café-em-coco por cova (40 sacas por hectare)"¹

Depoimentos dessa natureza eram fundamentais, pois o mercado principal para a venda dos lotes, foi o Estado do Paraná, onde pequenos produtores, cuja tradição era o cultivo do café, pareciam ter implícita na sua decisão de mudar a esperan-

(1) Folha de São Paulo. 09/06/1977.

ça de poder voltar a plantar este mesmo produto. Esses agricultores, sem condições de perceberem as especificidades históricas determinantes das transformações estruturais ocorridas na agricultura paranaense, que em última instância, teriam relegado o café a um segundo plano e, conseqüentemente, limitado o espaço de sobrevivência para o pequeno produtor, atribuíam a perda de importância daquele produto ao "envelhecimento da terra". Assim, o aceno da "terra nova" também constituiu-se para eles num motivo de migração.

Objetivando a realização de experimentos e a produção de mudas e sementes que foram fornecidas aos primeiros colonos, foi cuidadosamente escolhido e delimitado um espaço na área do projeto, que sob a orientação de técnicos da empresa constituiu-se no "cartão de visita" para aqueles que vinham conhecer o núcleo de colonização.

A fazenda Caiabi, empresa independente da INDECO, porém a ela vinculada pelo laço de parentesco de seus proprietários, também se constituía, para o visitante, num exemplo marcante da resposta positiva do solo às culturas principais. Com uma área de 7.000 ha, na qual encontram-se plantadas 520.000 covas de cacau, 650.000 covas de café, além de outras espécies em fase de experimentação, conta com uma equipe técnica de agrônomos e técnicos agrícolas responsáveis pela administração da fazenda, além de armazém, secadores e todo tipo de equipamento necessário ao processamento da produção, garantindo a ela uma perfeita autonomia em relação ao núcleo de colonização.¹

(1) Informação prestada pelo engenheiro agrônomo responsável pela administração da fazenda, em novembro de 1981.

Percebe-se, assim, que no sentido também de demonstrar a capacidade produtiva do solo de Alta Floresta e talvez provar que acreditava no futuro agrícola da região, a própria colonizadora investiu na agricultura, como dando um exemplo do crédito que deveria merecer o empreendimento.

Enfim, as terras precisavam ser valorizadas e, neste sentido, a empresa não teria medido esforços, nem tampouco recursos financeiros. Parecia estar convicta de que contribuía para a minimização de graves problemas sociais no meio rural brasileiro e, ao mesmo tempo, dizendo relegar a um segundo plano o aspecto econômico, sabia que o retorno do capital investido seria compensador, pois acreditava ser possível fazer bons negócios, ainda que trabalhando seriamente.

"Para nós, o lado econômico, vamos supor, vem em terceiro lugar. O resultado vem mesmo que você não queira; você investindo bastante, a valorização vem... Nós tínhamos aqui 400.000 ha; nós adquirimos na época (1973) por vinte milhões de cruzeiros; nós geramos recursos mais ou menos de um bilhão de cruzeiros, tudo dentro dela. Hoje, eu tenho 50.000 ha, que tem um valor fora de série, em função de eu ter investido esse bilhão... mesmo que você invista no lado social, luz, estradas, etc,... vem o retorno"... "Colonização é rentável, fazendo sério, porque se você não fizer seriamente, ganha

o descrédito do próprio colono, ele não tem estímulo para o trabalho. O sucesso na verdade é do colono... está no peso do colono".¹

Em síntese, para a empresa, nas palavras de seu diretor-presidente, desenvolver um projeto de colonização "é uma questão de filosofia, é um negócio rentável, mesmo agindo da maneira que a gente age. Colonização é rentável fazendo seriamente... não dá a rentabilidade dos juros hoje de banco, isso não dá, nem por sonho... mas o que eu quero discutir aqui é a minha filosofia, eu quero ajudar a gerar mais empregos, direto, indireto, mais riquezas, ajudar família a distribuir o pão, porque o paternalismo também é maléfico. O homem tem que comprar a terra, pagar a terra, o desafio, as ajudas que você dá tem que ser dosadas, porque se você der tudo também, você não consegue. É o desafio do pequeno e do médio, que você precisa fazer eles sentirem".

Assim fica bastante claro, o fato de que, apesar da empresa ter investido paralelamente, na atividade agrícola, na construção de um número considerável de prédios (aproximadamente quarenta), na indústria de transformação (guaraná, cacau, arroz) etc., que sem dúvida alguma deve lhe proporcionar uma renda considerável, é no negócio de terras que parece estar sua maior prioridade, daí que já se constitui projeto, abrir em suas terras novas frentes de colonização.

(1) Declarações prestadas em entrevista pelo presidente da empresa. Alta Floresta. Novembro de 1981.

7- DA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA À "TERRA PROMETIDA"

A Amazônia, como a mais recente área de fronteira do país, tem sido, mais acentuadamente nas últimas décadas, receptora de fluxos migratórios, determinados, em última instância, por questões que historicamente caracterizam o processo de expansão capitalista da agricultura brasileira. Como parte desta região e consideradas as especificidades de seu surgimento, Alta Floresta possui, atualmente, uma população constituída basicamente de migrantes. Estes, em grande maioria, têm sua história marcada por sucessivos deslocamentos espaciais, motivados, quase sempre, pela busca de melhores condições de vida que, para muitos, significa a possibilidade de acesso à terra.

Em grande maioria, as pessoas entrevistadas neste núcleo de colonização são tradicionalmente trabalhadores da terra, originários das regiões sul (18,9%), sudeste (52,8%) e nordeste (28,33%). Apresentam em sua trajetória de vida conforme quadro seguinte, algumas vezes, a marca de 8 migrações, justificadas sempre pela impossibilidade de sobrevivência do pequeno produtor rural nos lugares de onde partiram. Não são poucos aqueles que fizeram 3, 4 ou 5 migrações e esperam ter encontrado em Alta Floresta o ponto final de um percurso bastante sofrido.

"Se for tocado daqui, não tenho medo, já tô acostumado com isso".

"Acho que é o destino que move atrás de terra melhor".

"Pedra que anda muito não cria lodo".

ESTADO DE ORIGEM DOS COLONOS, SEGUNDO
NÚMERO DE MIGRAÇÕES ATÉ ALTA FLORESTA

ESTADO DE ORIGEM	NÚMERO DE MIGRAÇÕES								TOTAL DE MIGRAN- TES
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Alagoas	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Bahia	-	-	3	1	2	-	-	-	6
Ceará	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Pernambuco	-	-	1	-	2	-	1	-	4
Paraíba	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Minas Gerais	-	3	2	-	3	2	-	-	10
Paraná	-	5	1	2	1	-	-	-	9
Rio Grande do Sul	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Santa Catarina	-	-	2	-	-	-	-	-	2
São Paulo	1	-	4	5	-	1	3	1	15
TOTAL	1	8	16	8	11	3	4	2	53

Procedem em grande maioria (81,13%) do estado do Paraná, mais especificamente de municípios pertencentes às microrregiões, 281 - Norte Novo de Londrina, 283 - Norte Novíssimo de Paranavaí, 285 - Norte Novíssimo de Umuarama, 286 - Campos Mourão e 288 - Extremo Oeste Paranaense, regiões onde a atividade agropecuária é bastante representativa tanto em área utilizada quanto em valor da produção (ver mapa e quadro a seguir).

SITUAÇÃO VIGENTE EM 01/IX/1980

MAPA BASE: FUNDAÇÃO IBGE
DT - SUEGE
DEGEO/DIATA

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO MUNICIPAL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS



MICRORREGIÕES DE PROCEDENCIA
DOS COLONOS DE ALTA FLORESTA



..... Região Metropolitana de CURITIBA

ESCALA
0 10 20 30 40 50 60 70 80 km

MIGRANTES SEGUNDO LUGAR
DE PROCEDÊNCIA

ESTADO	Nº DE MIGRANTES	
	ABS	%
Paraná	43	81,13
Santa Catarina	1	1,89
São Paulo	1	1,89
Mato Grosso do Sul	5	9,43
Mato Grosso	3	5,66
TOTAL	53	100,00 %

Esta significativa incidência de migrantes paranaenses em Alta Floresta sugere, ainda que sem maiores aprofundamentos algumas referências quanto ao processo de ocupação do Paraná e as recentes modificações que, sob a égide do capital, ocorreram em sua estrutura agrária, sobretudo pelo fato deste estado ter sido considerado, a relativamente poucos anos atrás, como região de fronteira.

A intensificação da ocupação do Paraná teve início durante a década de 40, quando foi transferida a fronteira cafeeira de São Paulo, trazendo consigo um intenso fluxo migratório que contribuiu para a elevação acelerada do crescimento demográfico nas décadas de 40 e 50¹. Nesta fase predominavam as pequenas e médias propriedades. Entretanto, "após a fase de consolidação fundiária, começou a haver uma desestruturação dos pequenos lotes que foram repassados aos grandes proprietários, mudando, em muitos casos, a atividade do café para a pecuária ou para outras lavouras de exportação (a soja por exemplo) pou-

(1) MARTINE, George-Tendências Recentes de Distribuição Espacial da População Brasileira - Brasília, 1981 - Mimeo.

padoura de trabalho"¹.

Foi a partir de 1960, conforme Martine, que "a produção do café começa a ter uma trajetória, nitidamente decrescente, em termos de produção global - apesar do crescimento do número de estabelecimentos agrícolas e da constante incorporação de novas áreas produtivas. Em comparação, alguns produtos intensivos de mão-de-obra (algodão, arroz, feijão, mandioca e milho) tiveram uma expansão que, em maior ou menor grau, acompanhou o ritmo de incorporação de áreas novas, pelo menos até 1970. O mais significativo, porém é a aceleração meteórica da produção de cultivos intensivos em tecnologia, maquinaria e outros insumos modernos, como é o caso do trigo e, particularmente da soja. Tais modificações no produto agrícola paranaense são tão intimamente relacionadas com o uso da terra. Assim, no período 1960-80, a área ocupada pelo café ficou reduzida a menos da metade, enquanto que outros produtos como a soja e o trigo multiplicaram sua área em mais de 20 vezes".²

Talvez em decorrência desse processo, que demandaria extensões maiores de terra, em consequência da necessidade de elevar a produtividade através uma maior tecnificação da agricultura, se possa explicar o fato de que as microrregiões de onde procedem os colonos de Alta Floresta tiveram, sem exce

(1) OSÓRIO, Carlos - Migrações Recentes e Desigualdade. Anais Primeiro Encontro Nacional-ABEP. Campos de Jordão. 1978. p. 612.

(2) MARTINE, George - Emprego e Fronteira Agrícola. Revista de Economia Política. Vol. 2, nº 3, julho-setembro/82. Brasileira-SP. p. 58.

ção, um forte incremento populacional urbano e perda substancial de população rural¹.

A nova performance assumida pela agricultura teria trazido em seu bojo transformações também nas relações sociais de produção. Já não teriam condições de sobrevivência econômica os arrendatários - cujas terras seriam incorporadas pelo capital ao novo processo produtivo -, os pequenos parceiros - proprietários que não tendo acesso ao mercado financeiro e disponibilidade suficiente de terra, não poderiam concorrer com o grande proprietário, - e os formadores - cujo produto, o café, estaria progressivamente sendo substituído por outro mais rentável².

Muito embora o fator clima tenha sido apresentado como uma das causas motivadoras da mudança, os depoimentos dos colonos entrevistados em Alta Floresta, apontam a mecanização, o uso intensivo de inseticida, a falta de terra para trabalhar, enfim, a impossibilidade do pequeno proprietário concor

(1) Segundo a Sinopse Preliminar do Centro Demográfico de 1980, a perda de população rural nestas microrregiões na década, assim se expressaria: Novo Norte de Londrina, 174.673 hab; Norte Novíssimo de Umuarama, 230.955 hab; Campo Mourão, 198.590 hab; Extremo Oeste Paranaense; 127.104 hab.

(2) "A evolução recente da estrutura agrária do Estado do Paraná é bastante ilustrativa de dois grandes movimentos sucessivos e contrários: a multiplicação de pequenos produtores como formas precárias de acesso à terra (parceiros, arrendatários e posseiros) na década de 1960 e a sua rápida redução na primeira metade da década de 1970. O resultado final, permeado por um crescente número de violentos conflitos, se traduziu na crescente concentração da terra e, conseqüentemente, da renda gerada no setor agrícola", in A Modernização Dolorosa, Zahar Editores. Rio 1982. p. 112.

rer com os "tubarões" ou ainda dos não proprietários conseguirem uma "colocação" é bastante veemente e talvez comprobatório das suposições acima levantadas.¹

"O ganho do pobre o tratô acabou".

"A mecanização acabou com a lavoura e trabalhar de boia-fria não dava".

"Os fazendeiro ia empurrando, passando o trator até no roçado. Além disso, o veneno que jogavam intoxicava os pequenos. Os vizinho até fogo botaram na roça, acabaram comprando de nós pra vender pra outro fazendeiro".

"Vendi a terra, 3 Al. pra comprã lote maior aqui. É que entrou a mecanização e pro homem de "braço pequeno" não dava mais, só dá pro tubarão".

"Nós estava no meio de uma lavoura grande de soja, que cobria tudo com veneno e tivemos que vir embora, porque as crianças tavam ficando envenenadas".

"A gente gostava de trabalhã, não tinha serviço. Com a mecanização os fazendeiro não dava terra".

(1) "No Paraná, a causa da emigração é a concentração da propriedade para as culturas do trigo e da soja. Como o trabalho é feito hoje através de máquinas combinadas que poupam muita mão-de-obra, já não há emprego na área nem para os trabalhadores nem para os pequenos lavradores". MARTINS, José de Souza. Lutando pela Terra: Índios e posseiros na Amazônia Legal, in Os Camponeses e a Política no Brasil, VOZES. Petrópolis 1981. p. 120.

Nesta situação, a esperança de deixar para os filhos a "herança terra" se fazia cada vez mais remota para o agricultor. A luta ficou ainda mais desigual entre pequenos e grandes proprietários, de modo que, para os primeiros, a opção pela fronteira sempre seria uma melhor alternativa, diante do constante fantasma da proletarização.

"A terra era pouca, a família cresce, e lá não dava mais pra comprã terra".

Enfim, parece que mais uma vez o capital avança ferozmente "como um tubarão" sobre a pequena produção agrícola, apontando como "salvação" a migração para a fronteira.

Nas regiões centro-oeste e centro-sul onde, em tese, estariam situados os potenciais compradores, foi desenvolvida propaganda através de rádios, jornais, cartazes e de reuniões realizadas pelos corretores, onde eram mostrados slides e filmes sobre Alta Floresta. Basicamente a propaganda, tomando por base o lema da empresa, respaldada pela difundida experiência e seriedade do diretor-presidente da colonizadora, apontava como principais aspectos motivadores da compra, a qualidade da terra, o preço e a garantia de titulação.

"Era o lugar dos pobres vivê"

"Lugar de muito produto, lugar pra ir pra frente".

"Tudo era bom, mas foi um engano o café que diziam que dava, não está dando, café, 4 anos, não dá nem 15 sacos".

"Documentação séria, o seu A, o rei da se-

riedade, não protesta e não toma terra apesar do atraso".

Todo pretense comprador teria direito de conhecer e escolher sua terra. Para tanto, foram organizadas excursões de Kombi, ônibus e até mesmo de avião - pois a esta altura Alta Floresta já possuía campo de pouso - e caso houvesse interesse lá mesmo se poderia efetivar a compra e, neste caso, o colono não pagaria os custos da viagem. Dos colonos entrevistados 67,8 % visitaram o núcleo colonial antes de comprar lote. Outros, porém, compraram "olhando pelo papel" ou ainda pela informação de parentes e amigos, moradores ou não do novo núcleo de colonização.

"Comprei terra, mas paguei a viagem pra conhecer".

"Comprei no escuro, o corretor deu um preço e depois tava errado. O seu A, vendeu pelo preço antigo e tocou o corretor".

"O corretor pagou as despesas da viagem pra conhecimento, porque comprei terra".

O aceno da "terra barata", a informação de que "era um lugar de produção", além do fato de que "as terras não eram embrulhadas" e "que tinha serviço", foram fatores determinantes da opção por Alta Floresta.

Outro elemento de atração também importante foi a possibilidade de voltar ou continuar a plantar o café apontado pela empresa como um dos produtos satisfatoriamente aprovados para cultivo nas terras de Alta Floresta. Para muitos, a ativida-

de na agricultura foi iniciada por este produto, levando-os, inclusive, a migrações sucessivas. Para alguns, a primeira prioridade de cultivo na região de procedência continuava a ser o café.

"Mudei pra procurã melhor condição para o café".

CULTURA NO LUGAR DE PROCEDÊNCIA
SEGUNDO A PRIORIDADE DE CULTURA*

	PRIORIDADE		
	1	2	3
Café	15	1	-
Trigo	7	5	-
Soja	22	7	-
Algodão	2	2	1
Amendoim	-	-	1
Arroz	2	15	7
Feijão	1	15	8
Milho	3	14	7
outros	11	6	1

* Alguns colonos apresentaram para uma mesma prioridade mais de um tipo de cultura.

Além disso, "o lugar era novo" e o corretor dizia que "só com o arroz dava para comprã terrinha". Portanto, o simples fato de arranjar um serviço era garantia para, em pouco tempo, também tornar-se proprietário.

"Eu não tinha bem de raiz e queria criar a família sobre o que era meu".

"Achei que em Alta Floresta podia comprã terra, mas até agora não consegui".

No Paraná, a empresa de colonização não se constitui uma novidade, de forma que, em geral, os agricultores têm uma idéia muito precisa das vantagens e desvantagens de se comprar terras de colonizadores. O sistema de comunicação entre os que migram e os que ficam funciona de tal modo que muitos dos entrevistados decidiram-se por Alta Floresta, influenciados por amigos ou parentes que já tinham migrado e manifestavam-se favoravelmente à colonizadora. Muitos deles sabiam até identificar nominalmente aquelas empresas que não tinham agido seriamente com seus colonos, especificando o fato de não titulação das terras e não cumprimento das promessas no que se refere à infraestrutura de apoio, "deixando o colono largado à própria sorte".

Em condições históricas determinadas, a migração é resultante do movimento do capital que estabelece, inclusive, sua direção. Neste sentido, o colono paranaense que migrou para Alta Floresta, dependendo de suas condições específicas, - como ser ou não proprietário, características de seu lote, em síntese, sua maior ou menor possibilidade de amealhar algum recurso no local de procedência, - parecendo descartar a proletarianização como alternativa em jogo, viu-se diante do impasse de optar por um lugar na fronteira, como espaço que lhe restava à sobrevivência na condição de agricultor.

Esta possibilidade de "escolha" pode ser percebida

pelo fato de que, pelo menos 81,13% dos colonos entrevistados, tinham conhecimento de outras áreas de acesso à terra, como o Pará, Rondônia, Acre e mesmo outros municípios do estado do Mato Grosso. Em relação a elas foram levantadas uma série de restrições, principalmente às áreas de colonização sob a jurisdição do INCRA que, segundo eles, não oferece oportunidade de escolha do lote, não providencia infra-estrutura e o colono "vai na sorte, pega retirado e tem que dispôr de dinheiro para abrir até estrada". Porém, disseram ainda, "o pior é entrar numa fria da terra embrulhada de certas colonizadoras". "O importante é ter segurança do "título" e, para isso, "tem que ser empresa séria".

Para o agricultor pressionado pelo capital, a fronteira apresentava duas alternativas: mudar para tentar manter a condição de proprietário ou ainda mudar para adquirir esta mesma condição. Esta última, ao que tudo indica, pelo menos nas áreas de colonização particular, parece constituir-se uma possibilidade bastante remota, pois, dentre 32 proprietários entrevistados apenas um, colocando-se na condição de "formador" em Alta Floresta, conseguiu, através a venda da produção da lavoura branca e venda da "forma", comprar dois anos depois, na própria gleba 5 (cinco) alqueires de terra.

"Esperava encontrá um terreno pra trabalhã então eu vim na cegueira. Diziam que a terra era barata, chegando era tudo dos ricos".

"Vim com 22 famílias e nenhuma conseguiu a terra esperada".

Para os anteriormente proprietários, as características de localização e qualidade da terra nas zonas mais antigas foram elementos determinantes de seu valor, bem mais elevado do que os das terras em Alta Floresta, permitindo-lhes, assim, a aquisição de lotes muito maiores na área de colonização¹. Em função destas características, bem como das benfeitorias nelas existentes, as informações coletadas em relação ao preço de venda destas terras foi muito variável. Em consequência recorreu-se a dados secundários, que embora insuficientes para montar uma série histórica, de qualquer modo, oferecem possibilidade de comparar o preço de venda da terra em mata no principal estado de procedência dos colonos, com os referentes as terras do estado de destino (Mato Grosso) e de Alta Floresta, bem como permitem verificar a elevação destes preços. (quadros a seguir).

Assim, foi, em decorrência da venda de suas parcelas na região de procedência que se tornou possível a 84,4% dos colonos proprietários entrevistados a manutenção desta condição. Os outros (15,6%), conseguiram trazer algum dinheiro, e tornar-se proprietários em Alta Floresta, porque, ou tiveram uma boa produção na condição de parceiros, formadores ou arrendatários, em seus respectivos lugares de procedência, ou, ainda, tomaram dinheiro emprestado de parentes ou amigos.

(1) "Outro fator concomitante que acelerou a concentração fundiária é a ascensão violenta do preço da terra que se verifica a partir do início da década de 70. Essa valorização deu-se de forma muito acentuada no país como um todo entre 1972 e 1975, mas, como demonstra o IPARDES, foi ainda mais violenta no Paraná; nesse Estado, enquanto no período 1966-71 a terra valorizou-se 130%, de 1971 a 1977 ela se valorizou em quase 2.000%". MARTINE, George. Emprego e Fronteira Agrícola, in Revista de Economia Política. Vol. 2 nº 3, julho-setembro/1982. Brasiliense. S.P. p. 60

PREÇO DE TERRAS AGRÍCOLAS EM MATA (CR\$/ha)

UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS	A N O S						
	1975 2º SEMESTRE	1976 1º SEMESTRE	1977 1º SEMESTRE	1978 1º SEMESTRE	1979 1º SEMESTRE	1980 1º SEMESTRE	1981 1º SEMESTRE
Paraná	...	11.501,37 ¹	9.024,63 ³	9.903,00 ³	17.327,00 ³	36.116,00 ³	96.626,00 ³
Mato Grosso	3.670,70 ³	3.982,71 ³	5.949,00 ³	13.636,00 ³	22.566,00 ³
Alta Floresta ²	1.200,00	2.000,00	2.500,00	5.000,00	8.000,00	13.000,00	26.000,00

Fontes: 1 - Secretaria de Estado de Agricultura do Paraná - Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná. Jan. 1977 (média estadual)

2 - Diretoria de Colonização - INDECO - SP. 1982.

3 - Conjuntura Econômica FGV. Vol. 33, nº 2, Fev. 79/vol. 34, nº 8, Agosto 80/vol. 31 nº 2, Fev. 81/vol. 3 nº 21.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE TERRAS AGRÍCOLAS EM MATA

(em percentuais - base em 1977)

UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Paraná	...	127,44	100	109,74	192,0	400,2	1070,7
Mato Grosso	100	108,5	162,07	371,49	617,49
Alta Floresta	48	80	100	200,0	320,0	520,0	1040,0
IGP *	49,63	70,10	100	138,7	213,5	427,5	897,3

* ÍNDICE GERAL DE PREÇOS.

FONTE DOS ÍNDICES:

1. Período 1975/78 - Conjuntura Econômica - Suplemento Especial - V. 33. nº 11. set. 1972
2. Período 1979/81 - Conjuntura Econômica - V. 36. nº 12. dez. 1982.

"Em 69 juntei Cr\$2.000,00, 71 juntei Cr\$4.000,00 botei a juros com o patrão e fomos juntando de pouquinho até fazer Cr\$15.000,00. Em 75 e 76 deu bom o algodão e conseguimos Cr\$30.000,00. Como não dava pra pagar a entrada, meu genro entrou de sócio com Cr\$10.000,00 e o corretor emprestou Cr\$5.000,00 e quando voltamos para Nauari o patrão pagou o corretor. Trabalhamos mais um ano pra viver e pagar a dívida, mas não deu pra pagar em dois anos e tivemos que pagar juros de Cr\$5.000,00 sobre os Cr\$10.000,00 que faltava..."

A maioria dos proprietários (75%) adquiriu seus lotes através contratos de financiamento da própria empresa. Destes, - conforme o sistema previsto no projeto de colonização - 87,5% deram 50% do valor do lote de entrada e o restante parcelaram, sem juros, em 2 anos. Os demais, 12,5%, juntaram outras formas de financiamento. Dos que compraram de particulares (25%) já num esquema de revenda, 75% pagou à vista e 25% parcelado.

Não se teve notícia de ninguém que tivesse perdido seu lote por falta de pagamento. Quanto a isto, disseram os parceleiros, que a empresa é bastante compreensiva, dificilmente cobrando juros daqueles que atrasaram as prestações.

Constata-se, portanto, pelos dados anteriormente colocados e pelo fato de que nenhum proprietário recorreu a financiamento bancário para a compra de terra, o caráter seletivo

da colonização particular dirigida. Muito embora, em seu projeto, a empresa tenha explicitado que o mesmo se destinaria aos "produtores rurais não proprietários", pois estes por suas próprias características seriam compradores potenciais, a realidade do contexto agrário brasileiro tem demonstrado exatamente o contrário. Para estes produtores, as perspectivas que a expansão do modo de produção capitalista na agricultura parece apontar é a proletarização ou, quando muito, o deslocamento para a fronteira onde acena a esperança de se colocarem na condição de posseiros. Porém, acesso a lotes de terra em áreas de colonização particular, pelo menos o presente estudo parece apontar que as exceções são raras, principalmente porque fica contraditoriamente claro no referido projeto que as terras seriam preferencialmente vendidas aos produtores que tivessem maior volume de recursos próprios¹, o que seguramente descartaria a possibilidade de mudança para o agricultor despossuído.

"Estou colocado no terreno do patrão, não tenho futuro, o futuro é dele. Já tô cansado de procurá melhora e não acho. Se Deus abençoá e arranjà uma terrinha, que nem do INCRA, largo tudo e vou embora".

A chegada de colonos em Alta Floresta estava prevista apenas para 1976. Alguns mais apressados chegaram ainda em 75 e ficaram esperando até que a estrada de acesso fosse aberta e seus lotes demarcados. Dos colonos entrevistados, a maioria chegou entre 1976 e 1979 e quase todos (77,4%) já se mudaram com a família.

(1) Projeto de Colonização Gleba Alta Floresta, Gleba Paranaita. INDECO, 1975, p. 357.

Se bem tenham enfrentado, com coragem e perseverança, os primeiros tempos na fronteira, o confronto com a exuberância da mata, o clima diferente e a própria insalubridade da área, foram bastante comentados.

Entretanto, o aceno da terra nova, a possibilidade de garantir a segurança dos filhos ante a perspectiva de um "pedaço maior para tocar a lavoura" e a certeza de que a geada não iria acabar com todo o seu trabalho, eram motivos suficientes para vencer toda sorte de dificuldades. Iniciava-se uma nova vida onde o confronto com as condições deixadas na região de procedência e as perspectivas oferecidas, pareciam indicar que, finalmente, chegavam à "terra prometida". Muitos ficaram à beira da estrada, às vezes mais de um ano, morando em barracos de plástico ou de lona, até conseguirem meios para construir uma casa. Estas são quase sempre de madeira e com poucos cômodos, pois, para eles, o importante é ver a plantação formada e foi nisso, antes de tudo, que investiram seus braços e os poucos recursos trazidos.

"A mata tava fechada, não tínhamos nenhum recurso. Ficamos um dia no tempo e depois 1 ano e 6 meses em barraco de plástico".

A mata era densa "de meter medo" e, disseram eles, podiam até ouvir o rugido das onças como que a espera daquele que invade seus domínios. Os mosquitos eram tantos que, para afastá-los, precisavam fazer fumaça, queimando raízes ou breu, dia e noite.

"Tinha tanto mosquito! Precisava ter balde de

fumaça. Pegamos ferida e os médicos eram caros. Aqui, tudo é uma barbaridade".

Isto tudo dificultou a abertura do lote, porém não desanimou o colono que, de modo geral, não considerou difícil se instalar em Alta Floresta, pois "quem entra animado não tem medo do mato".

"A necessidade obriga a se agarrã em qualquer lugar. Tem vez, quando a gente se agarra num pau com espinho pode até parecê colchão de mola".

"Estava sofrendo em cima do que era da gente... foi duro mas foi a coisa mais bela que eu já passei".

A primeira picada aberta deveria dar acesso à água que, para 73,6% dos entrevistados, foi facilmente encontrada. Depois, a derrubada em uma área maior, para começar a plantar arroz, feijão, milho e o café. Os primeiros lhes assegurariam a sobrevivência até que o café, para o qual a empresa garantia excelentes resultados, começasse a produzir e trouxesse consigo o sucesso para o agricultor.

Os recursos trazidos em dinheiro foram muito poucos e para alguns destinavam-se ainda à aquisição da terra. Depois disto, quase nada lhes sobrava, a não ser o essencialmente necessário para sobreviver até a primeira colheita.

Além dos recursos em dinheiro, certos colonos entrevistados trouxeram também, conforme quadro a seguir, os pou

cos instrumentos de trabalho que dispunham, além de alguns animais.

OUTROS BENS TRAZIDOS PELOS COLONOS

ESPÉCIE	Nº DE COLONOS
Trator	3
Trilhadeira	7
Arado	1
Pulverizador	1
Caminhão	6
Camionete	8
Jeep	4
Automóveis	5
Gado	6
Cavalos	6
Burros	4
Porcos	3
Cabras	1
Galinhas	1

Estes dados parecem demonstrar a pouca possibilidade de que tiveram os colonos de Alta Floresta de acompanhar as transformações ocorridas na estrutura produtiva, em suas regiões de procedência. Para eles, este fato, que culminou com o deslocamento para a fronteira, explica-se pelo reduzido tamanho das terras que possuíam. Estas se, por um lado, não ofereciam a rentabilidade necessária ao investimento em máquinas e equipamentos, por outro, não valiam como garantia suficiente, face às

condições exigidas pelas fontes de financiamento¹.

"Lá não tinha condição, comprei, investi, paguei juro e tive que vender tudo pra pagá a dívida".

Na verdade, para quem tem dedicado longos anos de trabalho à agricultura, além da terra estes colonos quase nada conseguiram e suas possibilidades de sucesso na nova investida, acabam geralmente limitadas aos braços de seus familiares.

Para os colonos entrevistados quase nada havia a reclamar quanto aos primeiros tempos na fronteira. Segundo eles, as estradas vicinais eram boas, os lotes estavam demarcados e não faltou nunca o apoio do colonizador "nas horas de apuro".

(1) "Embora a participação na agricultura capitalista crie laços cada vez mais dependentes com o sistema financeiro, a outra alternativa, a de ficar à margem do processo-alternativa seguida pela maioria dos pequenos produtores-leve a uma determinação ainda mais rápida das condições de reprodução da força de trabalho. Para muitos agricultores sem capacidade de endividamento, ou que possuam terras que não se prestam a mecanização, a alternativa de modernização tecnológica simplesmente não existe. Isto porque, conforme Bastos, as condições de produção da maioria dos pequenos produtores são muito precárias; a renda líquida destes produtores mal cobre as necessidades mínimas anuais dos trabalhadores familiares; daí ser reduzidíssima a capacidade destes produtores de realizarem novos investimentos produtivos. Para esses pequenos produtores; que não se incorporaram ao sistema de crédito e insumo modernos, os problemas principais são a fertilidade decrescente e a insuficiência da extensão da terra". MARTINE, George- Emprego e Fronteira Agrícola, in Revista de Economia Política. Vol.2 nº 3, julho/setembro/1982-Brasiliense. S.P. p.63

A figura do colonizador parece ter sido determinante da segurança e motivação com que os pioneiros entraram na gleba. Para garantir a sobrevivência do núcleo - praticamente isolado no meio da selva, principalmente nos períodos de chuva em que as estradas ficavam intransitáveis -, a empresa montou um sistema de comunicação constante com seus escritórios em Cuiabá e São Paulo, que se encarregavam de despachar caminhões e até mesmo aviões com todo tipo de produto solicitado, desde charque e sabonete até gasolina, "sem qualquer alteração de preço".

"Quando a gente chegava tava o médico dando assistência. A colonizadora dava assistência o máximo, até dinheiro para o colono ... o seu A não deixava ninguém apurado".

Pelos depoimentos coletados, tudo era feito para que os colonos se sentissem integrados ao processo de colonização. Não teria faltado a assistência da colonizadora que, de certa forma, se manifestava paternalisticamente, principalmente na pessoa de seu diretor-presidente, cuja liderança, por todos admitida, chega a ser carismática.

Este tipo de comportamento por parte da empresa, que para alguns parecia gratuito e descompromissado, tem evidentemente uma outra conotação quando se considera que, da fixação produtiva do colono em Alta Floresta, dependeria, sem dúvida alguma, a valorização das terras que estavam sendo recolocadas no mercado. A partir deste procedimento o colonizador reafirmava seu discurso, cujo conteúdo indicava ser sua principal preocupação a satisfação das aspirações do pequeno produtor rural e, ao

mesmo tempo, assegurava o sucesso capitalista do empreendimento que, pelo efeito demonstração, aumentava a demanda de terras, provocando uma significativa elevação nos preços e propiciava um retorno maior e mais rápido do capital investido.

8- DA IDEIA À OCUPAÇÃO EFETIVA

A colonização de Alta Floresta tem sido assumida por segmentos empresariais e políticos do país como um "caso-modelo" a ser observado. Em aproximadamente cinco anos, a INDECO conseguiu a implantação e emancipação do projeto, contando, segundo seus dirigentes, apenas com seus próprios recursos.

Embora para a colonizadora, pelo menos a nível do discurso, os principais beneficiários do processo sejam o pequeno e médio produtor rural, a forma concreta como vem se realizando a ocupação da gleba aponta no sentido de que tal processo tem beneficiado, sobretudo, outros agentes sociais. Estes, menos preocupados com o caráter produtivo da terra, se envolveram muito mais na sua comercialização, transformando-a em objeto de grande especulação imobiliária, contribuindo para a redução de sua disponibilidade e elevação do seu preço, limitando, assim, a possibilidade de um colono ter acesso à compra de um lote padrão.

Todavia, é importante esclarecer que tal fato não deve ser tomado como uma indicação, nem, tampouco, implica na debilidade dos negócios com a terra. Assim, embora o escritório local da empresa não soubesse informar, com precisão, o número total de lotes vendidos, bem como os efetivamente ocupados, observou que praticamente a totalidade dos lotes coloniais já haviam sido transacionada e que, face à procura favorável e diante do retalhamento e revenda dos lotes de 100 ha e 300 ha em áreas menores, a própria empresa havia optado por dividir em frações de até 30 ha, 5 (cinco) dos chamados "lotes autôno-

mos" ou AF (áreas de fazenda)¹.

Ratificando as suposições anteriormente levantadas, o gerente de uma das maiores empresas rurais e industriais da área, que durante muito tempo foi a principal corretora das terras de Alta Floresta, negociando aproximadamente 60% de seus lotes, ressaltou ter sido bastante comum a venda, especialmente das maiores parcelas (300 ha), para "investidores". Observou ainda, que tendo ocorrido o pico dos negócios no período de novembro de 79 a novembro de 80, certamente em 82, ano em que contratualmente venceria o prazo para ocupação, alguns lotes, provavelmente fracionados, retornariam ao mercado e outros seriam objeto de algum tipo de atividade, ainda que esta se reduzisse ao mero desmatamento de uma pequena área que, indicando uma suposta ocupação cumprisse, mesmo que apenas formalmente, a exigência firmada em contrato a quando da aquisição do lote. Finalmente, sugeriu que, com frequência, as transações com terras envolvendo não-produtores imediatos, obedeciam a uma espécie de movimento que, sinteticamente, poderia ser resumido nos quatro momentos seguinte:

- 1- compra de um determinado número de lotes por "investidores" (sobretudo médios), somando áreas de aproximadamente 1.000 ha ou mais;
- 2- abertura parcial das áreas e ocupação com famílias de colonos contratados geralmente no Paraná;

(1) É interessante notar que essa redução do tamanho do lote de mandou autorização oficial, e neste sentido a empresa, consciente do leque de potenciais compradores que tal medida criaria, não mediu esforços para que seu projeto fosse aprovado. A portaria de autorização do INCRA data de 19 de janeiro de 1982.

3- valorização das terras;

4- revenda dos lotes.

Considerando tais informações, procedeu-se no decorrer do trabalho de campo, assinalar no mapa do loteamento todas as parcelas que ainda estivessem "fechadas". Observou-se que os lotes menos ocupados eram exatamente os de 300 ha. Enquanto a desocupação nos lotes de 100 ha correspondia a algo em torno de 10%, para os de 300 ha chegava a 50%. Além disto, dos 20 (vinte) módulos de 300 ha, onde foram entrevistados os moradores, encontrou-se 6 (seis) que pertenciam a uma área maior resultante do agrupamento de 2 (duas) a 5 (cinco) parcelas do mesmo tamanho. Reforçando ainda as observações anteriores, vale ressaltar que nestes seis lotes somente em um foi encontrado o proprietário atuando diretamente na produção; nos demais, havia sempre a presença de famílias de agricultores, contratadas sob regime de parceria.

Percebe-se, portanto, que embora frequentemente e em tese, a ocupação via colonizadora seja pensada como uma ação planejada e homogeneizante, uma vez que aglutina agentes com interesses coincidentes, ainda que em escala distinta, o estudo de um caso concreto sugere o caráter "idílico" e fortemente ideológico de tal suposição. Assim, apenas exemplificativamente, é possível notar que em Alta Floresta alguns adquirem a terra e posteriormente a ocupam como produtores diretos, à base de relações sociais de produção do tipo familiar. Outros, contratam famílias para simplesmente tomar conta da terra ou para trabalhar sob o regime de parceria; neste caso, o trabalho é administrado à distância ou em visitas periódicas. Outros, ainda, simplesmente nada fazem, esperando a progressiva valoriza-

ção da terra, que naturalmente ocorre, quando menos, pela implantação de serviços básicos, como estradas, transportes, água, luz, etc, acrescentando a ela uma renda, em relação a qual, individualmente, não foi realizado qualquer tipo de investimento.

Porém, se a colonização aflora como um investimento que garante a lucratividade do capital, o grau de complexidade com que se reveste o processo de ocupação de uma área, extrapola a perspectiva do colonizador, contrapondo o real à idéia projetada.

Sob este prisma, é possível pensar que, para os limites espaciais da colonização, convergem agentes sociais diversos, fazendo com que a fronteira, na verdade, desponte como um campo de forças que condensa, a um só tempo, graus diferenciados de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.

Para o colonizador o investimento naquelas terras significa a ordenação de um espaço onde, certamente, seriam criadas as condições mínimas à reprodução de seu capital. Nesta perspectiva, sua atuação catalizadora seria fundamental no sentido de que as contradições emergentes não chegassem a conflitar o processo, cujo maior objetivo seria, sem dúvida alguma, a rápida valorização de suas terras.

Assim, aparentemente sem maiores confrontos e sob as benesses da colonizadora, Alta Floresta apresentou-se aos pioneiros¹, como o "palco iluminado" para o sucesso daqueles que, aceitando o desafio da fronteira, perceberam nela, talvez,

(1) No sentido de que foram os primeiros a chegar.

a oportunidade histórica inusitada de chegar a ser também um acumulador de riquezas.

Contudo, para capitalizar o suficiente e, num segundo momento, investir em terras, parece ter sido, para alguns, sumamente importante ter, também, **chegado primeiro**. Estes ao que tudo indica, tiveram todo um espaço alternativo para escolha de um "bom negócio" ao qual se dedicar e, quanto a isto, a colonizadora não teria colocado obstáculo. Oferecia todo tipo de facilidade para que se consolidasse o mais rapidamente o núcleo colonial, principalmente na parte referente ao setor serviços, pois assim aliviaria progressivamente os encargos que a empresa tinha de assumir.

"Aqui tem que ser como Marília, Maringá, livre iniciativa. Eu não quis monopólio de armazem, de comércio, de cerâmica, de serraria, de nada. Ocupamos alguns lugares até que aparecesse alguém que substituisse..."¹.

Surge, então, na gleba, o prestador de serviços, frequentemente chamado "o picareta"², na verdade "o faz de tudo", para viabilizar, na maioria das vezes, o sonho de ser também um dia um "capitalista da terra", ou seja, ser um "fazendeiro", sem precisar, contudo, se engajar diretamente no processo produtivo.

(1) Entrevista com o Diretor Presidente da INDECO-Alta Floresta Novembro de 1981.

(2) Ainda hoje esta expressão é utilizada em referência aquelas pessoas que não tem um negócio fixo.

Neste sentido, todo trabalho era trabalho: a intermediação na venda de terras, a empreitada para derrubada de mata e, para isto, a contratação de peões, o transporte de mercadorias para a manutenção da população e construção na cidade, etc, se circunscrevem a uma perspectiva onde o importante era a formação de uma certa quantia de dinheiro que pelas próprias especificidades de fronteira nos tempos iniciais, parece sugerir a hipótese de que não precisaria ser tão grande para se transformar em capital, resultando daí maiores oportunidades para os possuidores de um volume de recursos relativamente pequeno.¹ Para muitos, este estágio foi o ponto de partida à consolidação de "bons negócios" como supermercado, farmácia, hotel, hospital, marcenaria, serraria, etc., e estes negócios possibilitaram a ponte à aquisição de terras.

Diferentemente dos investidores em terras exógenas à região e cujo interesse maior parece ser a especulação imobiliária, para os moradores de Alta Floresta, o compasso de espera em que algumas vezes é deixada a terra, relaciona-se ao tempo necessário à obtenção de recursos capazes de torná-la produ-

(1) Parece possível pensar que no início da abertura da fronteira, a fraca monetização da economia, a inexistência de mercados (que na verdade começam a se formar) criam certas especificidades, dentre as quais, despontam exigências menores à que um determinado volume de dinheiro possa se transformar em capital, como que repondo no tempo algumas condições há muito superadas pelo próprio desenvolvimento capitalista rumo a formas mais avançadas. "O montante mínimo de valores de que tem de dispor um possuidor de dinheiro ou de mercadoria para virar capitalista muda de acordo com os determinados estágio de desenvolvimento, difere nos diferentes ramos de produção, segundo as condições técnicas de cada um". MARX, Karl. O Capital, Liv. 1, Vol. 1, Cap. IX p. 353/354. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro.

tiva sem requerer, no entanto, a sua atuação direta no processo, possibilitando, portanto, a continuidade de outros negócios de rentabilidade mais imediata.

Quanto aos agricultores que se deslocaram para a fronteira, conseguir um espaço de terra era praticamente a única possibilidade de continuar na atividade agrícola, pois, para eles, a terra é o meio de trabalho que garante a sua sobrevivência e a segurança futura de seus descendentes. Neste sentido, o espírito de solidariedade que parece caracterizá-los, justifica todo tipo de estratégia.

Na medida em que as terras foram se valorizando, o espaço para o pequeno produtor foi ficando cada vez mais reduzido. Para aqueles que chegaram com poucos recursos ou, ainda, que chegaram "atrasados" e o dinheiro conseguido pela venda da terra no local de procedência já não dava mais para fazer face às despesas de viagem e compra de um lote padrão, as alternativas que se colocaram à aquisição imediata de terra para trabalhar era encontrar alguém que, por necessidade ou solidariedade, se dispusesse a vender uma fração de sua parcela ou juntar seu dinheiro ao de outros colonos na mesma condição, familiares ou não, para, em sociedade, comprarem o lote desejado. Esta segunda alternativa pressupunha um acordo de cavalheiros entre os agricultores, ao qual a colonizadora fazia "vista grossa". Geralmente, um elemento era escolhido como representante do grupo e em seu nome era feito o contrato de compra e venda. Concluído o negócio, cada colono ficava com uma área de terra proporcional à sua participação em dinheiro.

"Hoje, quem tem um pedacinho de terra em Al

to Piquiri, não vem pra cá... , Quem vem de lá não pode mais comprá aqui, só quem chegou primeiro. Eu mesmo se quisesse não posso aumentá minha terra".

Esta estratégia, se em princípio foi adotada em caráter excepcional, assumiu mais recentemente proporções indicativas de um precoce processo de minifundização que poderia ser considerado como um momento mais geral do processo de proletarização. Dos 53 lotes pesquisados, 41,51% já haviam sido fracionados em parcelas de até 12 ha, observando-se, inclusive, que o parcelamento atinge 45,45% dos lotes do tipo A (100 ha) e 35% dos lotes do tipo B (300 ha).

Em síntese, o processo de colonização de Alta Floresta parece apontar contradições que em outras áreas de fronteira, hoje consolidadas, teriam levado um maior espaço de tempo para emergir.

Despontando como alternativa a pequenos proprietários, que em zonas de agricultura mais antigas viam-se sufocados pela presença do grande capital e, portanto, praticamente sem opção para sobreviver como agricultor, a nova fronteira "viabilizava-se" através da colonizadora que oferecia as condições mínimas exigidas para migrar: o baixo preço da terra que possibilitaria a aquisição de maiores áreas e a qualidade do solo que seria próprio a várias culturas inclusive aquelas tradicionalmente por eles plantadas.

No momento em que o colono incorporou trabalho à terra, esta assumiu um novo valor que, aliado ao tamanho dos módulos definidos para a gleba, limitaram, num curto período de

tempo, o acesso à propriedade para grande parte, daqueles que, presumivelmente, seriam potenciais compradores.

"A colonizadora compra a terra, mas ao dispor não fazem uma coisa que dá pra pobreza se colocá".

"A colonizadora contou os lotes errado, muito grandes".

"Pros pequenos não dá porque é lote grande e o preço muito caro".

Em consequência, os lotes adquiridos com fins especulativos ganharam também maior valorização e permaneceram desocupados provocando nos proprietários vizinhos certa insatisfação e preocupação quanto ao aparente descaso com que é tratada a terra e o seu provável destino.

"O fazendeiro compra e não ocupa e os pequenos não pode comprá. Por que não pica a terra pra plantá feijão que todo mundo come".

"O fazendeiro grande, compra grande terra e depois vende caro pro pequeno".

"Ao invés de dá pra esses homens venderem, o governo devia vender direto e barato pros pobres, por que tem muita terra parada".

"A tendência é fazer pasto e aí os formadores tem de ir embora. Plantando pasto vai tudo prá trás".

A demanda por terra é crescente e para os proprietários as dificuldades para trabalhar toda a terra disponível são grandes pois não possuem recursos financeiros e humanos suficientes. Em decorrência, conforme já foi referido, muitos acabam vendendo parte de seu lote para manter ou ampliar a plantação ou, ainda, para pagar dívidas adquiridas "nas horas de apuro".

"Inicialmente a terra era fracionada, por iniciativa dos próprios colonos, em 25 ha. Atualmente, já se fraciona os 25 ha em áreas menores, com a finalidade de adquirir alguma renda para tocar a produção ou para resolver algum outro tipo de problema, ao mesmo tempo em que oferecem alternativa para o colono, que não tem grande poder aquisitivo, de adquirir um pedaço de terra"¹.

Se as próprias características históricas da pequena produção agrícola brasileira determinam a demanda potencial por terra na fronteira, no caso em estudo a constante elevação de seu preço tenderia a restringir a demanda efetiva. Precisam ser recriadas, então, alternativas de comercialização da terra sem prejuízo do capital.

"Do jeito que tá, não dá pros pobres comprá terra. É muito cara e eles corta de bastante".

(1) Entrevista com o pároco de Alta Floresta. Nov. 1981.

"A colonizadora corta a terra muito grande e não dá pro pequeno comprã, nem tocã".

Neste sentido e já de posse da experiência concreta realizada pelos próprios colonos, a INDECO, conforme já referido, recorre ao INCRA e concedida a autorização, fraciona áreas de terras que anteriormente eram consideradas autônomas do projeto e destinadas a grandes empreendimentos agropecuários, em parcelas inferiores ao módulo rural (100 ha) anteriormente definido para a região.

Assim, usufruindo da infra-estrutura implantada para o projeto inicial, a colonizadora incorpora a ele praticamente sem maiores custos, um total de 18.282,65 ha e oficializa (proporcionalmente ao tamanho dos lotes originais) o processo de minifundização da gleba o que poderia ser considerado como um momento mais geral do processo de proletarização¹.

Verifica-se, pois, em Alta Floresta, a reprodução de contradições para as quais a colonização teria sido criada como solução alternativa. De um lado, a crescente presença de proprietários minifundiários e, de outro, a existência de grandes e médios proprietários. Este fato preocupa os colonos, que preconizam acontecimentos iguais aos do Paraná.

(1) "O fracionamento da terra, diz Kaustsky, conduz a uma maior procura das pequenas parcelas por parte dos pequenos camponeses, que pagam pela terra mais que os grandes agricultores". in Lenin. V.I., "O capitalismo na Agricultura (o livro de Kaustsky e o artigo do Senhor Bulgákov)". A Questão Agrária. Silva, J. Graziano e Stolcke, V. Ed. Brasileira.

"Voltã num dá, por causa do frio, sô se apu
rã. Sabe lâ se os fazendeiros depois não
vão atacando que nem lâ? Esse negócio de
abri terra pros outros..."

"Aqui pode acontecê como no Paranã, as gran
de fazenda tende a acabã engolindo os pe-
queno e as coisas acaba como lâ, expulsan-
do o pequeno pra frente".

9- "EM SE PLANTANDO TUDO DÁ"

As expectativas criadas em torno do núcleo colonial de Alta Floresta foram muitas. A propaganda da empresa, as informações de parentes e amigos, a difundida seriedade da colonizadora levaram para a gleba um contingente substancial de migrantes cujo objetivo básico era conseguir alguma terra para plantar.

Embora nem todos tenham alcançado esta meta, a idéia de continuar em Alta Floresta, conquanto algumas vezes contraditória em relação às opiniões sobre as mudanças na qualidade de vida, é praticamente generalizada. Dos colonos entrevistados 88,7% pretendem continuar na gleba, na esperança de um dia ainda comprar terra, de conseguir uma boa produção do café, de plantar pasto ou mesmo por que "não adianta pular muito".

"Tenho que aproveitar a terra que tenho"

"Já estou mesmo no fim do mundo..."

"Tã sendo bom, sem pressa, vai dando certo"

"Vou me aguentando no apurado mesmo"

"Pretendo continuar no café"

"Ainda espero comprar terra"

"Não dá pra voltã. Uma mudança tã custando Cr\$140.000,00".

Outros, no entanto, desolados com os resultados da produção ou porque trabalhando como parceiro ou assalariados não adquiriram a terra pretendida, pensam, respectivamente, em vender tudo e viver na cidade ou mudar para outro lugar.

"Do jeito que vai indo mal, é melhor vender,

botar o dinheiro na Caixa Econômica e viver na cidade".

"Não acho melhora, se arranjar terra do INCRA vou embora".

"No Paraná era sofrido, mas a gente se dava melhor".

"Ouvi dizer que pra frente ainda tem terra quero conseguir ao menos uma chácara".

Para alguns (34,0%) a terra adquirida é o principal indicador de melhoria no padrão de vida, visto pelos colonos sob dois aspectos: a terra propriamente dita e o tamanho da mesma, que possibilita repartição com seus dependentes e a ampliação da área de cultivo. Fica evidente em quase todas as entrevistas realizadas a importância da terra como meio de produção, como o elemento que garante a sobrevivência e continuidade na atividade agrícola. A terra parece ser, portanto, o móvel, a essência de suas próprias vidas e apesar dos resultados da produção nem sempre serem aqueles esperados, a esperança da terra e na terra é uma constante para os agricultores.

"Tenho terra maior e posso ter prosperidade mais fácil..."

"O clima é saudável e aumentei a terra".

"Pra quem tinha 2,5 al e agora tem 10,5 é uma grande vantagem".

"Comprei a terra à vista e posso dar terra pros filhos".

"Lá em Jesuita plantava pouco, aqui planto mais".

Contudo, 30,2% consideraram que não houve ou ainda não houve melhoria em seus padrões de vida justificando, entre outras coisas, que apesar de não lutarem contra o frio, a produção é pouca e o trabalho com a manutenção das culturas é muito grande, porque o clima propicia o crescimento das "pragas" e demanda "muita mão-de-obra para carpir o terreno".

"Lutei anos no Paraná tocando mais fácil a terra; aqui é mais duro, dá muita praga, mas dá produção, pelo menos não tem geada".

"Por enquanto ainda não melhorou. Só vivo de comer o que trabalho".

"Aqui é muito quente. A esperança do café não dá nada. Aqui o fraco não tem condições".

"Por enquanto ainda não. Nós trabalha com os astros, espero que a viola não fique em caco".

"Vou procurá outro lote porque o café prendeu a carga".

"Já me arrependi muito mas não tinha outro jeito".

A produção agrícola de Alta Floresta está voltada basicamente para o mercado interno, ainda que alguns produtos como cacau, café e castanha do Brasil¹ atendam também ao merca-

(1) A coleta da castanha do Brasil, se constitui numa atividade secundária, basicamente para aqueles colonos assalariados ou parceiros no lotes rurais, ou ainda, para peões. Dentre os colonos entrevistados não encontrou-se nenhum que declarasse realizar esta atividade. Soube-se porém, que a própria empresa colonizadora através unidade específica é a grande compradora do produto.

do externo. Com esta finalidade eram cultivados, em 1981, café (arabica para exportação e robusta para o mercado interno), cacau, guaraná, seringa (em fase de implantação), arroz, milho e feijão. Destes, destacam-se, como de maior volume de comercialização, o café, o arroz, o milho e o feijão.

Contudo, a atividade agrícola, pelo menos na perspectiva dos colonos, não tem apresentado respostas satisfatórias. Dos 53 agricultores entrevistados, apenas 7,54% tem no café a fonte principal de sua renda, enquanto 56,60% informaram ter sua renda originada, prioritariamente, da cultura temporária, pois a cultura do café e, mais recentemente, do cacau, praticamente não dá para cobrir o custo da produção. Ademais, 22,64% informaram que não têm conseguido tirar da lavoura a sua sobrevivência e dizem que é em outras atividades, como pecuária, pequeno comércio, aluguel de trilhadeira e garimpo, que encontram a garantia do sustento.

"Aumentei o ganho mas foi no garimpo"

"Acabou com o ganhado todo. Comi o ganhado e não veio o produto pra colocã no lugar".

"Pra café não é o que esperava. A esperança é o pasto".

A produção é geralmente dividida em 3 (três) partes: uma para consumo próprio, outra para sementes e a terceira para venda. Todavia, é importante registrar que algumas vezes esta divisão ocorre após uma fração do produto ter sido utilizada sob a forma de pagamento da mão-de-obra contratada para a colheita ou como contrapartida, na forma de aluguel, à utilização da trilhadeira de um vizinho, etc.

A proporção estabelecida para cada uma daquelas partes depende, principalmente, da quantidade produzida, do tamanho da família e do preço que o produto pode alcançar no mercado.

Neste sentido, observou-se que quando a produção é pouca - como tem ocorrido com o feijão - alguns deixam tudo para consumo e semente, já "que nem compensa tê trabalho de procura comprado". Assim, esperam ter assegurada sua permanência na atividade agrícola, de um lado, promovendo o sustento da família e, conseqüentemente, a reprodução da força de trabalho, no mínimo à base de arroz e feijão e, de outro, garantindo trabalho próprio para o novo ano agrícola, separando as sementes para plantio.

Contudo, há situação em que a necessidade do dinheiro, face a compromissos anteriormente assumidos, determina a comercialização de qualquer quantidade produzida e a qualquer preço, "porque tem despesa que só dinheiro vivo paga". Neste caso, quando quase nada sobra para consumo ou sementes, encontram-se particularmente incluídos aqueles colonos que trabalham em regime de parceria, cujos patrões moram em outros estados e "atrasam o fornecimento", obrigando-os a recorrer ao endividamento em mercearias, farmácias etc. Para estes, quando o dinheiro acaba, temendo o acúmulo de dívidas, é comum trocarem de patrão ou mudarem para outro lugar, mesmo que isso signifique o abandono do trabalho já investido na terra.

A produção agrícola, na grande maioria dos lotes visitados em Alta Floresta, não está estruturada em moldes empresariais e, ao que parece, isto não se constitui uma preocupação para os colonos. Em síntese, mesmo que seus baixos rendimen

tos lhes permitissem implantar, com os devidos requerimentos, uma estrutura contábil que desse conta de registrar, durante o ano agrícola, as despesas com a produção nos seus mais diferentes elementos e, com isso, pudessem determinar os preços de produção (custo + lucro médio), esbarrariam no fato de que a pequena produção, historicamente, não tem tido qualquer possibilidade de interferir na determinação dos preços de mercado para seus produtos. Para eles, saber se a agricultura "compensou" resulta da simples operação de subtrair, do que "apuraram" com a venda dos produtos, aquilo que foi gasto em dinheiro. Se sobra alguma coisa, está tudo bem. Porém, quando "bate zero com zero" deu prejuízo e "o negócio é esperar" pelo ano seguinte.

Assim, a maioria dos agricultores (88,7%) não contabiliza os custos de produção e, quando isto ocorre, pode-se perceber que o seu próprio trabalho e o de seus familiares fica sempre de fora. Segundo eles, "o custo de vida só cresce pro produto dos tubarões". De modo geral a idéia é de que com a venda do produto "só dá pra pagá", por que no final, "fica só mantando zero". Acham inclusive, que não vale a pena "colocá no papel", pois o preço alcançado pelos produtos no mercado não dá nem para cobrir os custos. "São os comerciantes ricos quem pega os lucros", e assim, "se fizê conta fica doido é melhor vivê na ilusão".

"O comprador tira a renda¹ do café, paga só a renda, mas fica com o café todo".

(1) No ato da venda, o café colhido é selecionado e embora o comprador só pague pela quantidade de melhor qualidade, que é chamada renda, fica sempre com a sobra.

"Devia ser fácil explicã, mas não é. O preço do produto certas épocas não dá nem pras despesas".

"A lavoura só tem preço na cidade".

"A gente trabalha porque é teimoso, se fizer conta não tem recompensa. Trabalho pros outros, na mão deles tem valor, na nossa não".

Percebe-se que mesmo não tendo claras as especificidades históricas que, em última instância, determinaram a condição de subordinação em que se encontram, os colonos de Alta Floresta demonstram saber que outros estão se apropriando do resultado de seu trabalho e conseguem estimar a que preço deveriam ser vendidos os seus produtos para que pudessem contar com algum retorno. Em 1981 o preço médio de mercado para o saco de 50 kg. de arroz, em casca e para o café (40 kg /saco), a época da colheita em Alta Floresta, foi respectivamente Cr\$. 721,00 (setecentos e vinte e hum cruzeiros) e Cr\$1.460,00 (hum mil quatrocentos e sessenta cruzeiros) enquanto no Paraná a média ponderada dos preços para estes mesmos produtos foram: arroz (sc 60 kg), Cr\$1.910,00 (hum mil novecentos e dez cruzeiros) e café em coco (kg/renda) Cr\$148,00 (cento e quarenta e oito cruzeiros)¹

"O preço é ruim, o café deveria dar pelo menos Cr\$2.500,00 o saco".

(1) Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná. CURITIBA V. 7 nº 12, Dezembro/81

"Tinha que pagar pelo menos Cr\$1.000,00 no saco de arroz pra empatar com a carestia".

"O café está sendo uma das piores culturas, porque o preço não paga nem a mão-de-obra.

O lucro fica com o intermediário e com o imposto do governo".

Neste ponto, vale destacar uma estimativa de custo de produção do arroz tomando por base uma área de terra virgem, correspondente a 1 alqueire (2,42 ha), elaborada segundo informações e participação de um grupo formado por 7 produtores, durante a realização da pesquisa de campo.

PRODUTO: Arroz

ÁREA: 1 al. (2,42ha)

Terra Virgem.

01- Derrubada.....	Cr\$30.000,00.....	Cr\$30.000,00
02- Coivara.....	Cr\$10.000,00.....	Cr\$10.000,00
03- Sacos de Semente 3 (três)	Cr\$-3.700,00.....	Cr\$11.100,00
04- Dias p/Plantar: 9 (nove).	Cr\$ -500,00 hom/dia.	Cr\$-4.500,00
05- Carpa. 2 (a) - 10 dias ho mem para carpa.....	Cr\$-5.000,00	Cr\$10.000,00
06- Colheita: 30 diárias (b).	Cr\$ -500,00.....	Cr\$15.000,00
07- Empilhação: 5 diárias....	Cr\$ -500,00.....	Cr\$-2.500,00
08- Trilhadeira: 10 diárias p/o operador.....	Cr\$ -500,00.....	Cr\$-5.000,00
09- Aluguel da Trilhadeira: -Para uma produção de 80 sacos de arroz.....	Cr\$ -50,00 p/saco..	Cr\$-4.000,00
10- Transporte (80 sacos x 50 kgs).....	Cr\$ -50,00 p/saco..	<u>Cr\$-4.000,00</u>

T o t a l.....Cr\$96.100,00

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

- a- Duas carpas porque é terra nova, se fosse terra já aberta 4 e 5 carpas.
- b- Preço mínimo, porque na época da última colheita já chegou a Cr\$700,00 (setecentos cruzeiros).

Diante disto, fica evidente, que se o preço do produto tivesse alcançado, (como foi sugerido por alguns agricultores), o valor de Cr\$1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), ainda assim não daria para cobrir o custo de produção, e que, como a seguir pode ser observado, se o processo produtivo se realizasse em terra já anteriormente trabalhada, a diferença entre despesa e receita resultaria em saldo negativo.

PRODUTO: Arroz

Área; 1 al (2,42 ha)

Terra já trabalhada.

01- Sacos de semente 3 (três).	Cr\$3.700,00.....	Cr\$11.100,00
02- Dias para plantar 9 (no ve).....	Cr\$ -500,00 hom/dia..	Cr\$-4.500,00
03- Carpa: 3 x 40 dias.....	Cr\$ -500,00 hom/dia..	Cr\$60.000,00
04- Colheita: 30 dias.....	Cr\$ -500,00 hom/dia..	Cr\$15.000,00
05- Empilhação: 5 dias.....	Cr\$ -500,00 hom/dia..	Cr\$-2.500,00
06- Trilhadeira: 10 dias.....	Cr\$ -500,00 oper./dia	Cr\$-5.000,00
07- Aluguel da Trilhadeira. Para produção de 80 sacos de arroz.....	Cr\$ -50,00 p/saco...	Cr\$-4.000,00
08- Transporte (80 sacos/ 50 kgs).....	Cr\$ -50,00 p/saco...	<u>Cr\$-4.000,00</u>
Total.....		Cr\$106.000,00
Despesas.....		Cr\$106.100,00
Receita 80 sacos a Cr\$1.200,00.....		<u>Cr\$-96.000,00</u>
Saldo (negativo).....		Cr\$-10.100,00

Na avaliação que fazem para justificar seus poucos ganhos com a produção agrícola, destacam: os juros que são pagos às agências de financiamento; os impostos sobre as mercadorias; o espaço restrito de comercialização que os coloca nas mãos dos comerciantes e intermediários de Alta Floresta; o transporte; o custo da mão-de-obra que por ser escassa, é cara; e a necessidade de vender seus produtos imediatamente após a colheita, - o que significa não poder esperar um melhor preço, - para poder pagar as dívidas com farmácia, mercearia, hospital, banco, etc...

"Não posso esperar preço"

"Ainda não deu pra guardar, na precisão vendo logo".

"Não tenho condições de esperar, tenho de vender logo".

Contudo, se bem a necessidade de vender os seus produtos logo após a colheita esteja determinada claramente pela questão de sobrevivência e pagamento de dívidas, vale ressaltar, também, que nenhum colono entrevistado tem condições efetivas de armazenar a produção. Aqueles que tentam este procedimento, - o que lhes permite esperar algumas vezes que em 2 ou 3 meses se eleve o preço de mercado, - o fazem em "tulhas" (construções toscas de madeira), em suas casas ou, simplesmente, cobrem os produtos com madeira e plástico na própria plantação. Este tipo de "armazenagem", pelo que se pôde perceber, tem implicado, devido principalmente a condições climáticas, em perda de parte da produção, decorrente da depreciação da qualidade do produto.

"É um problema, devido a chuva, se guarda,

arde ou cria gorgulho"

Outra alternativa existente que possibilita boa armazenagem para esperar um bom preço, é o acesso, via Banco do Brasil/CFP, ao Empréstimo do Governo Federal (EGF), através do qual recebem um crédito, com vencimento estipulado, entregando como garantia a produção que é armazenada e devolvida se o empréstimo for pago em tempo hábil. Nesta circunstância, há esperança de que na data do pagamento o preço do produto tenha se elevado acima do preço mínimo oferecido pelo banco, possibilitando cobrir despesas bancárias (inclusive armazenagem), custos de produção e auferir alguns lucros. Porém, disseram os agricultores, que a amolação é muito grande e é uma "dificuldade" conseguir este tipo de empréstimo.

Assim, mesmo que os colonos tivessem respaldo financeiro para se manterem até que se elevasse o preço de mercado para seus produtos, a questão de armazenagem também obstaculizaria este processo pois, em Alta Floresta, armazens adequados são propriedade dos beneficiadores e comerciantes, o que se constitui em suas mãos em mais um instrumento de exploração.

Outro aspecto citado pelos colonos que restringe também suas possibilidades de conseguir um melhor preço para os produtos agrícolas, é o espaço de comercialização, reduzido à área de Alta Floresta. Neste espaço, os agricultores que têm o custo de seus produtos acrescido com despesas de sacaria e transporte identificam um limitado número de compradores, nas figuras do Banco (Banco do Brasil/CFP), dos comerciantes (geralmente proprietários de estabelecimentos de gêneros alimentícios), dos beneficiadores (proprietários das máquinas de benefi

ciamento de cereais e café), dos picaretas (intermediários, geralmente caminhoneiros que revendem a produção fora de Alta Floresta e que se dedicam a todo tipo de negócio, inclusive a comercialização de produtos agrícolas) e dos patrões (proprietários dos lotes onde alguns trabalham como parceiros).

O Banco do Brasil, agenciador da CFP, inaugurado em Alta Floresta, a 1 de junho de 1979, tem sido o principal comprador do arroz e milho. Conforme informações de seus funcionários, em 1981 a CFP comprou 7.750.150 kg de arroz - que, segundo os colonos, representou aproximadamente 90% de produção de arroz do município - e 367.650 kg de milho.

"O Banco do Brasil é o agente pagador da CFP. A CFP, não tem escritório, tudo é o Banco do Brasil que faz. A CFP comprou 8.000.000 kg de arroz, mais ou menos 90% da produção total de Alta Floresta. Saiu 7.000.000 kg para Cuiabá. Já o milho saiu 6.000 sacos (60kp/s) para Cuiabá, 15% da produção".

Ao que parece, "a chegada do Banco tirou os produtores do sufoco", pois, pelo menos, garantiu a eles o preço mínimo. Entretanto, alguns colonos referindo-se ao Banco fizeram certas restrições em relação ao fato de que ele só compra se o produto estiver ensacado e certas ocasiões não existe na cidade sacos suficientes; de que têm que enfrentar filas para vender a mercadoria; e de que, sendo o preço do "carreto" muito caro - principalmente quando o lote é longe e as estradas estão ruins -, ao invés de uma ajuda de custo, que nunca chega a cobrir as des

pesas reais, o transporte da produção deveria ser realizado concretamente pelo comprador.

Contudo, dos 31 agricultores que produziram arroz e comercializaram, 67,74% venderam para a CFP, no período de fevereiro a julho de 81 ao preço médio de Cr\$721,00 (setecentos e vinte e hum cruzeiros) o saco (50k), enquanto neste mesmo período apenas 25,8% venderam para "máquinas" (beneficiadores), 3,23% para intermediários e 3,23% para a INDECO, ao preço de Cr\$653,00 (seiscentos e cinquenta e três cruzeiros).

"Não vendi no banco, porque não gosto de amolação; não tinha sacaria e o banco só comprava de quem tinha saco e na cidade não tinha saco".

"Não sabia que o Banco ia comprã (arroz). Quando ia esperando pra vendê, em vez de aumentã o preço baixava".

O quadro a seguir, embora represente preços pagos a 60kg de arroz, quando o preço considerado em Alta Floresta é para sacos de 50kg, demonstra claramente que no período fevereiro/julho os preços alcançados pelo produto neste município não chegaram a corresponder nem aos do estado do Mato Grosso como um todo, nem aos dos demais estados produtores.

Com a atuação da CFP em Alta Floresta, parece ter sobrado para os demais compradores negociar com aqueles colonos, geralmente parceiros, que não têm condição de transportar ou ensacar seus produtos, por absoluta falta de recursos financeiros, e/ou tem seus lotes muito distantes do centro urbano.

ARROZ EM CASCA
PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES
CR\$/50 KG - 1981

ESTADOS	M E S E S											
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
MATO GROSSO	665,40	625,80	663,60	690,00	738,00	759,00	819,60	856,20	1.021,20	1.095,40	1.311,00	1.575,60
GOIÁS	754,80	738,60	774,60	852,60	904,20	927,00	975,00	1.048,00	1.166,40	1.309,20	1.551,00	1.749,00
MARANHÃO	909,60	1.011,60	1.030,80	1.028,40	1.030,20	1.020,00	999,40	1.008,60	1.073,40	1.219,20	1.611,60	1.780,80
MINAS GERAIS	1.013,40	982,20	1.005,60	1.065,60	1.069,20	1.078,80	1.148,40	1.226,40	1.327,50	1.428,60	1.685,00	1.876,20
SÃO PAULO	995,20	882,20	870,10	969,00	1.033,80	1.077,00	1.112,60	1.218,00	1.348,40	1.518,70	1.762,20	1.984,60
RIO G. DO SUL	804,00	835,80	896,40	1.018,20	1.017,60	986,40	1.052,40	1.098,00	1.127,00	1.223,40	-	1.603,20
PARANÁ	1.023,00	960,60	946,20	934,80	976,80	1.039,80	1.111,20	1.144,80	1.254,00	1.406,40	1.631,40	1.812,60
SANTA CATARINA	903,00	794,40	774,00	760,20	779,40	829,20	877,80	935,40	964,80	1.056,00	1.212,00	1.404,00
CEARÁ	1.148,40	1.224,80	1.299,60	1.472,40	1.471,20	1.461,60	1.434,60	1.447,20	1.513,80	1.756,20	1.921,80	2.020,80
RIO G. DO NORTE	1.733,40	1.732,80	1.661,40	1.734,60	1.582,20	1.813,80	1.876,20	1.924,80	1.857,60	1.803,60	1.693,80	1.819,20
PARAÍBA	1.213,80	1.213,80	1.214,40	1.469,40	1.417,80	1.467,00	1.588,20	1.574,40	1.528,20	1.531,20	1.623,60	1.855,20
PERNAMBUCO	998,40	1.227,60	1.319,40	1.024,80	1.109,40	1.002,00	1.186,80	1.217,40	1.225,20	1.363,80	2.023,20	2.807,40
ALAGOAS	1.007,40	1.041,00	1.041,20	1.195,80	1.255,20	-	1.207,20	1.218,60	1.323,00	1.351,80	1.561,80	1.666,20
SERGIPE	1.020,00	1.020,00	1.020,00	1.020,00	1.019,40	1.052,40	1.052,40	-	2.400,00	-	1.260,00	1.308,60
BAHIA	1.035,00	1.291,80	1.083,00	1.119,00	1.182,60	1.140,60	1.193,40	1.148,40	1.276,20	1.448,40	1.723,80	1.843,80

FONTE: CFP - Ministério da Agricultura. Anuário Estatístico de 1982

Nestes casos, os compradores "bancam" estes custos, deduzindo-os do preço total e, por assim fazerem, negociam o produto a valores inferiores ao preço mínimo.

"A questão é que o governo às vezes paga um preço bom, mas demora; aí a máquina acaba pagando menos".

Particularmente, no caso dos produtores parceiros que comercializam com seus patrões, pode-se perceber nesta relação mais um elo específico do caráter subordinado da produção agrícola na gleba. Vivendo durante o ano agrícola às custas "do fornecimento do patrão", praticamente não têm outra alternativa senão entregar a ele o produto do seu trabalho, esperando que dê, no mínimo, para cobrir o fornecimento.

Em síntese, pôde-se perceber, que são imputados ao produtor custos adicionais ao processo imediato de produção, pois, sacaria e transporte, em qualquer circunstância, são pagos por ele.

No caso específico do transporte da produção, observou-se que apenas 15,1% possuem veículos próprios. Os demais pagam, dependendo da distância, de Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$100,00 (cem cruzeiros) por saco transportado, seja diretamente ao carreteiro ou ao comprador que manda buscar o produto no lote. Nestas condições, pagar ao dono do transporte ou ao comprador, acaba sempre dando no mesmo.

"Tanto faz, é sempre do jeito que eles querem".

"Quando vêm buscá inclui o preço do trans-

porte".

"Fica elas por elas, porque desconta o transporte".

Estas questões, conquanto possam parecer relacionar-se à produção resultante das culturas temporárias, mais especificamente do arroz, dizem respeito, também, às demais culturas como café e cacau.

O café, como dizem os colonos, tem dado pouca produção. Porém, esta tem sido comercializada - após separado de 2 a 10 sacos por família para consumo próprio - diretamente nas "máquinas" existentes na própria gleba que, conforme já referido, pagam apenas o preço relativo à "renda".

"Cada 40 kg de café depois de beneficiado, dá 18 a 20 kg de renda. O preço do Saco é calculado pelo valor da renda. Dá uma base de Cr\$80,00 o quilo".

Conforme já se observou, os colonos de Alta Floresta, em maioria trabalhavam com a cultura do café em sua regiões de procedência e, certamente, a dita aptidão do solo para esta mesma cultura na área a ser colonizada, constituiu-se num forte motivo à migração. A partir desta "coincidência", todos os colonos chegados em Alta Floresta, principalmente nos primeiros anos de ocupação, foram orientados para a cultura do café - que daria produção após o segundo ano - paralelamente à lavoura de subsistência (arroz, milho e feijão).

"O café, carpi, desbrotá, fazê anuação, co-

lhê, esparramã a terra, continuã carpindo. . . Depois da colheita, tem de secã e punhã na tuia. Quando vai vendê, ensaca; contando tudo isso, mais comprã sacco, encerado, peneira, rastelo, o preço não dá prá pagã".

Segundo os técnicos agrícolas que atuam na região, a produção de café de 81 não foi das mais alentadoras, além do que, o preço alcançado pelo produto, também não tem compensado o custo de investimento nas plantações. Em entrevista com um desses técnicos agrícolas ouviu-se o seguinte depoimento:

"O café dá uma base de Cr\$80,00 a Cr\$90,00, o quilo da renda. Isto quer dizer o seguinte: 40 kg de café em coco, normalmente dá 21 kg de renda. Então eles compram 40 kg e pagam sobre 21. Então um sacco de 40kg sai mais ou menos a Cr\$1.800,00. Quer dizer, é um preço muito baixo se considerarmos o custo da lavoura e a necessidade de mão-de-obra. Nós estamos notando, inclusive, um certo declínio na lavoura de café aqui, por causa desse problema. A produtividade foi irrisória este ano, por questão de chuva. O café arábica mesmo não produziu nada. A produção que houve foi do robusta... se fizer a média a produção do arábica é baixa; o robusta faz de 68 sacos por ha em 4 anos, é tranqüilo".

Do que se pode depreender, o café foi a cultura que, de certa maneira, causou grande decepção aos colonos, não só pela qualidade como também pela quantidade produzida.

O café arábica, que produz bebida de melhor qualidade e é exportável, segundo os depoimentos ouvidos de técnicos e colonos, não se adapta às condições climáticas da região, enquanto o robusta "parece não gostar muito do limpo" e apesar de não ter dado o "bicho mineiro", devido à pulverização, "não segurou a folha".

As razões do insucesso com o café são divergentes. Os técnicos agrícolas, dizem, por exemplo, que, o colono é às vezes "teimoso" e preferiu plantar café arábica (novo mundo e catuaí) que já conheciam, não aceitando a indicação do robusta, para o qual a aptidão do solo era maior ou que não teria sido obedecida a orientação técnica quanto ao número de pés por cova, profundidade da cova, afastamento etc, ou ainda que, muitas vezes, por falta de fiscalização dos colonos, quando contratavam peões para plantar a muda, esta era enterrada junto com o balaio ou o saquinho plástico, não permitindo assim que a raiz se desenvolvesse satisfatoriamente. Alguns agricultores aceitam estas hipóteses, mas garantem que o principal motivo da "falta de carga" no pé de café é a qualidade da terra, considerada fraca, ácida e manchada.

"Aqui, plantaram o café com o balainho e a raiz enrolou, fazendo uma cabeça no tronco, não conseguindo formatura de raiz".

OPINIÃO DOS COLONOS SOBRE A

QUALIDADE DA TERRA

QUALIDADE DA TERRA	Nº	%
Muito Boa	0	-
Boa	14	26,42
Regular	32	60,38
Fraca	6	11,32
Muito Fraca	0	-
Não sabe	1	1,88
T O T A L	53	100,00

Pelos depoimentos coletados, pode-se concluir que os colonos esperavam auferir com a produção do café parte substancial de suas rendas. Motivos para isso não teriam faltado, pois traziam como bagagem a experiência de longos anos no trato dessa cultura, iam trabalhar em "terra nova" e a própria INDECO ocupou grande área de sua fazenda (Caiabi) plantando pé de café. Não contavam, porém, que sendo a terra "manchada", nem todos teriam a sorte de, escolhendo seus lotes "a olho nu", serem contemplados justamente com uma área de terra mais propícia àque la cultura ou, ainda, que não teriam condições de alcançar o nível tecnológico de uma grande fazenda.

Nesse sentido, percebe-se que mesmo os que consideram seus lotes adequados ao plantio das culturas indicados pela empresa, quando justificam este fato, fazem ressalvas. Mais parecendo não querer depreciar sua própria terra ou a terra em que trabalham, 39,62% manifestaram-se positivamente em relação à

adequação da terra aos tipos de cultura indicados, 18,8% disseram que não sabiam, basicamente porque plantavam capim, e 18,87% que era mais ou menos, enquanto 22,64% responderam negativamente.

A terra é apropriada:

"Até o momento não negou lavoura o problema é a chuva que "mela o feijão".

"Tem muita água, mas gosto".

"A terra é própria. O clima não ajuda, a seca prejudica o café".

"A terra dá muita mancha, mas nesse lote não tem defeito".

"Dependendo do café, não dá todos os tipos, só dá pro robusta".

A terra não é apropriada:

"Só pra pasto. O café aqui não sai. A terra é manchada e dá praga".

"A terra não tem profundidade, é muito manchada".

"Pro café não dá produção"

"Não tá casando com cacau e com café".

"Pra café não, no comecinho sai bem, depois de um tempo seca e fica só a vara".

"É manchada e ácida".

A terra, mais ou menos apropriada:

"O produto que dá não é do bom"

"A terra é manchada tem vários tipos

de terra"

"É boa pra cereal, mas pra café não pega carga, dá e ele despona logo".

"A terra tem muita acidez e precisa de adubo".

"Nem toda terra é própria pra tudo; é mais pra lavoura branca e pasto".

Diante disto, justifica-se o fato de 66,04% dos agricultores terem considerado que outros produtos deveriam ser experimentados, apontado principalmente o guaraná, a soja, o algodão e o pasto. O guaraná, tido como produto de boa comercialização e bem aceito no mercado, está sendo muito incentivado, percebendo-se entre os colonos uma certa euforia em relação a este cultivo.¹ Entretanto, para eles, plantar pasto ainda é a melhor alternativa, porque "não dá muito trabalho" e "os grandes tão plantando". Realmente, as fazendas (AFs) que circundam a gleba e os proprietários de áreas maiores, resultantes do agrupamento de vários lotes, plantam capim, dedicando-se à pecuária, o que, para os "pequenos", é um exemplo seguro². Dos 53 lotes visitados, 58,83% já possuem em suas áreas pelo menos 1 alqueire de pasto, não só para dar início à produção pecuária, como até mesmo para alugar. Contudo, como disse o administrador

(1) Até 81, segundo informações da EMATER, o único produtor de Guaraná em Alta Floresta era o diretor presidente da INDECO que estaria produzindo na base de 1.000kg/ha e vendia todo o produto para São Paulo.

(2) Para citar um exemplo uma destas fazendas derrubou, para plantar pasto, 400.000 pés de café, por que os resultados da produção não chegaram nem a cobrir o capital investido.

de uma grande fazenda, estes colonos não percebem que, em seus lotes pequenos, não tem condições de criar gado, mesmo porque, apesar de não parecer, os investimentos são muito altos.

"Quem não tem gado, aluga pasto".

"A conversa do povo é só falar em capim porque o café não dá".

"Até a NB¹, tá fazendo invernada e lá tem agrônomo e são grandes"

"Vou plantar pasto no meio do café, porque mexer com gente no trabalho da lavoura dá muita mão-de-obra".

"Vou meter pasto e plantar só pra comer".

"Se o café não produz, o jeito é o pasto..."

"Fizeram teste (guaranã) e tá saindo bem, mas o cacau, fizeram teste e não tá saindo".

"A mão-de-obra é cara, não dá pra lavoura, melhor plantá capim".

"Meu objetivo é pasto porque não demanda mão-de-obra e não exige investimentos concentrados no tempo, pode-se ir fazendo aplicações pequenas conforme a disponibilidade".

A existência de fazendas de gado em Alta Floresta e a tendência demonstrada pelos colonos para dedicarem-se à atividade pecuária, traz uma certa "preocupação" à colonizadora, pois seu diretor-presidente diz que "o que fixa o homem ao solo, é a agricultura perene" e por acreditar nisso teria chegado

(1) Fazenda localizada em área das AFs.

Bc/5063

do a recusar propostas de multinacionais para plantar algodão na área, pois esta cultura, em pouco tempo, reduz tudo a pasto e este expulsa a população.

"Eu tive proposta de multinacionais interessadas em plantar aqui algodão, mas eu já assisti no noroeste, no interior de São Paulo; depois que passa o algodão, só fica pasto, não fica população nenhuma, enquanto o café é agricultura perene, quando passa seu ciclo, 30 a 40 anos, pode-se ver, ele deixa para trás uma grande infraestrutura. Pode-se ver Marília, Londrina, Rio Preto, Ribeirão Preto, Jaú, todas essas cidades com infra-estruturas fabulosas, foram possíveis graças à agricultura cafeeira¹.

Entretanto, disse ainda o diretor-presidente da INDECO, que talvez tenha sido um lapso não terem pensado, quando elaboraram o projeto de colonização, em destinar pequenas áreas na gleba para a atividade pecuária, não só para a criação de gado de corte, como para gado leiteiro, pois isto também é importante no que se refere ao abastecimento da cidade.

Na verdade, porém, é possível inferir que a agricultura não tem dado respostas satisfatórias aos colonos, de modo que a busca de novas alternativas de produção é sempre melhor do que largar a terra e seguir em frente.

(1) Entrevista com o diretor-presidente da INDECO. Nov. 81 - Alta Floresta.

Por outro lado, parece já não existir por parte da colonizadora (o projeto já foi emancipado) maior empenho na solução dos problemas que têm atingido as culturas, cabendo, atualmente, esta função a instituições próprias que se instalaram na gleba.

Duas entidades de assistência técnica aos agricultores possuem escritórios em Alta Floresta: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC. Apesar disto, apenas 32,08% dos colonos recebem assistência técnica. Porém, é interessante notar que muitos agricultores estabelecem uma relação entre a assistência técnica e o financiamento da produção, quando dizem que não têm assistência técnica porque não são financiados. Outro aspecto a ressaltar é que os colonos ficam esperando que os técnicos façam o primeiro contato ou simplesmente acham que não vale a pena procurá-los. Alguns consideram, inclusive, que têm mais a ensinar que aprender.

"Não sou financiado".

"Ninguém apareceu e não gosto de procurá-
prá não chateá".

"Eles fazem com exigência, contra as leis
do lavrador".

"Nunca pedi financiamento".

"Não veio ninguém, não procurei, acho que
não vale a pena".

É evidente e lastimável, porém, que não se possa esperar em uma região de fronteira, cuja atividade econômica

principal se realiza à base do trabalho de pequenos e médios produtores, que a assistência técnica à agricultura se faça em condições satisfatórias. Em resumo, a assistência técnica fica praticamente reduzida àqueles colonos que procuram os escritórios. Porém, os que a recebem dizem estar satisfeitos.

A assistência técnica se faz à base de visitas periódicas aos lotes e reuniões com os colonos para orientação das culturas, elaboração de projetos encaminhados aos Bancos do Brasil e da Amazônia para fins de financiamento da produção, além dos atendimentos efetuados diretamente nos escritórios.

Vale, contudo, considerar que os financiamentos conseguidos nem sempre têm resultado no melhoramento da produção, como também nem sempre são utilizados para esta finalidade. De modo geral, os colonos têm receio de contrair dívidas, invocando geralmente experiências fracassadas em seus locais de procedência, o que para alguns significou total falência. Outros dizem que, mesmo com o financiamento, de nada adianta, "pois fica tudo no mesmo" quando considerados os juros devidos, além do que, têm de plantar "do jeito que eles querem" e isto fere a sua suposta independência, podendo transformá-lo em um simples proprietário formal da terra. Quando durante as entrevistas se tentou levar mais a fundo esta questão, pôde-se deduzir que chega a ser comum recorrerem ao crédito para custear o sustento da família.

"Nem adianta, gasto o dinheiro pra carpir e daqui a pouco já é tudo capim".

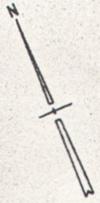
"Dá para custear a família até a safra".

"O juro é muito alto 12%. O financiamento é

CEPLAC — DEPEA

SOLOS DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ALTA FLORESTA

1978



→ ALTA FLORESTA

UNIDADES CARTOGRÁFICAS

-  SÉRIE MACHADO
-  SÉRIE INDECO
-  SÉRIE ALTA FLORESTA
-  SÉRIE ARARA
-  SÉRIE FAROFA
-  SÉRIE JABORANDI
-  SÉRIE PAPAGAIO
-  SÉRIE ARENOSA
-  SÉRIE INDIO
-  SÉRIE HIDROMÓRFICA
-  COMPLEXO DE SOLOS GLEY

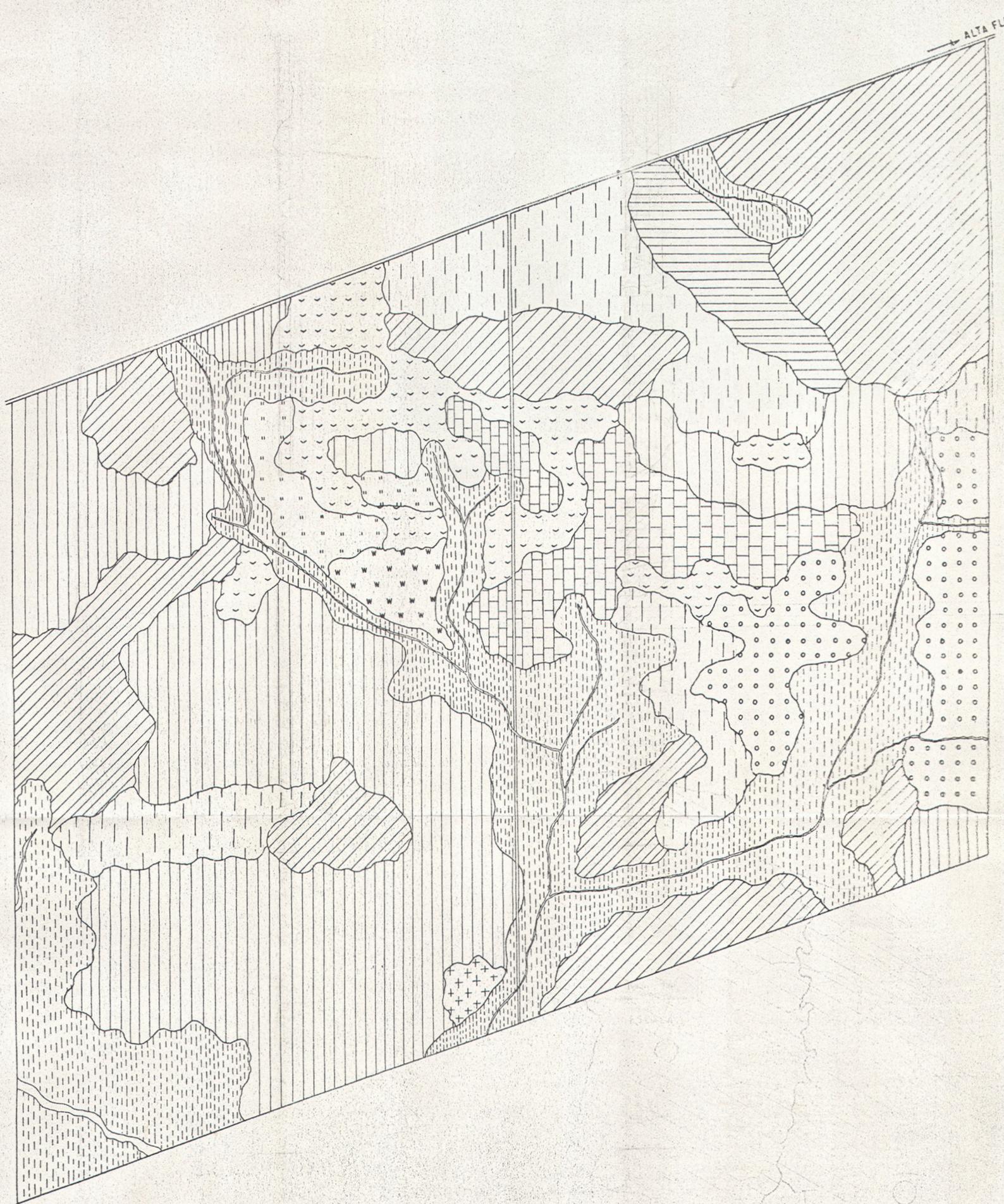
CONVENÇÕES

-  RIO
-  IGARAPÉ
-  ESTRADA

EXECUÇÃO DOS ENG^{OS} AGR^{OS}.
ANTONIO DÁVILA SOUZA NEVES
ANTONIO CARLOS COSTA PINTO DIAS
RAIMUNDO CARLOS MOIA BARBOSA

0 80 160 240 320 400 480m

ESCALA 1:8000



fraco, sô Cr\$22,00 por cova, agora tá 35% a.a (juros)".

"Na verdade o crédito é pro custeio da casa".

"Ajuda mas dá complicação".

"A época é difícil e complicada. O melhor, é não fazer dívida, sô fiz porque a CEPLAC insistiu".

A idéia do que a terra de Alta Floresta não é propícia para o café, - pelo menos nos moldes esperados pela maioria dos agricultores com longa experiência nesta cultura e cuja expectativa era conseguir produção maior ou igual àquela alcançada no Paraná - e que as experiências com cacau parecem fadadas a um fracasso, coloca em cheque a fertilidade natural do solo, característica, segundo os colonos, bastante citada pelos corretores de terra da empresa, durante a fase de promoção de vendas dos lotes da gleba.

"O cacau é lavoura fria, não aprova. Já vi gente vender terra para pagar financiamento".

Estudo de solos realizados pela CEPLAC parecem demonstrar, tecnicamente, que a opinião dos colonos quanto às características da terra não são infundadas. Numa área de 505 ha doada pela INDECO e onde localiza-se a estação experimental do referido órgão, foi procedido por seus técnicos um levantamento detalhado dos solos, classificados em 11 diferentes séries (Ver mapa e quadro a seguir). Segundo o resultado desse estudo, em

que a área escolhida "é uma boa amostragem dos solos que ocorrem na região"¹, das séries levantadas, apenas a Arara, Jaborandi e Papagaio - correspondente a 15,7% dos 505 ha -, são de média e alta fertilidade, portanto propícios a cultura perene.

DISTRIBUIÇÃO CARTOGRÁFICA DAS SÉRIES

S É R I E	ÁREA (HA)	TOTAL DO %
Machado	102,90	20,39
INDECO	131,80	26,09
Alta Floresta	49,15	9,75
Arara	24,90	4,93
Farofa	12,25	2,42
Jaborandi	25,70	5,09
Papagaio	29,18	5,77
Arenosa	8,13	1,60
Índio	1,54	0,30
Hidromórfica	4,22	0,83
Complexo de solos Grey	115,23	22,84

Fonte: Levantamento detalhado dos solos da Estação Experimental de Alta Floresta. Boletim Técnico nº 83-CEPLAC - 1981.

Além da questão de qualidade dos solos, um outro aspecto preocupa os técnicos agrícolas que trabalham na região. Segundo eles, para as culturas do cacau e do guaraná, - bastante

(1) NEVES, Antonio Dávila et alii, in Levantamento Detalhado dos solos da Estação Experimental de Alta Floresta. Boletim Técnico nº 83 - CEPLAC - 1981 p. 16.

incentivadas e, ao que tudo indica, principais responsáveis pela instalação em Alta Floresta de agências de financiamento agrícola -, não existe, da parte do colono, "experiências" no trato dessas culturas, nem "paciência" para esperar que atinjam, no 8º ano, plena produção econômica¹.

Em resumo, parece que a região de Alta Floresta não dispõe de um clima e paisagem (solo e vegetação) adequados a produção de culturas perenes, exigentes em nutrientes. No caso específico do cacau, solo e clima são fatores importantes para seu cultivo. Entretanto, segundo informe técnico da CEPLAC, nos meses de maio, junho e julho, e junho, julho e agosto, respectivamente nos anos de 1981 e 1982, os índices pluviométricos chegaram a 0 (zero). Portanto, clima (que nas épocas de seca propicia a queima das plantas pelo fogo); solo; falta de tradição na cultura e também o baixo preço do produto no mercado², constituem fatores adversos à cultura do cacau na área e estes parecem ser os motivos pelos quais se encontra na gleba,

(1) Nota-se o forte componente ideológico que permeia o juízo a respeito do colono, quando se atribui o fracasso de determinada cultura, à falta de experiência ou paciência do agricultor, escamoteando, como efetiva determinação, a impossibilidade concreta de capitalização do produtor.

(2) Segundo a CEPLAC, o preço/k do cacau seco em Alta Floresta, situou-se em 1982, entre Cr\$105,00 (cento e cinco cruzeiros) e Cr\$133,33 (cento e trinta e três cruzeiros e trinta e três centavos) quando o preço de exportação fornecidos pela CACEX/Banco do Brasil/Belém, girou neste mesmo período em torno de Ur\$1.100,00 (um mil e cem dólares) a tonelada. Isto corresponderia, se admitirmos que o preço máximo foi em novembro, quando a taxa média do valor do dólar foi Cr\$230,35 (duzentos e trinta cruzeiros e trinta e cinco centavos), que o quilo do cacau teria alcançado Cr\$276,42 (duzentos e setenta e seis cruzeiros e quarenta e dois centavos) no mercado de exportação.

quantidades consideráveis de plantações abandonadas. Conforme informações da CEPLAC, até 82 haviam sido plantados 6.872.645 pés de cacau (6.186 ha) dos quais restam apenas 3.700,741 (3.331 ha). Essa perda considerável (46.15%) teria sido motivada pela ação do fogo (4,7%) e perecimento pela ação da seca ou abandono, devido à frustração das expectativas quanto à produção e preço.

HECTARES DE CACAU PLANTADOS E SOBREVIVENTES

ANO A ANO EM ALTA FLORESTA

ANOS	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
CACAU (HA)						
Plantados	524	1625	3131	440	446	6.186
Sobreviventes	174	1189	1322	180	446	3.331

Fonte: CEPLAC-DEPEA: Departamento Especial da Amazônia - 1982

Estes fatos, sem dúvida, se cristalizam diante da baixa produção alcançada em 1982, quando das 659 toneladas de amêndoas esperadas foram realizadas apenas 157.

Segundo as diretrizes para expansão da cacauicultura nacional¹ deveriam ser considerados, primordialmente, dois fatores para escolha de áreas de cultivo: clima e solo. "o primeiro está relacionado com a disponibilidade de água, visto ser o cacauzeiro uma planta sensível aos períodos críticos de estiagem; enquanto que a questão do solo se relaciona com sua fertilidade natural e condições físico-hídricas definidas principalmente pela disponibilidade de nutrientes e capacidade de retenção de água"².

(1) Diretrizes para Expansão da Cacauicultura Nacional - 1976 - 1985 - CEPLAC - Brasília-DF. p.197.

(2) op. cit. p. 116

Foi com base em estudos preliminares realizados pela CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso), que revelaram a presença de cacauzeiros nativos e manchas de solo de alta fertilidade e boas características físicas, e outros estudos realizados pela CEPLAC, que comprovaram as evidências preliminares da primeira, que se implantou um pólo cacauzeiro em Alta Floresta, atendendo a reivindicações do Conselho Nacional de Pesquisa, da CODEMAT e da própria empresa colonizadora¹.

Entretanto, a realidade parece não corresponder às expectativas criadas com base naqueles estudos preliminares, possibilitando que se suponha, a partir do levantamento de solos mais recentemente realizado e o depoimento dos próprios colonos, que a implantação do polo cacauzeiro em Alta Floresta foi muito menos decorrente de definições técnicas substanciadas em pesquisas de maior profundidade, do que de definições políticas, daí porque, pode-se perceber, com certa clareza que, no momento, a CEPLAC não tem interesse em ampliar a área de cultivo, antes que se consolide a existente.

Também com relação à lavoura temporária, que seria pouco exigente em matéria de nutrientes, os agricultores se deparam com problemas de natureza semelhante, entre os quais a baixa produtividade, o baixo preço alcançado na venda do produto, já referido, além das doenças que atingem principalmente o feijão. Dizem eles, que devido a terra ser manchada e pouco fértil, "o arroz só dá de bastante 2 anos" e que, na verdade, este tipo de cultura "só dá despesa", pois mesmo que a produção fosse boa o preço não compensaria.

(1) Idem p. 138.

"Se não plantar lavoura branca, o que o povo da cidade vai comer?"

"Eu planto arroz e feijão, tiro pra despesa e o que sobra vendo, mas é sempre pouquinho".

"Temo pela durabilidade da terra. Depois de 2 anos o arroz começa a fracassar".

Segundo os técnicos agrícolas da área, o "mela", doença que tem atingido maciçamente o feijão, explica-se pelo fato de que, sendo a grande maioria dos colonos provenientes do sul do país, sua experiência neste plantio resume-se ao feijão do tipo Phaseolus, que além de demandar maiores cuidados, não se adapta, mantida a mesma sistemática de cultura, ao clima e solo da região. Este tipo de feijão deveria ser plantado em Alta Floresta no mês de abril, que é de pouca chuva, e a maioria dos colonos o planta justamente em setembro, quando inicia-se o período "das águas". "Às vezes o agricultor leva anos para descobrir, através da própria experiência e fracasso, a época boa para plantar".

Talvez se pudesse esperar que o agricultor - na maioria procedente de uma região onde os avanços técnicos têm possibilitado respostas favoráveis às mais variadas culturas já estivesse se utilizando, após a constatação dos baixos teores nutrientes do solo de Alta Floresta, dos recursos oferecidos pela tecnologia, para elevar a produtividade de suas plantações. Entretanto, como tentar corrigir as distorções existentes, através a elevação do nível tecnológico, se os baixos rendimentos da agricultura não lhes oferece condições de capitalização

mínima necessária a este tipo de investimento, nem segurança suficiente para recorrer ao sistema de crédito no sentido de adquirir equipamentos, fertilizantes, etc...¹

Por ocasião da pesquisa encontrou-se apenas 12 colonos que utilizavam trilhadeiras e 2 que possuíam trator. Estas trilhadeiras constituíam, também, para seus proprietários, uma fonte de renda, pois dentre os 53 colonos entrevistados, 17 pagavam aluguel para trilhar o arroz e feijão colhidos, numa variação de preço já referido que ia de Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) por saco de produto trilhado. De resto, é comum apenas o uso de aratacas, arado, pulverizadores e outros instrumentos indispensáveis ao cultivo da terra e de alguns poucos animais de trabalho.

No seu projeto de colonização, a empresa previa assistência técnica aos colonos no sentido de adubar a terra após o terceiro ano de plantio. No entanto, no que se constatou, 73,58% dos agricultores não utilizam qualquer tipo de fertilizantes e apenas 15,09% lançam mão de inseticidas, apesar de ser uma constante a referência às "pragas" nas suas culturas. Por outro lado, 98,11% deles disseram não utilizar nenhuma técnica de preservação do solo, "porque ainda não entrou a mecanização" e "as terras são planas, e, por enquanto, não precisa se preocupar com erosão". Além disso, mesmo considerando os períodos de estiagem nos quais café e cacau, no que se observou, têm sofrido grandes consequências, 94,34% dos colonos não utilizam qualquer sistema de irrigação.

(1) "Sem dinheiro, ou, o que é o mesmo sem capital - diz Kautsky -, é impossível a produção agrícola moderna". in Lenin. V. I, "O capitalismo na agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do Senhor Bulgákov)" A questão Agrária. Org. Silva, J. Graziano e Stolcke V. Ed. Brasiliense.

Em síntese, pelo que se pode compreender, as condições objetivas de produção da grande parte dos agricultores de Alta Floresta, estão bem longe das expectativas criadas. Na verdade ainda que a colonizadora, "pretendesse" ao assegurar o espaço físico, assegurar também, e em melhores condições, a reprodução da pequena produção, o que se observa é que esta reprodução se realiza transferindo para a fronteira, talvez ainda mais agravadas, as determinações gerais do caráter subordinado da pequena produção, já verificadas em outras áreas.

Limitado pelas características qualitativas da terra, pelo emaranhado protocolar do crédito, pelas próprias condições de isolamento em que se encontra a área colonizada, enfim, por um complexo de relações que não compreende em toda sua extensão, o agricultor não encontra maiores alternativas para melhorar sua produtividade e conseguir melhor preço para seus produtos. Resta-lhes portanto a esperança de que talvez outros produtos possam ser plantados e de que "no próximo ano dê melhor preço".

Enfim, o que se pode concluir é que o colono de Alta Floresta guiado "milagrosamente"¹ pelas mãos da colonizadora, já cumpriu devidamente seu papel de "boi de piranha". Valorizou as terras com seu trabalho e propiciou retorno substancial ao capital investido pela empresa.

(1) Foi relatado durante as entrevistas, um fato curioso: numa homenagem ao colonizador, um colono denominou seu lote de "Fazenda Santo da Riva", dizendo que apesar de ser protestante, era o único santo em que acreditava.

10- RELAÇÕES DO COLONO COM A TERRA

A Gleba Alta Floresta desponta, na realidade social amazônica, como espaço delimitado e definido pelo capital, para ser explorado em regime de economia familiar e de economia empresarial.

A partir desta determinação, desenvolveu-se o processo de ocupação da área à qual tiveram acesso: aqueles que através da venda de suas pequenas parcelas de terra em outras zonas agrícolas, conseguiram recursos suficientes para comprar lotes maiores; aqueles que se poderia caracterizar como "médios investidores", a quem a colonização particular oferecia a segurança necessária ao capital aplicado; e aqueles que dispoñdo apenas de seus próprios braços, pretendiam um dia, com a venda de seu trabalho, tornar-se proprietários.

Desse modo, a relação com a terra apresentou desde o início um caráter diferenciado. Aos primeiros a terra era a garantia de continuidade presente e futura na atividade agrícola, pois dado o tamanho dos lotes (100 e 300 ha) era possível pensar não só em maior produtividade como também em um parcelamento, quando necessário se fizesse a divisão entre seus descendentes. Para os segundos, a terra significava proteção contra a inflação e rápida valorização do capital investido. Já para os terceiros era o espaço onde, através do trabalho, se realizariam como mercadoria.

Todavia as diferenças não se esgotam nas relações dos homens com a terra. Mais propriamente, emana do processo imediato de produção todo um conjunto diferenciado de relações sociais que tem na propriedade da terra uma determinação básica.

Inicialmente, face às condições originárias de isolamento e despovoamento da área colonizada, a falta de força de trabalho disponível para os serviços de desmatamento dos lotes constituiu sério obstáculo para alguns colonos que chegavam. Principalmente na fase de derrubada da mata e plantio das primeiras mudas de café os proprietários dos lotes maiores e algumas vezes de um maior número de lotes, que geralmente possuíam uma maior soma de recursos financeiros, recorriam a "peões", quase sempre arrematados pelo "gato" (empreiteiro).

Em Alta Floresta, este tipo de relação (gato x peão) não se manifestou de maneira distinta às outras áreas de fronteira. Quase que num regime de escravidão, o "peão" já se submetia ao "gato" no momento em que este, ao contratá-lo, resarcia suas dívidas em hotéis, pensões, bares, etc. As despesas de viagem (quase sempre procediam de outras cidades) e de sua própria manutenção durante o período da empreitada eram sempre pagas pelo empreiteiro. O "peão" via assim sua dívida crescer, sem receber pelo seu trabalho quantia suficiente para pagá-la, pois o valor do trabalho e o preço de alimentação, transporte etc, ficava sempre a critério do "gato".

Para evitar "prejuízos" com a fuga de "peões" durante o serviço, o "gato" tinha sempre um rígido e até violento sistema de fiscalização. Segundo o pároco local, "no início da derrubada em Alta Floresta apareciam os 'gatos' para contratar empreitadas e alguns abusos foram cometidos em relação aos 'peões', mas tal situação parece ter se reduzido hoje".

A prestação de serviços por empreitada, também usada por alguns proprietários para a plantação de mudas de café, é ainda utilizada para o plantio do cacau e guaraná ou derruba-

da de mata ou pés de café para fazer invernada.

Este tipo de serviço praticamente generalizado na fronteira e que dadas as características de localização das áreas onde se realiza dificilmente sofre fiscalização dos órgãos públicos - parece ter se institucionalizado, visto que para a contratação de uma empreitada alguns costumam exigir que o empreiteiro tenha registro.

"No nosso caso, geralmente sempre pagamos empreiteiros já com firmas estabilizadas... Nós nos preocupamos muito com isso. Não tivemos perda de derrubada, (casos, por exemplo, em que o empreiteiro recebe o dinheiro, larga os peões na mata e foge), nunca sofremos este caso de perda, porque se partiu pro lado seguinte: tem empresa? Não. Então abre uma empresa. Uma empresa, vamos dizer, é uma pessoa jurídica".

Porém não se pode afirmar, que a empreitada tenha sido utilizada como forma de prestação de serviços, a todo tipo de proprietário.

Considerando o fato de que grande parte dos lotes ocupados foram adquiridos por agricultores, através a venda de suas pequenas parcelas de terra na região de procedência, muitos deles após efetuar a compra de suas respectivas áreas, contaram com poucas recursos para dar início à exploração agrícola. Intermediada pelo empreiteiro, o preço da mão-de-obra era muito elevado tornando este tipo de relação apenas possível, àqueles que haviam comprado um maior número de lotes.

Assim, a insuficiência de recursos financeiros e a

escassez de força de trabalho poderia comprometer seriamente o processo produtivo, principalmente para aqueles que nele não pretendiam atuar diretamente. A solução encontrada para esta situação foi a contratação de famílias de agricultores para fazer frente aos trabalhos necessários. Em consequência, observou-se em Alta Floresta a presença de um grande número de grupos familiares de trabalhadores rurais, sob diferentes denominações: formadores, parceiros, porcentageiros e mensalistas.¹

Diante disto, observou-se que é praticamente generalizada na área, mesmo em parcelas menores de lotes fracionados, a presença de famílias de trabalhadores. Observou-se que em 43 (81,1%) unidades pesquisadas encontram-se domiciliadas 123 famílias e é justamente nas áreas resultantes do agrupamentos de 2 e mais lotes que se verifica uma maior concentração de grupos familiares de trabalhadores. Nestes lotes (10), independentemente de sua condição de trabalho, moram 49 famílias, ou seja, 39,8% daquelas constatadas na totalidade dos lotes. Vale aqui ressaltar que, destas famílias, 21 (65,9%) procedem do Paraná, 19 (15,4%) procedem do Mato Grosso do Sul, e 23 (18,7%) do Mato Grosso, Santa Catarina e do Paraguai.

Se bem alguns destes grupos familiares tenham se

(1) "A parceria (entendida como parceria no produto principal do empreendimento econômico) só fortalece e se reproduz nas áreas onde o empresário agrícola não dispõe de certo volume de capital. A utilização de trabalho assalariado e próprio não é portanto, uma questão de geografia, de áreas ou de culturas mas uma questão de capital, ou seja, de subsunção formal do trabalho ao capital". GONSALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês: "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira". in Capital e Trabalho no Campo. Org. PINSKY, Jaime. Ed. HUCITEC - S.P. 1977. p. 41.

deslocado espontaneamente para Alta Floresta, "atrás do destino", o que em última instância significa conseguir um pedaço de terra, a grande maioria, embora implicitamente alimentasse a mesma esperança, foi contratada no local de domicílio anterior.

No princípio, - disseram alguns proprietários - foi muito difícil contratar essas famílias, face às notícias de que os trabalhadores que se deslocavam para a fronteira eram geralmente escravizados.

"notícia corre tanto... corre as boas, como corre as ruins..., tinha gente com boa intenção, mas no meio sempre aparece um vigarista,... então houve caso de pessoal ir buscar gente pra vir trabalhá e não pagá. Quando você chegava lá e falava, é do Mato Grosso, o pessoal arregalava logo o olho".

Em alguns lotes, principalmente os de menor tamanho, esse parece não ter sido um grande problema, pois é comum laços de parentesco ou amizade anterior com as famílias contratadas que, geralmente, eram motivadas pelas notícias alvissareiras de seus parentes e amigos.

Em outros lotes, porém, costumavam recorrer a contratação de uma família que já morasse em Alta Floresta e, depois de algum tempo, mandavam o chefe geralmente ao Paraná como emissário para, com base na sua própria experiência, contactar com os lavradores, induzindo-os a aceitar propostas de trabalho na gleba.

"você pega um que já trabalhava aqui (no lote) e levava com você... a gente procurou pegar um pessoal que já era do sul que já estava aqui, pra depois ir lá procurá o

pessoal que a gente precisava. Então vêm confiando naquele que foi falã, porque o cara que trabalhou no mínimo seis meses, sabe como é que a gente é..."

Contudo, não é difícil encontrar em alguns lotes colonos que já trabalharam com o proprietário no Paraná e que foram trazidos por ele ou mandados buscar depois.

"O patrão insistiu pra vir, o filho veio e gostou, mas o patrão cobrou até passagem do filho".

"Primeiro o patrão comprou terra, depois trouxe a gente".

No momento em que os agricultores e suas famílias deslocam-se para a área de colonização e respectivos lotes, começam a ser computadas suas dívidas de viagem (transporte, alimentação, etc) e inicia-se um novo período de sujeição e de exploração. Para todo tipo de contrato o responsável é o chefe da família e as obrigações do contratante dizem respeito a ele, apesar de praticamente toda a família ser envolvida diretamente no processo produtivo.

Dependendo do tipo de contrato, os trabalhadores, geralmente durante o primeiro ano, são "fornecidos" pelo patrão. O fornecimento corresponde, na verdade, a um adiantamento dado ao colono em dinheiro ou em espécie, para fazer face a despesas de sua manutenção. Estas despesas são anotadas pelo proprietário "em carteira" e quando se realiza a produção, é efetuado o respectivo desconto.

Neste sentido, disseram os colonos que, durante o primeiro ano, seu trabalho resume-se praticamente ao pagamento de dívidas, quando a lavoura branca dá uma boa produção e o preço é compensador. Caso contrário a dívida vai se acumulando.

"Fizemos a colheita, mas não sobrou nada, já tinha de pagá o que a gente devia..."

"Eu vivo do fornecimento de Cr\$5.000,00 por mês, esperando o café que vai ser de meia e a lavoura branca que vou pagá renda..."

É interessante notar que assim como a colonizadora atraiu compradores, oferecendo uma série de vantagens, da mesma forma os proprietários procuraram atrair a mão-de-obra que necessitavam, oferecendo casa, mudas de café plantadas, terra para a lavoura, assistência permanente, inclusive médica, e apelando à facilidade da aquisição de terra.

Contudo, as insatisfações são grandes e principalmente nos lotes onde o proprietário é domiciliado fora de Alta Floresta, há casos de total abandono destas famílias à sua própria sorte, como se ali tivessem sido colocadas apenas para fazer face a uma exigência contratual de ocupação.

"O que o patrão prometeu não cumpriu. Prometeu transporte, casa e até agora nada".

"O patrão fez boa condição, dava o café pra tocá e disse que com o dinheiro dava pra comprá terra, mas depois que derrubou o mato, resolveu botá pasto"...

"... tem fazendeiro que é bom, mas tem muitos deles que já é muito descansado, já não dá aquela assistência, maior apoio. Não vai longe esses dias mesmos eu comprei uma receita pra um rapaz da colônia que veio consultar e não tinha dinheiro pro remédio: meu patrão não veio mais e não mandou também dinheiro..."

Todavia, a observação de relações sociais de produção diferenciadas na área de colonização merece que se identifique melhor suas especificidades, mais propriamente no que se refere ao trabalho de famílias de lavradores nos lotes rurais.

A categoria formador parece ter surgido, com maior frequência, nos primeiros anos de colonização, quando então o café era o principal produto de cultivo, assumindo mais recentemente um caráter que mais se assemelha à parceria. Entretanto, em Alta Floresta este tipo de relação apresenta algumas diferenciações, de acordo com o contrato estabelecido entre as partes interessadas. Estas diferenciações, em última instância, determinam o caráter específico com que se manifesta a relação proprietário e não proprietário na área de fronteira, e acentua ainda mais o caráter subordinado da pequena produção ao capital.

Ao ser contratado, o formador podia receber uma área já plantada, cabendo-lhe a responsabilidade de "zelar pelo cafezal e entregar o café ensacado na "tulha", ou receber a terra nua, ou só desmatada, quando o processo produtivo iniciava-se respectivamente, pela derrubada da mata, ou pelo plantio de mudas.

No primeiro caso, a produção geralmente é dividida ao meio, deduzidas também a meio as despesas de produção custeadas pelo patrão, excetuando-se o pagamento de assalariados tom-

porários, quando requisitados pelo formador, principalmente durante a colheita, pois no contrato estabelecido todo o processo de trabalho é presumivelmente capaz de ser realizado exclusivamente pelo produtor e membros de sua família.

Sob este aspecto vale registrar o fato de que, além do formador incorporar trabalho à terra e, portanto incorporar capital que será totalmente transferido para o proprietário ao final do contrato, a ele cabe também pagar uma parte dos custos da produção.

"O proprietário custeia enquanto a produção não vem. Depois o produto vai ser dividido a meia, tirando as despesas de manutenção da família e do lote".

"O patrão dá a meia, mas eu também pago a meia, veneno, máquina e tudo o que ocupá".

No segundo caso, mantidas as demais condições, o formador pode receber um pagamento extra pela derrubada em número de mudas plantadas. Também neste caso é sempre permitido ao formador plantar arroz, milho, feijão, etc., em área específica ou intercalada ao café desde que não prejudique o desenvolvimento do mesmo. Mas também sobre a lavoura branca pode incidir uma renda, geralmente em produto, paga ao proprietário da terra.

Segundo Martins, durante o século XIX quando se formaram as fazendas de café no Rio de Janeiro e São Paulo, o formador caracterizava-se como o camponês que "incumbia-se da abertura de uma fazenda e implantação do cafezal em troca do direito de plantar entre os cafeeiros os gêneros de que necessitasse, como milho, feijão, arroz e algodão. Formado o cafezal, recebia um pequeno pagamento em dinheiro, correspondente ao nú-

nero de cafeeiros formados. Segundo um fazendeiro paulista do começo do século a formação de uma fazenda saía assim, de graça para o fazendeiro. Este não pagava ao lavrador, mas recebia, sob forma de renda em trabalho, o cafezal formado, em pagamento pelo direito de o camponês produzir no terreno os gêneros de que necessitava. O pagamento em dinheiro já não era investimento de capital fixo, pois no quarto ou no quinto ano de formação do cafezal, quando transferido ao fazendeiro, a colheita daquele ano já era sobejamente suficiente para cobrir os dispêndios monetários da fazenda. Às vezes, este permitia que o camponês livre retivesse para si o café eventualmente produzido antes da entrega do cafezal, outras vezes entrava de parceria nessa produção¹."

Conforme o depoimento de alguns colonos, nas suas regiões de procedência, até que o cafezal estivesse formado, o que corresponderia a aproximadamente 4 anos, toda a produção da lavoura branca ou mesmo do café, pertencia ao formador.

"No Paraná, o formador também é chamado empreiteiro, quando ele mesmo derruba o mato, planta o café, cuida o café por um tempo certo. O dono da terra, paga a derrubada, plantio e o zelo da planta. Lá a forma é de 4 a 5 anos, aqui tem de 2 anos. No fim dos 4 anos, recebe por cova formada, e de cada cova não cuidada ou não plan

(1) MARTINS, José de Souza. in Os Camponeses e a Política no Brasil. Ed. Vozes. Petrópolis. 1981. p. 38/39.

tada o formador paga multa. Tudo o que produzisse até os 4 anos desde a lavoura branca até o café é do formador".

Assim, historicamente o formador, pelo direito de plantar gêneros para a sua subsistência, pagava ao proprietário da terra uma renda fundiária em trabalho, ao entregar a este o cafezal formado a ponto de dar as primeiras safras, algumas vezes sem nada delas usufruir. Porém, em Alta Floresta, ao se reproduzir esta relação social, parece permitir ao dono da terra apropriar-se também de uma renda em produto, quando o contrato estabelece porcentagem na produção da lavoura temporária.

Os contratos de formação firmados em Alta Floresta compreendem um período de duração de 2 a 6 anos, determinados não só pelas condições em que o formador recebe a terra (já plantada ou em mata), mas também pelo fato de que se pode esperar a primeira safra a partir do segundo ano.

"Aqui, como o café dá antes, o produto já é dividido do início. A lavoura branca varia, às vezes só divide quando o proprietário pagou a passagem e forneceu o formador".

"Sô meeiro no fruto do café e lavoura branca livre, com contrato de um ano. Se eu zelá a lavoura de acordo, reforma o contrato".

"O contrato é formã por 5 anos. A lavoura branca é livre e o café de meia".

Contudo, é importante ressaltar casos em que há quebra de contrato por parte do proprietário, num total desrespeito ao trabalhador e seus familiares, que de uma hora para outra encontram-se sujeitos a perder todo o trabalho dispendido no lote. Estes casos dizem respeito mais especificamente a situação em que o proprietário muda da atividade agrícola para a pecuária, derrubando os pés de café para plantar pasto.

"Eu era meeiro, ao fim de dois anos o dono propôs acabá com o café pra plantá pasto e durante os dois anos que restava do contrato eu plantava o que quisesse".

"Eles (dois sócios) fizeram lá o controle e vieram fazê um acordo, por causa que disse que os terreno, as terra, as planta, o café, estavam vendo que não ia dá nada. Então se nós quisesse fazê o acordo com eles de plantá a grama, então nós plantava a grama, e caso nós não quisesse, podia tocá, mas só por nossa conta. Se nós quisesse ficá pra terminá o contrato de cinco anos, eles não ajudava nós com doença e nem com nada, porque o comestível o trato era só um ano, o primeiro ano".

Quando o cafezal já está formado e expira o prazo do contrato de formação, o agricultor pode permanecer no lote, porém sob uma nova condição que se explicita através de um contrato de parceria.

A relação que se estabelece entre proprietário e

parceiro pouco difere da relação proprietário/formador, daí que é muito comum ouvir-se a expressão parceiro-formador, referindo-se indiscriminadamente a ambos os casos. Porém, dizem os colonos, "só é formador até o café produzir, depois chama de parceiro".

Realmente se se considera o fato de que o cafeeiro pode começar a produzir a partir do segundo ano e, conseqüentemente, a partilha do fruto pode também se realizar a partir da primeira safra, e que a lavoura branca, de ciclo curto, algumas vezes é partilhada, compreende-se o por que da dupla denominação.

Contudo, através a leitura de um contrato de parceria de café (cópia anexa), observou-se que, apesar de neste, o colono ser denominado "parceiro-lavrador", a cláusula 2a. especifica entre os serviços contratados, a formação, trato e zelo das covas de café. Isto pode significar que, se do ponto de vista do lavrador, a formação diferenciaria a categoria formador da de parceiro, do ponto de vista do instrumento legal de contratação de serviços as mesmas se confundem.

Entretanto o que se pode concluir é que, enquanto na formação não seja generalizada a partilha dos frutos do café e da lavoura branca, na parceria em qualquer dos casos, a mesma é realizada. Enquanto na formação, a produção do principal produto é, na maioria das vezes, dividida ao meio, na parceria tanto para esta como para produção da lavoura branca é estabelecido como pagamento do uso da terra ao proprietário, uma porcentagem nunca inferior a 60%.

Assim, parece que na parceria não se configuraria

uma nítida divisão entre o trabalho necessário, destinado a reprodução do lavrador e sua família e o trabalho excedente, apropriado pelo proprietário da terra.

A área destinada ao trabalho de cada formador ou parceiro, que se especifica através de um determinado número de pés de café, é definida a partir do tamanho de sua família, ou seja, da disponibilidade de braços ou "enxadas". Esta disponibilidade é estabelecida quase sempre pelo próprio contratado, que muitas vezes limita o acesso de seus filhos à escola, para com eles contar como força de trabalho na lavoura.

Contudo o que se observou, é que o produtor direto não proprietário, para manter-se enquanto unidade produtiva, intensifica cada vez mais a utilização da força de trabalho familiar, não só pelo prolongamento da jornada de trabalho, como também pela incorporação de menores, e recorre, em muitos casos ao assalariamento temporário em outros lotes ou na cidade. É comum a participação das mulheres na lavoura, nas horas que "sobram" do trabalho doméstico, como é comum também, empregar suas filhas em "casa de famílias" na cidade.

"Os filhos não estuda mais porque a gente precisa deles pra trabalhá".

Segundo estes agricultores, em Alta Floresta, diferentemente do Paraná, dada as características de clima e solo que propiciam o surgimento com maior intensidade de ervas invasoras e insetos, a lavoura demanda maior trabalho tanto para "carpir" o terreno, como para pulverizar as plantas com inseticidas.

Percebe-se pois, que ao se abrir espaço na fronteira para a reprodução de relações sociais de produção não especificamente capitalista, as condições objetivas desta reprodução, definida pelo capital, denotam que os trabalhadores subordinados a estas relações, tendem à proletarização, num processo relativamente acelerado.

Em síntese, o que se pode concluir é que a reprodução de relações sociais de produção não especificamente capitalistas, parece vir "solucionar" o problema da escassez de recursos financeiros e força de trabalho em uma situação de mercado em formação, ao mesmo tempo em que contribui sobejamente para a valorização da terra como capital, através o trabalho não pago nela incorporado. O proprietário de Alta Floresta, através estas relações consegue valorizar sua propriedade, ao mesmo tempo em que, sem correr os riscos da produção, torna-se desta o principal beneficiário.

Contudo, não são nas relações de formação e parceria são envolvidas as famílias de não proprietários que se deslocam para Alta Floresta. Recentemente, a tendência observada ao desenvolvimento da pecuária, propiciou em caráter mais intenso, o surgimento do assalariado permanente também chamado mensalista, embora quase como exceção, esta categoria de trabalhador seja também utilizada na lavoura.

A remuneração percebida pelo assalariado varia entre Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Cr\$21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros), e conquanto em média estivesse, em 1981, acima do salário mínimo da região (Cr\$10.200,00), vale salientar, que na realização dos serviços contratados são envolvidos também os demais membros da família.

Ao assalariado e sua família é permitido em alguns casos a utilização de uma área no lote, para o plantio de arroz, milho e feijão, porém foram poucos aqueles que disseram partilhar com o patrão dos resultados dessa produção.

A estes trabalhadores também se aplica o sistema de "fornecimento", deduzidos parceladamente de sua remuneração após o primeiro ano, bem como o financiamento das despesas de viagem, posteriormente ressarcidas.

Outro tipo de assalariado observado em Alta Floresta é o temporário. Estes trabalhadores, são chamados "diaristas" e podem ser contratados sob duas modalidades: a "sêco", isto é, sem direito a alimentação dada pelo empregador, e "livre", quando então compete ao contratante fornecer a alimentação.

Alguns destes assalariados muitas vezes trabalham fora da gleba, nas grandes fazendas que a circundam (AFs) ou em Paranaíta, gleba vizinha colonizada também pela INDECO. Assim, se considerarmos que alguns destes trabalhadores, possuidores apenas de sua própria força de trabalho, são recolhidos por um carinhão pela manhã, e somente retornam a suas casas no final do dia, é possível supor que já se estaria gestando em Alta Floresta as bases do que poderá se configurar futuramente como trabalho volante.

Esta forma de assalariamento é utilizada, tanto por proprietários como por não proprietários, quase que exclusivamente na época da colheita ou mais recentemente na plantação de mudas de cacau ou guaraná, quando estas não são realizadas sob regime de empreitada, pois, ao que parece ainda é mais barato contratar o trabalhador individualmente.

Porém, mais especificamente, para os não proprietários, "ajustar um camarada (contratar um diarista) só mesmo na hora de maior apuro" para não perder a colheita, pois é praticamente evidente, que quando assim procedem, é sempre em detrimento de seus próprios ganhos. Para estes, quando possível, a "troca de serviços", - se bem não possa ser considerada comum, - tem sido uma boa alternativa.

Contudo, embora se tenha observado como voz corrente em Alta Floresta, o fato de que "a mão-de-obra é muito cara" registrou-se que em 43,4% dos lotes visitados se recorre a este trabalhador. Em 1981, uma diária "a sêco" podia ser paga a preço compreendido entre Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) e Cr\$800,00 (oitocentos cruzeiros) e "livre" entre Cr\$400,00 (quatrocentos cruzeiros) e Cr\$600,00 (seiscentos cruzeiros), quando a salário mínimo na região era de Cr\$10.200,00 (dez mil e duzentos cruzeiros)¹.

Dizem os colonos, que, conquanto a mão-de-obra na gleba, tenha sido sempre cara, mais recentemente este fato pode ser explicado pela descoberta de ouro na área, que alvoroçou a população a ponto de num determinado momento, ser quase impossível encontrar um "camarada" para trabalhar na lavoura. Ao mesmo tempo, o custo de vida em Alta Floresta elevou-se assustadoramente, pois a cidade foi praticamente "invadida" pelos garimpeiros que a tudo pagavam "a peso de ouro". Entretanto ainda que

(1) Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, publicados no periódico Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, V.7, nº 12. Dez./81, em novembro de 1981 pagava-se em média a um trabalhador diarista, naquele estado Cr\$473.00 (quatrocentos e setenta e três cruzeiros).

tenham sido bastante referidos no decorrer da pesquisa os problemas relativos ao garimpo, foi também explicitado por algumas pessoas, que a própria empresa colonizadora teria "posto fim na questão"¹.

(1) " Os receios por parte dos titulares da INDECO S/A, empresa criadora do projeto, de que a agricultura fosse prejudicada pela atividade garimpeira, pondo em risco o êxito do empreendimento, além do difícil convívio entre o contingente garimpeiro e as populações de colonos sulistas organizados em famílias, graças ao choque de cultura, selou a sorte do garimpo do Paranaíta, de duração muito efêmera, sendo evacuação feita com ações violentas e arbitrárias, gerando mortes, espancamento, apreensão e destruição de objetos e gêneros de garimpeiros, além do aprisionamento de ouro, muitas vezes realizado sem amparo legal...

... Os episódios acima descritos assinalam os eventos resultantes do paralelismo de duas atividades econômicas, agricultura e mineração, em região pioneira, tendo sua simultânea consecução uma evolução natural não planejada. Evidentemente este casuísmo gerou conflitos de interesses e de objetivos, o que poderia ser evitado se os titulares da INDECO S/A houvessem assumido, de início, o desenvolvimento planejado da atividade mineira, conciliando-a com a atividade agrícola, o que configuraria um polo agromineral pré-viabilizado.

Já a situação dos garimpos Novo Planeta, Satélite e Astro apresentam conotações diversas. Estes não se formaram ao acaso e sem planejamento. Logo que as primeiras explorações feitas por garimpeiros atestaram o potencial aurífero da área, um ex-funcionário da INDECO S/A, Sr. Benedito Vieira, com o beneplácito desta empresa, assumiu o controle de atividade garimpeira da área, criando as firmas Comerciais Ximari e Garimpo Novo Planeta Ltda., que passaram a gerir os garimpos Novo Planeta, Satélite e Astro...

... Alta Floresta e Paranaíta são exemplos de polos agrominerais, onde a atividade agrícola já está consolidada e a mineração se desenvolve gradativamente. Foram requeridos os direitos de pesquisa mineral da região em nome de pessoas físicas ligadas à INDECO S/A, e as primeiras prospecções realizadas foram positivas, havendo interesse da própria empresa colonizadora de realizar mineração em seus domicílios. LESTRA, Alain Daniel e NARDI, José Inácio Stoll, in "O Ouro da Amazônia Oriental; o mito e a realidade". Grafisa. Belém, 1982. págs. 228/229.

Assim, evidencia-se na gleba, a reprodução num curto espaço de tempo, das contradições que têm marcado historicamente o processo de acumulação capitalista, contradições estas, determinadas em última instância pela forma concreta com que tem se realizado a apropriação e uso da terra no meio rural brasileiro.

Sob o controle do capital, que delimita na fronteira em expansão, um espaço também para a organização da produção com base na mão-de-obra familiar, a convergência de forças emanadas de interesses e agentes sociais diversos, parece restringir cada vez mais esta possibilidade. Portanto, é importante registrar que em Alta Floresta, entre os colonos entrevistados, encontrou-se apenas 6 (seis) agricultores, proprietários de pequenas frações de lotes, que conseguem "tocar" suas lavouras, utilizando exclusivamente os membros de suas próprias famílias.

Contudo o fato de ser possível aos demais agricultores recorrer a terceiros para a realização da produção, não significa, a não ser quando se trata de grandes propriedades, que suas condições de vida sejam muito melhores.

Um, síntese, o que parece importante retar, é que a colonização privada de Alta Floresta, como instrumento de ocupação da fronteira, ainda que apresente suas especificidades não deixa de conter, também, aspectos gerais que parecem inerentes a toda fronteira. Destes, talvez o mais importante, seja exatamente um certo caráter de transição entre forças distintas de comando do capital, o que se manifesta numa significativa diversidade de formas de relação de trabalho, e tem como elemento mediador a terra.

II-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de realmente tentar alinhar e realçar alguns elementos que despontam como importantes no processo de reflexão sobre a colonização privada de Alta Floresta, parece fundamental explicitar logo de início, o significado deste item, a fim de permitir que ele possa ser compreendido dentro de suas reais possibilidades e limites.

Com esta finalidade, um primeiro aspecto a ser mencionado, é que ele não tem a pretensão de substituir o clássico capítulo de conclusões. Verdadeiramente, não se trata simplesmente de uma substituição de nome, mas sim, tratá-lo como considerações finais, decorre da própria compreensão que se tem da natureza deste trabalho.

Pensar sobre a colonização de Alta Floresta, se por um lado se apresenta como um desafio em si, é também "caminho" para enfrentar um desafio bem maior que é avançar na compreensão do recente processo de intensificação da ocupação da Amazônia. Foi exatamente dessa ansiedade de compreender e sobretudo transformar uma realidade tão dinâmica quanto pouco conhecida, que nasceu este trabalho que, nas observações seguintes, tenta fazer algumas conexões entre Alta Floresta e a Amazônia, o que em última instância pode ser pensado como um exercício de explicitar certos elos entre a colonização privada e a fronteira.

Sob este prisma, este item, se em determinados momentos tenta fazer contraponto entre as hipóteses que nortearam a pesquisa e o conhecimento atual do objeto de estudo, o faz sem a pretensão de chegar a respostas definitivas, mas sim, de ape-

nas fornecer matéria prima à produção de novas hipóteses, na certeza de que "o concreto é concreto porque síntese de várias determinações"¹.

Do mesmo modo, tendo por convicção, que toda produção é produção social, muitas vezes, ainda que sem as ferramentas adequadas ou manejando-as de forma precária, faz-se afirmações que na verdade, são muito mais propostas à reflexão que assertivas possíveis de derivação clara e direta do corpo do trabalho como seria desejável.

Sob estes limites, um primeiro aspecto que precisa ser retomado é o significado da colonização privada no contexto da recente ocupação da região e de cuja reflexão se extraiu a idéia de "Reabertura da Fronteira sob Controle".

A experiência de Alta Floresta se concretiza num quadro mais geral onde se pode evidenciar dois grandes movimentos: uma ampla privatização de terras na fronteira Amazônica e a intensificação de fluxos migratórios que para ela se direcionou em busca de terra potencializando em consequência, os conflitos pela sua posse, como expressão da "desordem na ordem estabelecida", ou seja, pensar a terra descaracterizada do sentido de propriedade privada.

Contudo, o que precisa ser explicitado é que esse processo se realiza num momento de intensa investida do capital monopolista em direção a todo o agro brasileiro.

Assim, no mesmo momento em que o capital monopolista assume progressivamente o comando das regiões agrícolas já

(1) MARK, Karl. - Contribución a la Critica de la Economía Política. Alberto Corazón, Editor. Madri. 1978. p. 246

consolidadas, pela sua própria característica de grande capital, avança também rumo à fronteira, condensando contradições cuja minimização parece passar pela necessidade de repor na mesma, ainda que sob forma de farsa, certas condições próprias ao que tem sido compreendido como seu desenvolvimento natural, como a reprodução de pequenos e médios produtores, via colonização privada.

Em outras palavras, o que se está objetivando caracterizar é que se numa fase menos desenvolvida do capitalismo o espraiar das relações de produção e propriedade que lhes são específicos se faz com certo ritmo e numa determinada dimensão - que permite que a fronteira sirva de "refúgio" a agentes sociais que tentam resistir a uma subordinação direta e imediata ao capital, através da posse da terra e do desenvolvimento de uma produção à base de força de trabalho familiar, - na etapa monopolista a rapidez, o gigantismo, bem como a própria forma com que este movimento se realiza, poderia ser pensado como se a abertura representasse na verdade o fechamento da fronteira para parcelas significativas de população.

É pois da rapidez desse processo que o papel de "válvula de escape" parece ficar quase impossível de ser cumprido pela fronteira, colocando para certos segmentos empresariais e para o próprio Estado, dúvidas a respeito da possibilidade de manutenção da "clássica estabilidade" do mundo rural brasileiro, para a qual a mesma tem sido um elemento fundamental.

A partir deste contexto que o capital, se por suas necessidades de reprodução numa determinada etapa, problematiza uma certa estabilidade à sua reprodução em escala mais ampla, ao mesmo tempo engendra mecanismos que tentam compensar as difi

culdades criadas.

Neste sentido e na perspectiva de reordenar o caos estabelecido delimita espaços específicos na fronteira, como que num processo de reabertura da mesma, onde sob sua direção e controle seja resguardado o caráter da terra como propriedade privada ainda que a partir de relações sociais de produção não especificamente capitalistas.

Todavia, é importante ressaltar que esse movimento de reabertura sob controle apresenta diferenças bastante significativas do "movimento clássico". Dentre estas, talvez a mais importante seja que, enquanto no "movimento clássico" a figura da posse tivesse um grande significado, - daí a própria idéia de fronteira se confundir com a de terra livre, que permite espaço a todos, inclusive aos despossuídos, - o caso analisado sugere a idéia de ocupação seletiva, já que só admite a propriedade privada, ainda que nos tamanhos mais diversos.

Por último, valeria tecer alguns comentários sobre as hipóteses que orientaram este trabalho.

No que se refere ao fato da colonização privada vir ao encontro das necessidades do Estado em manter uma certa estabilidade no mundo rural, caracterizado por uma estrutura agrária profundamente distorcida nas regiões de ocupação consolidadas e uma fronteira em acelerado processo de privatização, a pesquisa sugere como pertinente esse entendimento da questão.

Nesse sentido, parece correto pensar que a colonização privada ao recolocar no mercado uma significativa área de terra de forma fracionada, se por um lado permite nas "zonas antigas" sem maiores conflitos, uma reconcentração fundiária

ria, uma substituição de culturas, mais propriamente, uma substituição de produtores de forma a atender aos interesses do capital, do mesmo modo com elevado grau de controle incorpora ao mercado faixas de terra até então não utilizadas e oferece ao Estado sem entrar em confronto com a "sagrada instituição da propriedade", a possibilidade de uma "alternativa" à necessidade premente de uma reordenação do espaço agrário brasileiro.

Alguns exemplos dessa articulação capital x estado, no sentido de consolidar esta suposta alternativa, podem ser inferidos quando se observa num tempo relativamente curto, o grande número de projetos privados de colonização aprovados pelas instituições oficiais. No caso específico de Alta Floresta tal fato é reforçado pela rapidez com que o Estado dotou a área com toda uma infra-estrutura de apoio, na qual ressalta-se a instalação de órgãos de assistência técnica aos produtores, Bancos oficiais, sistemas de comunicação (telefonia DDD, televisão a cores etc). Todavia, se essa aliança permite inclusive a redefinição do tamanho do módulo rural, conforme, já explicitado no corpo do trabalho, ao fundar-se na propriedade privada ela é francamente incapaz de equacionar ou mesmo encaminhar a questão dos milhões de agricultores sem terra em constante deslocamento no território nacional.

Porém, se foi possível perceber a confirmação da importância relativa que a colonização privada teria para o Estado, no que se refere a estabilidade do mundo rural e ao seu discurso contra a reforma agrária, o mesmo não se pode dizer sobre a percepção inicial de um provável maior controle sobre a produção, que implicasse sobre uma maior homogeneidade desta e favorecesse a articulação entre a agricultura e a indústria. Todavia, é provável que tal fato decorra muito mais, do caráter

recente da colonização de Alta Floresta.

No que concerne às hipóteses levantadas sobre a importância da colonização para a colonizadora, sob a perspectiva de valorização de seu capital, pelo menos no caso específico de Alta Floresta, o simples comprar, lotear e vender terra, se apresentou como um processo extremamente eficiente de transformar dinheiro em mais dinheiro, haja vista não só o crescente diferencial entre o preço de aquisição e venda das terras que superou em muito as variações decorrentes da inflação, inclusive como as próprias declarações do colonizador que foi bastante enfático em afirmar o caráter lucrativo do empreendimento.

Sob esta perspectiva é ainda interessante observar a estratégia utilizada pela colonizadora em análise, que ao estimular a ocupação em apenas aproximadamente 40% dos seus 1.100.000 ha e conseguir fazer com que o Estado implementasse toda uma infra-estrutura, já mencionada, para a consolidação do núcleo urbano, absorveu toda esta infra-estrutura bem como todo trabalho incorporado pelos colonos aos seus lotes, como elementos de valorização do restante da suas terras.

Assim, parece absolutamente correta a impressão inicial de que a colonização privada, ao retornar ao mercado de forma fracionada, grandes áreas de terras adquiridas a preço insignificante, consegue através da potencialização do número de compradores promover a ampliação do mercado aumentando a rentabilidade dos negócios com a terra.

A prioridade dada aos negócios com a terra sobre as demais atividades parece emergir também, quando se observa que apesar de num primeiro momento a empresa ter demonstrado um

certo interesse por ingressar nas atividades diretamente produtivas estas aparentam ter verdadeiramente, um caráter apenas marginal no conjunto dos negócios. Este fato se verifica inclusive, no que se refere a um suposto controle sobre a comercialização imaginado quando do início deste trabalho. É lícito todavia ressaltar, que essa não monopolização do processo de comercialização por parte da empresa, se por um lado pode refletir uma opção deliberada, pode expressar simplesmente o fato da produção de Alta Floresta não ter alcançado ainda uma escala suficiente grande para justificá-la.

Finalmente no que se refere às hipóteses levantadas a respeito da expectativa do colono em relação a área de colonização, um rápido balanço aponta, que de fato, numa situação concreta de profunda pressão e esmagamento por parte do capital e de uma estrutura fundiária distorcida, a motivação básica ao deslocamento para a fronteira estava configurada, e foi tanto mais forte quanto maior a esperança de ver na nova terra a possibilidade de garantir a seus descendentes a "herança terra", de elevar seu nível de vida através uma maior produtividade e de finalmente, fixar-se definitivamente num mesmo lugar.

Em síntese, o que parece fundamental reter é que se aos primeiros migrantes ainda foi possível adquirir uma fração de terra bem maior do que as que possuíam no lugar de procedência, para os "retardatários", até isto passa a se constituir em apenas um sonho.

Assim, ainda que seja razoável o número de colonos que fale de Alta Floresta como seu ponto de parada, não menos nítido é o desencanto diante da realidade da "Terra Prometida",

numa indicação de que, se a euforia da propriedade num primeiro momento pode obscurecer o fato de que o deslocamento para a fronteira não os libera das teias do capital, o dia a dia se encarrega de apontar ainda que sem maiores explicações, que a rendição do homem do campo, não se encontra nas mãos de nenhum "santo homem", muito menos na concepção e implementação de políticas e projetos, em relação aos quais lhe é vedada qualquer possibilidade de participação efetiva, uma vez que, a "questão agrária" só encontrará "respostas", num processo social de construção de uma nova realidade que envolve tanto os Valentins, Zês e Inccêncios, que habitam o mundo rural brasileiro, como outros tantos Pedros, Tiões e Severinos que morrem um pouco a cada minuto nas fábricas, lojas e construções dessas "terras de meu Deus".

BIBLIOGRAFIA

01. CARDOSO, F. H e MULLER, G: "Amazônia: Expansão do Capitalismo". Brasiliense, SP, 1977.
02. CARVALHO, J.A.M e Outros: "Migrações Internas na Região Norte; Estudo de Campo da Região de Marabá"-CEDEPLAR /1977.
03. CARVALHO, J.A.M e outros: "Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre". CEDEPLAR/1979.
04. D'INCAO, M. Conceição: "O Boia Fria: acumulação e miséria" Vozes, RS 1979.
05. GUEDES, Pinto: "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", "Rev. Encontros com a Civilização Brasileira" n° 7.
06. GUIMARÃES, Alberto P.: "Quatro Séculos de Latifúndio", Paz e Terra.
07. HÉBETTE, Jean e outros: "A Amazônia no Processo de Integração Nacional". UFFa./NAEA. 1974
08. HÉBETTE, J, e MARIN, R.: "Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais". UFFa./NAEA, 1977.
09. IANNI, Otávio - "A Luta pela Terra"- Vozes 1978.
10. IANNI, Otávio - "Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia". Vozes, RJ. 1979.
11. KAUTSKY, Karl: "La Questión Agrária" - Universidade Nacional Mayor de San Marcos - 1972.
12. LENIN, V.I.: "El Desarrollo del Capitalismo En Russia". Ed. Ariel Barcelona - 1974.

13. LENIN, V.I.: "O Capitalismo na Agricultura". in "A questão Agrária". Silva, J.F.G. e STOLCKE, V. Org. Ed. Brasiliense/1981. - S.P.
14. LENIN, V.I.: (1919) "Nuevos Datos acerca de las Leyes del Desarrollo del capitalismo em la Agricultura Cuadero I: El Capitalismo y la Agricultura em los Estados Unidos de America Del Norte". In: obras Completas, Moscu. Tomo 22.
15. LESTRA, Alam Daniel e NARDI, José Inácio Stoll: "O Ouro da Amazônia Oriental : o mito e a realidade". Grafisa Belém/1982.
16. LIMA, R.A. de Mendonça: "Direito Agrário e Reforma Agrária e Colonização". Liv. Francisco Alves. Ed. S/A. Rio de Janeiro, 1975.
17. LOUREIRO, Maria Rita G.: "Parceria e Capitalismo". Zahar RJ. 1977.
18. MARTINS, J. Souza - "Frente Pioneira:-Contribuição para uma caracterização Sociológica", in "Capitalismo e Tradicionalismo", Liv. Pioneira Editora, SP. 1975.
19. MARTINS, José de Souza: "Os Camponeses e a Política no Brasil". Ed. Vozes. Petrópolis. 1981.
20. MARTINS, J. Souza - "Expropriação e Violência". Ed. Hucitec SP 1980.
21. MARTINS, J. Souza - "O Cativo da Terra". Liv. Ed. Ciências Humanas. SP. 1979.
22. MAHAR, Dennis: "Desenvolvimento Econômico da Amazônia", IPEA/INDES, R.J. 1978.

23. MARTINE, George: "Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiências Recentes de Colonização no Brasil". Anais do Primeiro Encontro Nacional - ABEP - 1978.
24. MULLER, Geraldo: "Estado, Estrutura Agrária e População", Vozes/CEBRAP, R.J. 1980.
25. MARX, Karl: "O Capital". Civilização Brasileira. R.J.
26. MARTINS, Carlos Estevan: "Estado e Capitalismo no Brasil", HUCITEC. S.P. 1977.
27. MENDES, Armando Dias. "Amazônia: As Grandes Opções". Rev. UFFa. nº 3. Série 1 - 1973.
28. MENDES, Armando Dias: "Perspectiva do Desenvolvimento da Amazônia". Brasília 1972 (mimeo).
29. MENDES, Armando Dias e outros: "A Invenção da Amazônia". UFFa. Belém. 1974
30. MENEZES, Adriano: "O Problema da Colonização da Amazônia - SPVEA. Rio de Janeiro. 1961.
31. NEVES, Delma Pessanha N.: "Lavradores e Pequenos Produtores de Cana". ZAHAR, 1981
32. OLIVEIRA, Francisco: "Agricultura e Crescimento Econômico". Cadernos de Debate nº 3. Brasiliense. 1976
33. PADIS, Pedro C.: "A Fronteira Agrícola", in Revista de Economia Política. Vol. 1 nº 1. Jan/Março/1981- Ed. Brasiliense.
34. PINSKY, Jaime: (Org.) "Capital e Trabalho no Campo". Ed. Hucitec. SP. 1977.

35. PRADO, Junior, Caio: "A Questão Agrária no Brasil".
Brasiliense, S.P. 1979.
36. QUEDA, O. e Duarte, J: "Agricultura e Acumulação". De-
bate e Crítica nº 2. Hucitec, S.P. 1974.
37. SANTOS, Roberto A. de Oliveira: "História Econômica da
Amazônia" (1800-1920). Dissertação de Mestrado. 1977.
Mimeo.
38. SILVA, José F. Graziano: "Progresso Técnico e Relação
de Trabalho na Agricultura Paulista"- Tese de Douto-
ramento UNICAMP-DEFE. 1980 (Mimeo).
39. SILVA, J. F. Graziano: "O que é Questão Agrária". Ed.
Brasiliense. S.P. 1980
40. SILVA, José F. Graziano - Coord. "Estrutura Agrária e
Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira".
HUCITEC; S.P. 1980.
41. SILVA, José F. Graziano: "A Modernização Dolorosa". ZA-
HAR Editores. R.J. 1981.
42. SILVA, J. F. Graziano e STOLCKE, V. (Org.): "A Questão
Agrária". Ed. Brasiliense ano 1981.
43. SORJ, Bernardo: "Estado e Classes Sociais na Agricul-
tura Brasileira". Zahar. R.J. 1980.
44. SILVA, Sergio: "Agricultura e Capitalismo no Brasil".
Contexto nº 1. HUCITEC, 1976.
45. SAWYER, Donald M.: "Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrí-
cola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural
e Espacial". 1981 (Mimeo).

46. SILVA, Moacir F.F.: "A Emigração Nordestina para a Amazônia em 1877: Uma Tentativa de Colonização pela Administração Provincial", Acre. 1977.
47. STEPHANES, Reinhold: "O Programa de Integração Nacional e a Colonização da Amazônia". INCRA - Brasília. 1972.
48. TAVARES, V.P. e outros: "Colonização Dirigida no Brasil e suas Possibilidades na Região Amazônia". IPEA; MINTER; R.J. 1972.
49. TAVARES, J. Vicente: "Colonos do Vinho". HUCITEC. S.P. 1978.
50. VELHO, Otávio G.: "Capitalismo Autoritário e Camponato", Difel, SP. 1976.
51. VELHO, Otávio G.: "Frentes de Expansão e Estrutura Agrária", Zahar. R.J. 1972.
52. WANDERLEY, M. Nazaré: "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira". in: Araújo, J. Braz (coord). "Reflexões sobre a Agricultura Brasileira" Paz e Terra; R.J. 1979.
53. WANDERLEY, M. Nazaré: "Camponês um Trabalhador para a Capital". 1979. (Mimeo).

REABERTURA DA FRONTEIRA SOB CONTROLE: A COLONIZAÇÃO PARTICULAR DIRIGIDA DE ALTA FLORESTA.

Form. nº _____ nº lote _____ Tipo lote: A

B

1. Nome: _____ Cond.no lote:prop.
 n. prop.

2. Condição do lote:

- original

- fracionado área das parcelas _____

- agrupado nº dos lotes _____

3. Data da chegada em Alta Floresta: sô: _____
 família: _____

4. Histórico Migratório

locais de procedência		ocupação		tem. perm.	motivo da saída
município	UF	tipo	condição		

5. Se era proprietário de terra, quantos hectares possuía? _____

6. Que destino deu a terra?

- vendeu toda

Por que? _____

- vendeu parte

- não vendeu

7. Ano da venda _____ Valor da Venda Cr\$ _____
Área vendida _____

8. Para quem vendeu?

- Proprietário vizinho 1
- Não proprietário vizinho 2
- Outro proprietário do mesmo município 3
- Não proprietário do mesmo município 4
- Proprietário de outro município 5 _____
- Não proprietário de outro município 6 _____
- Outro 7 _____
- Nome do comprador: _____

9. Qual o motivo alegado para a compra? _____

10. Qual a situação atual da terra não vendida? _____

11. Em que tipo de culturas trabalhava?

- café 1 algodão 7
- trigo 2 amendoim 8
- soja 3 batata inglesa 9
- arroz 4 hortifrutigranjeiros 10
- feijão 5 outros 11
- milho 6

12. Por que decidiu mudar? _____

13. Destino dado a outros bens imóveis:

- vendeu 1
- n.vendeu 2 Especificar: _____

14. Como tomou conhecimento da Alta Floresta?

- Propaganda 1

- Corretores 2

- Pessoas da Indeco 3

- Moradores de Alta Floresta: Amigos 4

Parentes 5

- Não moradores de Alta Floresta: Amigos 6

Parentes 7

- Outros 8

15. Que tipo de informações lhe ofereceram?

- Boa qualidade da terra 1

- Facilidade de acesso 2

- Garantia do título 3

- Clima bom 4

- Terra barata 5

- Outras 6

16. Teve oportunidade de conhecer a área antes de vir para Alta Floresta?

- Sim 1

- Não 2

17. Teve conhecimento de outras áreas de acesso à terra?

- Sim 1 onde? _____

- Não 2

18. Por que decidiu-se por Alta Floresta? _____

19. Que tipo de recursos trouxe para Alta Floresta?

- Dinheiro Cr\$ _____

Máquinas		Animais		Veículos		Outros	
tipo	qt	tipo	qt	tipo	qt	tipo	qt

20. Ocupações anteriores em Alta Floresta: (ver rodapé)

tipo	local	cond. ocupação	remuneração		jor. trab.
			tipo	valor	

21. Ver quadro seguinte.

22. Possui lote urbano? sim não

Em caso positivo, qual a origem?

	De quem	preço	ano	tipo de uso	área
Compra	_____	_____	_____	_____	_____
	_____	_____	_____	_____	_____
	_____	_____	_____	_____	_____
Doação	_____	_____	_____	_____	_____
	_____	_____	_____	_____	_____

23. A mudança para Alta Floresta melhorou seu padrão de vida?

- sim não +/- não sabe

por que? _____

24. Pretende continuar em Alta Floresta? sim não

Por que? _____

_____ Para onde quer ir? _____

25. Qual a sua opinião sobre as empresas de colonização? _____

26. De onde se origina sua renda anual atualmente?

- Por ordem de prioridade

- produção cultura permanente:

- produção cultura temporária:

- extração de madeira:

- coleta de castanha:

- salários temporários:

- salários permanentes:

- outros:.....

.....

.....

27. Número de moradias no lote:

	Nome do chefe	procedência	nº depen.
1.	_____	_____	_____
2.	_____	_____	_____
3.	_____	_____	_____
4.	_____	_____	_____
5.	_____	_____	_____

28. Terras que já possuiu em Alta Floresta

Área	Destino
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

II. Quando proprietário, preencher:

1. Como comprou o lote:

1.1. Origem dos recursos: _____

1.2. Forma de pagamento:

- a vista

- financiado:

. INDECO Forma de financiamento: _____

O que foi pedido como garantia? _____

. BANCOS

. oficial Qual? _____
Valor do financiamento: _____
Forma do financiamento: _____

Garantia: _____

. partic. Qual? _____
Valor do financiamento: _____
Forma do financiamento: _____

. outros Quem? _____
Valor do financiamento: _____
Forma do financiamento: _____

Garantia _____

2. Quanto investiu inicialmente no lote? Cr\$ _____
Origem dos recursos _____

3. Forma de aplicação: sementes e mudas..... Const. moradia
cerca _____ máquinas _____ serv. terceiros _____
outros _____ especifique _____

III. Para o produtor.

- 1. Data da chegada no lote _____
- 2. Área sob sua responsabilidade: _____ ha.
- 3. Acha que a terra é própria para todos os tipos de cultura que foi orientada?

- sim não +/-

Por que? _____

- 4. Considera que outros produtos deveriam ser plantados?

- sim não não sabe

Em caso positivo, quais produtos? _____

Por que? _____

- 5. Gostaria de participar de uma cooperativa agrícola?

- sim não não sabe

- 6. Por que não existe cooperativa agrícola em Alta Floresta? _____

- 7. Recebeu assistência técnica para suas lavouras?

- sim:

De quem

De que tipo

_____	_____
_____	_____
_____	_____

- não: Por que? _____

- 8. Conseguiu se instalar no lote com facilidade?

- sim: não:

Por que? _____

9. Em que condições se encontrava o lote?

- ~~matas~~ fechada
- picada aberta
- ~~estradas~~ de acesso: não tinha problemas
- sempre tinha problemas
- não tinha problemas de verão
- água; muito longe
- relativamente longo
- perto
- não existia
- condição geral do lote: boa
- regular
- péssima

10. Como caracteriza a qualidade da terra? muito boa boa

regular fraca muito fraca

11. Usa força animal ou mecânica nos trabalhos agrícolas? sim não

Tipo	PRÓPRIA		ALUGADA			CEDIDA	
	Especie	qt.	Especie	qt.	Valor alug.dia	Especie	qt
animal							
máquinas							

12. Práticas agropecuárias

- Uso de irrigação: usa especif. _____
- não usa
- Uso de fertilizantes: adubo químico adubo orgânico
- calcáreo não usa outros _____

13. Tem usado práticas de preservação do solo contra a erosão?

- Sim Não Em caso positivo especifique _____
- _____
- _____

14. Principais culturas segundo área e nº de pés plantados.

Culturas	Á R E A - Nº D E P É S													
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano						
	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19				
Permanentes	ha	pés	ha	pés	ha	pés	ha	pés	ha	pés	ha	pés	ha	pés
1 café														
2 cacau														
3 guaraná														
4. mamão														
5 banana														
6 outras														
Temporária														
7 arroz														
8 milho														
9 feijão														
10 mandioca														
11 outras														

12 Past: área _____ nº de cabeças _____

16. Data da colheita, preço do produto na época da colheita, e destino da produção no último ano agrícola: 1980/81.

Produtos	Data da Colheita	Preço Colheita K.	Comercialização	Sementes Quantidade	Auto Consumo Quantidade
<u>De cult.Perm.</u>					
1. Café					
2. Cacau					
3. Guaraná					
4. Mamão					
5. Banana					
6. Outros					
<u>De cult.Temp.</u>					
1. Arroz					
2. Milho					
3. Feijão					
4. Mandioca					
5. Outros					

17. Como se realizou a comercialização dos produtos no último ano agrícola: 1980/81.

Produto	Comprador	loc.	Qt.K.	Preço K	Data da Venda

18. Tem condições de armazenar a produção?

- Sim Própria Alugada A que pertence _____
 Valor do aluguel _____
- Cedida A quem pertence _____
- Não Por que? _____

Form.nº.....

19. Quem se responsabiliza pelo transporte do produto?

- Comprador 1

- Produtor

. Transporte próprio 2

alugado 3

forma do aluguel 4 _____

valor do aluguel 5 _____

cedido 6

outro 7

20. Quando é o comprador quem transporta o produto, reduz o preço da venda?

- Sim 1 Em média quantos por cento? _____%

- Não 2

21. Acha que o preço de venda dos produtos dá para cobrir o custo da produção, incluindo quando é o caso, o transporte?

- Sim 1

- Não 2

- 3 Por que? _____

22. Faz cálculo do custo da produção?

- Sim 1 Não 2

23. Em caso positivo explique como realiza o cálculo? _____

24. Está recebendo crédito? Sim 1 Não 2 Último crédito recebido

Produto	Ano	Banco				Empresa			Outros
		Qual	Valor	Tipo	Forma PG	Qual	Valor	Fon.	Quem
<u>Permanentes</u>									
1 Café									
2 Cacau									
3 Guaraná									
4 Mamão									
5 Banana									
6 Outros									
<u>Temporárias</u>									
7 Arroz									
8 Milho									
9 Feijão									
10 Mandioca									
11 Outros									

25. Qual é a garantia geralmente pedida? _____

Form.nº.....

26. Quantos anos já recebeu crédito? anos

27. Está satisfeito com o sistema de crédito?

- Não _____ Por que? _____

28. Força de trabalho empregada na agricultura:

- responsável e membros não remunerados: qt: _____

- assalariados permanentes: qt: _____

- forma de remun. _____ valor da remun _____

- assalariados temporários (maior demanda): qt: _____

- forma de remun: _____ valor da remun _____

- parceiros: qt: _____ forma de parceria _____

- outros: especifique: _____

29. Quadro seguinte. (Pessoas da unidade familiar trabalhando fora do lote).

Pesquisador: _____

DATA: _____



DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM MARÇO/78 11°04'

GLEBA ALTA FLORESTA
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

- LOTEAMENTO DE COLONIZAÇÃO:
 LOTES DE 100 m² - (1318) 32.258,37 m²
 LOTES DE 300 m² - (108) 62.661,32 m²
 RESEVAS 01 e 02 - 2.09,05 m²
- ÁREAS URBANAS:
 CIDADE ALTA FLORESTA - 8.407,72 m²
 RESERVA - 1.210,52 m²
- SISTEMA VIÁRIO:
 PRINCIPAL - 32,432 km 14,26 m²
 SECUNDÁRIO - 105,502 km 570,72 m²
- LOTES AGROPECUÁRIOS AUTÔNOMOS
 AF1 e AF18
- SISTEMA VIÁRIO:
 PRINCIPAL - 18,822 km 93,11 m²
 SECUNDÁRIO - 25,225 km 1.045,50 m²
- ÁREA ENCRAVADA

TOTAL GERAL

INDECO SA INT. DESEN. E COLONIZAÇÃO
 DIRETOR TÉCNICO

INDECO SA

PROJETO DE COLONIZAÇÃO
 GLEBA ALTA FLORESTA
 PLANTA DO LOTEAMENTO
 PLANTA GERAL

CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente instrumento particular de contrato de parceria agrícola, perante as testemunhas que seguem que a tudo assistiram, entre partes, de uma lado, estabelecida à - Alta Floresta - MT, inscrita no CGC - MF sob nº , e no Estado sob nº , devidamente registrada na Junta Comercial sob nº , representada pelos seus Diretores, abaixo assinados,

aqui simplesmente denominada "PARCERIA PROPRIETÁRIA" e, de outro lado,

denominado "PARCEIRO LAVRADOR", fica combinado e pactuado o presente contrato, sob as seguintes cláusulas e condições:

1a.) A parceira proprietária é senhora e legítima proprietária e possuidora de várias glebas de terras em Alta Floresta - Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, devidamente registrada na 3a. Circunscrição Imobiliária de Cuiabá-MT, e Cadastrada no INCRA, de conhecimento do parceiro lavrador.

2a.) A parceira proprietária contrata com o parceiro lavrador, incluindo o conjunto familiar e demais dependentes, a formação, trato e zelo de () covas de café. Fica convencionado que o café de colheita será todo recolhido ao terreiro central e que a seca será processada neste terreiro pela Parceira Proprietária. O desconto da unidade será pela média geral da produção. Os custos dos serviços de terreiro e eventual uso do secador serão descontados proporcionalmente à quantidade de café entregue pelo Parceiro Lavrador, custos esses calculados no final da colheita de toda a fazenda (café seco na tulha).

3a.) São obrigações do parceiro lavrador executar as tarefas agrícolas segundo a orientação, fiscalização e normas técnicas fixadas pela parceira proprietária: a) conservar a lavoura cafeeira sempre no limpo, livre de pragas, doenças e plantas daninhas, dando para isso, tanto tratamento quantos forem necessários; b) manter as covas cafeeiras sempre limpas de tudo o que for prejudicial ao seu desenvolvimento; c) fazer as desbrotas sempre que for preciso e nas épocas devidas ou quando de terminadas pela proprietária; tirar galhos secos e cipós; cortar os pés de mamão, bacuri e urtigão; d) fazer abertura de caixas d'água, esgotos e outros serviços de conservação de solo, tantos quanto forem necessários, conservando-os sempre limpos, afim de evitar a erosão; e) conservar os carregadores de

serventia de área contratada em bom estado e transitáveis; f) manter e conservar em condições higiênicas a sua moradia, bem como os arredores da mesma, sendo-lhe defeso quaisquer aumentos ou modificações na estrutura da moradia, sem o expresso assentimento patronal; g) adquirir, por ocasião da colheita do café, caso não os tenha, todos os materiais necessários à mesma, tais como entre outros - peneiras, rastelos, rodos, lonas, sacos de colheitas; h) manter fechadas as criações em locais apropriados, a fim de não prejudicar a sua lavoura ou a critério da proprietária ou seu preposto; l) cumprir e obedecer todas as normas técnicas emanadas por via patronal ou seu preposto, visando a conservação do solo, combate a erosão e ao bom trato e desenvolvimento da lavoura cafeeira; j) acatar e respeitar todas as determinações da proprietária ou seu preposto, que envolva em assuntos administrativos referentes às obrigações contratuais; l) não fazer trabalhos avulsos para terceiros desde que tal fato acarrete prejuízo para a lavoura objeto do presente contrato, dependendo sempre para trabalhos avulsos a terceiros de autorização da parceira proprietária; m) se responsabilizar pelos danos substanciais causados por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, nos equipamentos, ferramentas, implementos agrícolas, bens móveis e semoventes, veículos e maquinários que a ele foram cedidos; n) fazer o tratamento da lavoura cafeeira por sua exclusiva conta, inclusive colheita, tudo da melhor maneira possível, fazendo a colheita do café com o uso direto das mãos, não usando paus ou outros instrumentos que possam danificar a árvore cafeeira, evitando estragar ou arder qualquer quantidade de café, responsabilizando-se pelos danos causados pelo mau trato; o) fazer a aplicação dos fertilizantes, inseticidas e corretivos na lavoura e segundo as

ordens e determinações da parceira proprietária ou seu preposto; p) entregar no final da vigência contratual, a lavoura no limpo e com os ciscos esparramados, bem como as moradias devidamente desocupadas e com os utensílios cedidos pela proprietária em bom estado de conservação, bem como a entregar os demais instrumentos, bens móveis e semoventes, veículos, maquinários e outros mais, que eventualmente a proprietária tenha cedido, tudo em ordem, ficando responsável por quaisquer danos causados nos mesmos, e finalmente, entregar a sua área contratada livre e desimpêdida.

4a.) Ao parceiro lavrador fica-lhe vedado o direito de vender, ceder ou transferir no todo ou em parte o presente contrato, nem a título de empréstimo, sem o prévio consentimento da parceria proprietária, bem como não poderá mudar a destinação do imóvel expressa neste contrato; a violação desta cláusula implicará em imediata rescisão contratual e consequente despojo do parceiro lavrador com seu conjunto familiar e demais dependentes, nos termos da legislação agrária vigente.

5a.) O presente contrato é feito por _____ anos, tendo o seu início marcado para o dia _____ de _____ de _____ e o seu término designado para o dia _____ de _____ de _____

6a.) A parceira proprietária fornecerá casa para residência do parceiro lavrador e sua família, casa essa existente na propriedade, podendo o lavrador formar horta no quintal, bem como fazer cercados para a criação de animais de pequeno porte.

7a.) As despesas com a mudança e locomoção do parceiro lavrador, seus familiares e demais dependentes, serão por conta exclusiva do mesmo.

8a.) Ao parceiro lavrador ser-lhe-á facultado o direito de fazer o plantio intercalar de cereais, obedecendo orientação técnica da fazenda e sendo em função do desenvolvimento vegetativo do café, não sendo permitido o plantio de algodão e mamona.

9a.) O parceiro lavrador concorda e se confessa plenamente capaz, com sua família e demais dependentes de realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os tratamentos culturais nas épocas devidas em toda a sua empreita; caso algum membro da família abandone a sua parte correspondente, o lavrador comunicará o fato à parceira proprietária, que poderá transferir ao mesmo ou a outra família referida parte, perdendo todos os direitos da parte abandonada.

10a.) Nenhuma das partes contratantes poderá dispor dos frutos cafeeiros havidos, antes de efetuada a partilha.

11a.) Em nenhuma hipótese será dado em pagamento a qualquer credor da parceria proprietária ou do parceiro lavrador, o produto da parceria, antes de efetuada a partilha.

12a.) A parceira proprietária fornecerá os fertilizantes, defensivos e corretivos necessários à lavoura cafeeira, debitando em conta corrente do parceiro lavrador (%) sobre o valor da compra.

13a.) Caberá ao parceiro lavrador a percentagem de (%) sobre a produção cafeeira, cuja percentagem refere-se ao pagamento de todos os serviços prestados no tratamento da lavoura cafeeira e demais serviços na propriedade, pertencendo o restante de % () à parceira proprietária, sendo a divisão feita na tulha depois de estar o café sufi

cientemente seco e livre de impurezas.

14a.) A parceira proprietária financiará o parceiro lavrador no custeio correspondente ao período de contrato, na base de Cr\$ _____ ao mês por cova de café, em dinheiro.

15a.) Haverá uma conta corrente onde será lançada a débito do parceiro lavrador as quantias pagas por conta do custeio da cláusula anterior. O saldo devedor deverá ser integralmente pago pelo parceiro lavrador ao parceiro proprietário na partilha da produção cafeeira.

16a.) Quando a lavoura de café for plantada intercalada com guaraná, obedece as mesmas cláusulas contratuais.

17a.) As parte contratantes de comum e geral acordo dão por eleito o foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para no mesmo serem dirimidos e dissolvidos todos os casos omissos e os oriundos do presente contrato, cabendo as custas e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) do valor da causa à parte culpada.

PARCEIRA PROPRIETÁRIA

PARCEIRO LAVRADOR

TESTEMUNHAS:

CÓDIGO CIVIL

Art. 1.226. São justas causas para dar o locador por findo o contrato:

- I- Ter de exercer funções públicas, ou desempenhar obrigações legais, incompatíveis estas ou aquelas com a continuação do serviço.
- II- Achar-se inabilitado, por força maior, para cumprir o contrato.
- III- Exigir dele o locatário serviços superiores às suas forças, defesas por lei, contrários aos bens costumes, ou alheios ao contrato.
- IV- Tratá-lo o locatário com rigor excessivo, ou não lhe dar a alimentação conveniente.
- V- Correr perigo manifesto de dano ou mal considerável.
- VI- Não cumprir o locatário as obrigações do contrato.
- VII- Ofendê-lo o locatário, ou tentar ofendê-lo na honra de pessoa de sua família-
- VIII- Morrer o locatário.

Art. 1.229. São justas causas para dar o locatário por findo o contrato:

- I- Força maior que o impossibilite de cumprir suas obrigações.
- II- Ofendê-lo o locador na honra de pessoa de sua família.
- III- Enfermidade ou qualquer outra causa que torne o locador incapaz dos serviços contratados.

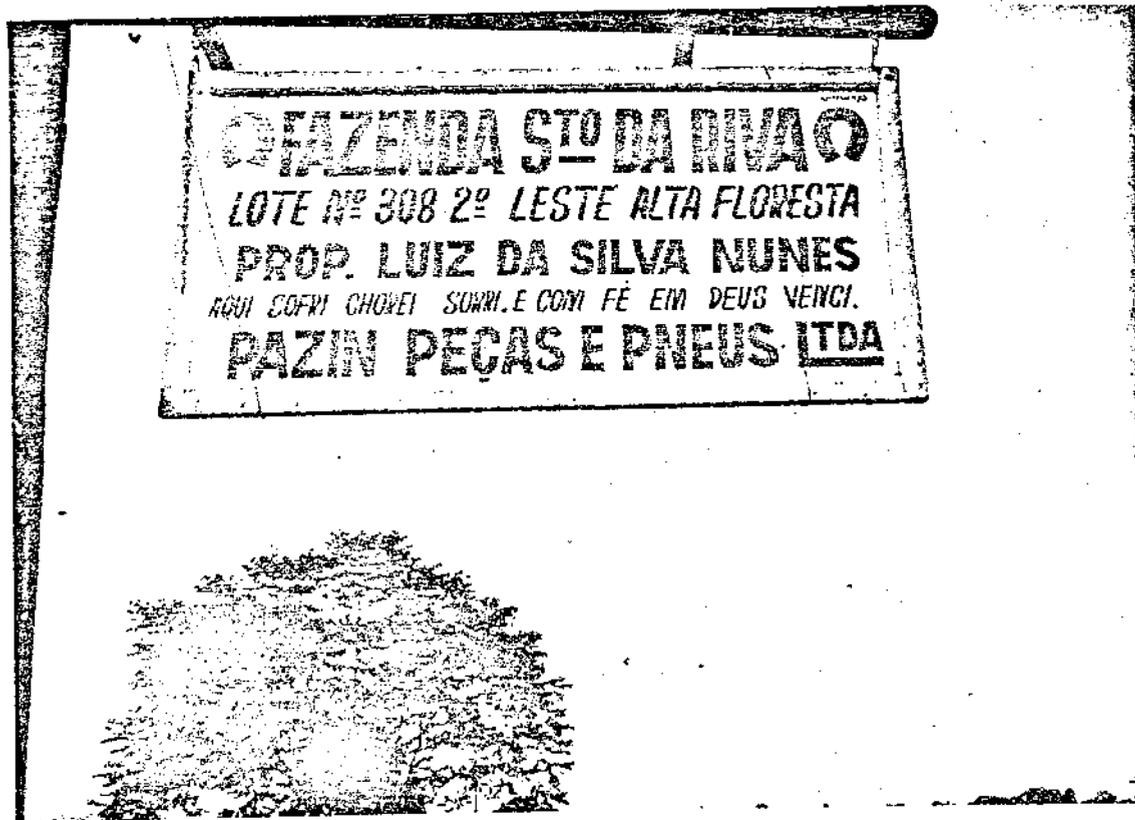
IV- Vícios ou mau procedimento do locador.

V- Falta do locador à observância do contrato.

VI- Imperícia do locador no serviço contratado.

Art. 1.414. Aplicam-se a este contrato as regras da locação de prédios rústicos, em tudo o que nesta seção não se achar regulado.

A homenagem do colono ao colonizador



Colonos acampados em frente a seus lotes quando chegaram a Alta Floresta, em maio de 1978.

